


Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 4 de Janeiro de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1153 • Director: Carlos Brito

Portugal no contexto internacional

PRESIDENCIAIS


Jerónimo de Sousa

BRIO PATRIÓTICO

Declaração de Jerónimo de Sousa no primeiro dia de 1996

Centrais

A privatização da velhice

• Artigo de
Edgar Correia

Pág. 14

Administração Pública:

SINDICATOS INSATISFEITOS

– Cimeira
reúne amanhã

Pág. 9

A resistênciã dos estivadores de Liverpool

• Manoel de Lencastre

Pág. 15

Comunistas russos comentam resultados eleitorais

Pág. 11

PRESIDENCIAIS


**VENCER A DIREITA
LUTAR PELA MUDANÇA**

Comício

com
Jerónimo de Sousa
Candidato à Presidência da República

Álvaro Cunhal
Presidente do Conselho Nacional do PCP

Cinema do Terço
6.ª feira / 5 de Janeiro / 21,30h.

SESSÃO PÚBLICA
6 de Janeiro 96 - 15.30 horas
TIVOLI
(Av. da Liberdade)

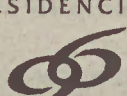
ESPECTÁCULO com **JANITA SALOMÉ**
e Paulo Saraiva

Intervenções de:
Jerónimo de Sousa
Candidato à Presidência de República
Carlos Carvalhas
Secretário Geral do P.C.P.

**Iniciativas
e comícios
do PCP**

Agenda

PRESIDENCIAIS



**VENCER A DIREITA
LUTAR PELA MUDANÇA**

COMÍCIO

com
Jerónimo de Sousa
Carlos Carvalhas

L I S B O A
PAV. CARLOS LOPES
11 JANEIRO - 5ª Feira
21.30 Horas



Agora já em campanha eleitoral, as iniciativas com Jerónimo de Sousa continuam a realizar-se por todo o país (Na foto, encontro com apoiantes em Santa Iria da Azóia)

RESUMO

27 Quarta-feira

Jerónimo de Sousa almoça com os trabalhadores da Torralta, em Tróia, e visita a Pluricoop, em Setúbal ■ Falece o ministro do Equipamento Social, Henrique Constantino ■ A chuva provoca cheias em Águeda, Matosinhos e nos distritos do Porto e de Lisboa ■ Os soldados israelitas abandonam a cidade de Ramallah, sob os aplausos dos palestinos ■ Os exércitos dos sérvios da Bósnia e as forças muçulmanas prosseguem a evacuação das linhas da frente que dividem Sarajevo, sem que se registem acidentes ■ Os deputados comunistas russos iniciam consultas a outros partidos sobre a presidência das comissões da Duma ■ Com o objectivo de travar os islamitas, os partidos laicos turcos estudam a hipótese de constituírem uma aliança governamental.

28 Quinta-feira

Jerónimo de Sousa encontra-se com dirigentes sindicais do distrito de Santarém ■ É anunciado que a taxa de desemprego aumentou cerca de seis por cento no último trimestre ■ O Ministério da Educação anuncia que vai aumentar os docentes do Ensino Superior, ao longo de quatro anos ■ O director-geral dos Serviços Prisionais denuncia irregularidades neste sector ■ No Norte e no Centro do País prossegue a recuperação dos danos causados pelo mau tempo ■ A França realiza o seu quinto teste nuclear no atol da Mururoa, na Polinésia Francesa ■ Israel e a Síria reúnem-se para discutir a retirada dos Montes Golã ■ A Infor, a força da NATO na Bósnia, toma conta das linhas da frente em Sarajevo.

29 Sexta-feira

Jerónimo de Sousa mantém um encontro com a população de Santa Iria da Azóia ■ Na reunião com os representantes do Governo, o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado defende aumentos para 1996 de seis por cento ■ Israel anuncia que está pronto para uma retirada completa dos Montes Golã, se isso levar à paz com a Síria ■ Em Angola, a comissão conjunta reúne de emergência para discutir o perigo de ruptura dos acordos de paz.

30 Sábado

O candidato presidencial do PCP desloca-se à Marinha Grande para participar numa sessão públi-

ca ■ Devido à chuva, o caudal dos rios transborda no Ribatejo, enquanto um tornado danifica várias habitações em Aveiro ■ A NATO recusa um pedido dos sérvios da Bósnia para adiar a entrega dos bairros de Sarajevo sob seu controlo, dizendo que «não está autorizada» a alterar as datas do acordo de paz ■ O presidente angolano José Eduardo dos Santos acusa a UNITA de criar «situações delicadas» que têm afectado a aplicação do Acordo de Lusaca ■ O presidente italiano não aceita a demissão do primeiro-ministro Lamberto Dini e convida-o a formar um novo governo ■ Dois ataques do Hezbollah provocam a morte de dois soldados israelitas no sul do Líbano e danos em habitações no norte de Israel.

31 Domingo

Jerónimo de Sousa visita o bairro de Alfama, em Lisboa ■ Um tufão provoca muitos estragos em Feteira, localidade próxima de Coimbra ■ A NATO estabelece a ligação entre a Croácia e a Bósnia sobre o rio Sava ■ O Governador da província angolana do Bengo é morto a tiro por desconhecidos ■ Heiner Muller, dramaturgo e encenador alemão, morre em Berlim.

1 Segunda-feira

Em Lisboa, o candidato comunista a Belém faz uma declaração sobre «Portugal no Contexto Internacional» ■ Em todo o país, o mau tempo mantém estradas cortadas e povoações isoladas ■ Na capital do Bangladesh, cem mil mulheres manifestam-se contra o clero islâmico, que as pretende manter afastadas das escolas e do mercado de trabalho ■ O Presidente de São Tomé e Príncipe congratula-se por ter sido alcançado um acordo pelos três principais partidos políticos para a formação de um governo de coligação ■ O rei da Arábia Saudita cede a chefia do Governo ao príncipe herdeiro.

2 Terça-feira

Jerónimo de Sousa visita os estaleiros navais de Viana do Castelo ■ Maria do Carmo Romão e José Luís Novaes tomam posse como provedores, respectivamente, das misericórdias de Lisboa e do Porto ■ O presidente Bil Clinton retoma as negociações com a oposição sobre o orçamento de 1996, cujo impasse já provocou o despedimento de 280 mil funcionários públicos ■ O primeiro-ministro egípcio, Atef Sedki, apresenta a sua demissão ao Presidente Mubarak.

Grandes desafios

Ao iniciar-se um novo ano, não há quem não reconheça que são grandes os desafios que se colocam perante o nosso país. Pode dizer-se que este tema dos grandes desafios é, mesmo, dos mais comuns às mensagens natalícias e de Ano Novo provenientes dos mais diversos quadrantes.

A diferença reside na consideração da natureza e sentido dos desafios, da sua importância relativa e nas formas de os enfrentar.

Os maiores desses grandes desafios são, para os comunistas, os que respeitam à defesa da democracia, ao desenvolvimento do país, ao bem estar do nosso povo e à independência nacional e os caminhos para os enfrentar passam, tanto no plano interno como externo, por uma política de esquerda.

Foi a política externa que o candidato comunista à Presidência da República escolheu significativamente para tema da sua declaração, do primeiro dia do novo ano, intitulando-a «Portugal no Contexto Internacional».

Jerónimo de Sousa foi cáustico na caracterização da política externa de direita seguida durante anos pelo nosso país, dirigindo-lhe, entre outras, a acusação de que «foi uma política sem brio patriótico, sem voz e sem iniciativa própria em relação aos grandes problemas da vida internacional, que subalternizou o país no concerto das nações.»

Confrontou esta política externa de direita com a política externa preconizada pela sua candidatura, onde avultam como grandes linhas: o brio patriótico e a recusa do seguidismo, da submissão e das imposições externas; a diversificação das relações internacionais com destaque para o desenvolvimento das relações com os PALOP's e o Brasil e o combate «ao perigoso afunilamento das relações» «com os países da União Europeia e os EUA»; o inconformismo que «recusa o fatalismo da «nova ordem» internacional de natureza imperialista».

A firme condenação do envolvimento militar do nosso país no conflito da Bósnia surge com toda a naturalidade no quadro destes princípios.

Mas Jerónimo de Sousa fez também questão de se referir explicitamente «à necessidade de ser posto termo à submissão aos critérios e à política de Maastricht determinada pelos interesses das grandes potências e do grande capital financeiro».

Esta matéria será seguramente desenvolvida de forma muito ampla na declaração que o candidato comunista tem agendada para o próximo dia 5, sexta-feira, e que é dedicada ao tema da integração europeia.

Na integração europeia estão colocados precisamente alguns dos maiores dos grandes desafios que atrás referimos: o desenvolvimento do país, o bem estar dos portugueses e a independência nacional e a que poderíamos ainda juntar os prejuízos para a democracia decorrentes dos défices democráticos que têm caracterizado o processo de integração.

Além destas, duas outras razões conferem uma especial actualidade ao debate de toda a questão da integração: o facto de se completarem agora dez anos sobre a entrada de Portugal no, então chamado, Mercado Comum e ser por isso tempo de balanço; a circunstância de se avizinhar a realização das conferências inter-governamentais sobre a revisão do Tratado de Maastricht.

É muito revelador que mesmo os mais entusiastas «europeístas» não se

Os maiores desses grandes desafios são, para os comunistas, os que respeitam à defesa da democracia, ao desenvolvimento do país, ao bem estar do nosso povo e à independência nacional e os caminhos para os enfrentar passam, tanto no plano interno como externo, por uma política de esquerda.

atreavam a fazer um balanço optimista destes dez anos de integração.

Mas mais revelador para o país deve ser, independentemente dos operosos balanços a que se entregam os economistas, a evolução extremamente negativa que se verificou em todos os sectores produtivos nacionais - na agricultura, nas pescas, na indústria - e a profunda crise social a que chegámos, atestada, entre outros indicadores preocupantes, pelo número record de meio milhão de desempregados.

Lutar pela concretização de um novo rumo para a integração europeia é, sem nenhuma espécie de dúvida, um dos mais decisivos desafios que se coloca ao nosso país no ano que agora começa.

A revisão do Tratado da União Europeia é uma oportunidade que tem que ser aproveitada para que o nosso país faça valer as suas posições lutando para que sejam eliminadas, no que nos respeita, as

normas mais lesivas do interesse e da independência nacionais.

Isto implica, para ser possível, uma grande convicção e determinação ao nível de todos os órgãos de poder político e sobretudo uma efectiva mobilização da vontade nacional.

Implica, ao mesmo tempo, muita firmeza e até intransigência na negociação, que é muito diferente de fazer voz grossa quando se inicia a discussão e ir de cedência em cedência à medida que se aproxima a decisão, que parece ser o «novo estilo» que está a ser seguido pelo Governo de Guterres.

Nos desafios mais especificamente internos que se colocam ao país, salientam-se desde logo as eleições presidenciais, com a primeira volta dentro de dias.

Trata-se de um desafio de grande importância para a defesa da democracia. A regresso da direita ao poder, na pessoa de Cavaco Silva, conferia-lhe novas possibilidades de pressão e de chantagem para prosseguir a obra de desfiguração do regime democrático que realizou nos últimos dez anos e constituiria, por outro lado, um poderoso argumento a favor dos que querem defraudar a vontade de mudança afirmada pelos portugueses, em 1 de Outubro, prosseguindo todas as linhas essenciais da política de direita.

Mas outros importantes desafios internos estão na ordem do dia e dizem respeito à política socio-económica.

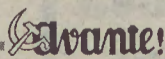
A doutrina do Programa do Governo e múltiplas declarações de governantes em relação às privatizações e outros benefícios ao grande capital (também contemplados no orçamento rectificativo), bem como, em relação à política laboral e de «concertação social», já indiciavam a vontade do Governo prosseguir, nestas matérias, uma política semelhante à do PSD.

As posições governamentais agora concretizadas nas negociações com a Função Pública, designadamente em matéria salarial, lançam as mais profundas preocupações e uma intensa indignação em todo o mundo do trabalho.

É tempo de se perceber que uma política que favorece permanentemente o grande capital, os seus lucros e privilégios e que opta constantemente por sacrificar os trabalhadores, os seus salários, direitos e conquistas não representa futuro para Portugal e conduz aos resultados desastrosos que estão a vista de todos.

O candidato presidencial Jorge Sampaio, afirmou há dias em Faro, no primeiro comício da campanha que «é preciso acreditar, acreditar que podemos vencer o futuro».

É sem dúvida fundamental fazê-lo, mas ainda é mais pôr em prática uma nova política, fundada em opções e valores de esquerda, que transforme a vontade em realidade.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX, Tel. 793 62 72

DIREÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7-A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L1, 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)
50 números: 6 750\$00
25 números: 3 487\$50

ESPAÑA
50 números: 13 300\$00

EUROPA
50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU
50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Tel. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

O crepúsculo dos cangalheiros

É muito divertido observar o embaraço dos comentadores neoliberais, assumidos ou encapotados, da nossa praça, ao terem que fazer o balanço dos últimos acontecimentos do ano que passou ou comprometer-se com previsões para o actual.

Alguns batem positivamente em retirada para outros temas, falam das chuvas, de trivialidades sobre «os melhores» do ano ou refugiaram-se nas presidenciais.

É que as teorias do fim da história foram seguidas pelos escribas da classe dominante do nosso país com um tal radicalismo (talvez ainda influenciado pelo maniqueísmo de quatro séculos de inquisição e meio século de fascismo) que ditaram a morte e quiseram conduzir ao túmulo tudo o que se lhe opunha ou lhe fazia alguma sombra, num autêntico delírio de cangalheiros.

Foi, como já se lembrou na última edição do nosso jornal, a «morte do comunismo», a «morte do marxismo», a «morte do PCP», a «morte dos sindicatos», a «morte das lutas sociais nos países desenvolvidos» e até a «morte do «Avante!»».

Parece que os «nossos» perturbados neoliberais verificam agora que os «mortos» se recu-

saram a morrer ou julgam assistir a algumas fatais ressurreições.

Pior ainda é terem de reconhecer que os santos da sua particular devoção não estão a fazer os esperados «milagres»: seja o «sacrossanto» mercado, «livre de constrangimentos», a produzir o desemprego em massa; seja a «boa fada» da União Económica e Monetária, a lançar a maior perturbação nas economias; seja a «pax» americana, a traduzir-se num hegemonismo arrogante e novas aventuras bélicas, como na Bósnia.

Entretanto, os trabalhadores e os povos reagiram opondo-se, lutando, fazendo frente à ofensiva revanchista desenvolvida contra os seus direitos e conquistas por parte do capital e do imperialismo que, depois do desaparecimento da União Soviética, julgaram ter campo aberto para agir em completa impunidade.

São a este respeito particularmente eloquentes as lutas sociais em França e noutros países da União Europeia, os resultados eleitorais na Rússia e noutros países do centro e leste da Europa, a evolução da situação política do nosso próprio país.

Encontram-se as mais surpreendentes manifestações de desorientação na forma como

estes acontecimentos são reflectidos nas peças produzidas por editorialistas de semanários e diários e outros comentadores de nomeada com tribuna reservada na imprensa escrita, na rádio e na televisão.

Há já quem clame que a democracia está em perigo porque os comunistas ganharam democraticamente na Rússia, e por grande diferença, as eleições legislativas, consideradas por todos os observadores internacionais como livres e justas.

Há quem acuse a grandiosa luta dos trabalhadores franceses em defesa de históricas conquistas sociais como um anacronismo que trava o progresso da França.

Há quem sustente que derrota do cavaquismo, em Outubro, foi obra exclusiva de Guterres, para negar o papel da luta dos trabalhadores e da acção dos comunistas nessa derrota e limitar as suas consequências políticas.

Mas há também, na mesma família de comentadores, quem preveja, talvez para dar azar, «o regresso em força do marxismo», já para o próximo ano.

Querem melhores provas do crepúsculo dos cangalheiros?!

■ Carlos Brito

Ano novo, velha SIC

Na sua escalada de infinita arrogância e insolente desrespeito pela legalidade democrática, a SIC resolveu sair de 1995 e entrar em 1996 passando todas as marcas.

Com efeito, a SIC resolveu dar mais um passo de extraordinária gravidade ao silenciar totalmente nos seus serviços noticiosos as actividades das candidaturas de Jerónimo de Sousa e de Alberto Matos nos dois primeiros dias de campanha oficial (domingo, 31, e segunda-feira, 1), isto se se considerar apenas o momento em que escrevemos e não o da publicação do «Avante!».

É certo que não têm conta as discriminações e as ofensas ao pluralismo cometidas pela SIC fora de períodos eleitorais e mesmo em períodos de pré-campanha. Mas, se bem nos lembramos, nunca anteriormente a SIC tinha chegado ao ponto de, em período oficial de campanha, silenciar totalmente candidaturas numa explícita afronta ao princípio inscrito na Constituição e nas leis eleitorais de que «todas as candidaturas têm direito a igual tratamento por parte das entidades públicas e privadas, a fim de efectuarem, livremente e nas melhores condições, a sua campanha eleitoral» (cf. art.º 116.º, n.º 3, al. b) da Constituição e, por exemplo, art.º 46.º da Lei Eleitoral para a Presidência da República), sendo igualmente certo que as leis eleitorais remetem nesta matéria para a estrita aplicação do Dec-Lei 85-C/75 que faz impender sobre as empresas jornalísticas a obrigação de conferir tratamento não discriminatório às diversas candidaturas.

Ao longo do tempo, beneficiando certamente da falta de informação mas também seguramente de extensas culpidades, a SIC tem vindo a inculcar a ideia completamente falsa e sem o menor fundamento de que haveria dois tipos de pluralismo televisivo: um, mais exigente, o do serviço público de televisão e outro, de menor exigência e

com uma imensa margem de arbitrariedade, o das estações privadas de televisão.

A este respeito, é bom esclarecer que, ainda que por absurdo assim estivesse escrito na lei da televisão, isso nunca libertaria a SIC do dever de respeito por uma norma fundamental do processo eleitoral constitucional e legalmente consagrada.

Mas o ponto mais ignorado é que o respeito pelo pluralismo, longe de ser algo que tenha que ver apenas com a televisão do Estado, é sim algo que diz respeito a todas as entidades que exerçam a actividade de televisão, nos termos da Lei 58/90 de 7 de Setembro e que, em consequência, vincula de igual modo a RTP ou a SIC. Com efeito, aí se inscrevem, de forma cristalina, entre os «fins específicos», não deste ou daquele canal, mas da «actividade de televisão», o de «assegurar a independência, o pluralismo, o rigor e a objectividade da informação e da programação».

Quando em adjectivos e caracterizações, diga-se, em síntese, que a SIC tripudia manifestamente sobre os princípios e regras democráticos mais elementares, desafia a legalidade e as instituições, comporta-se em suma como um Estado dentro do Estado. E embora apetece dizer que a SIC, neste domínio, é um caso de polícia, talvez seja mais rigoroso dizer que se está a tomar numa questão de regime.

E como, legalmente, é ao Governo que está cometida a mais eficaz capacidade de sancionar o incumprimento pelas estações de televisão das leis do país e dos pressupostos na base dos quais receberam a respectiva concessão, é caso para dizer que se aguarda uma palavra de Arons de Carvalho, Secretário de Estado da Comunicação Social.

Para, mudando os termos clássicos da questão, mostrar a independência do Governo do PS face à SIC.

■ Vítor Dias

Eles também não gostaram

O ataque à candidatura de Jerónimo de Sousa tornou-se uma das casetes mais repetidas da campanha eleitoral de Cavaco Silva. Com um anticomunismo serôdio, copia argumentos dos baús salazaristas sobre o «papão comunista» e «os perigos dos frentismos». Fica bem claro quanto ele desejaria não encontrar pela frente uma candidatura promovida pelo PCP. Estaria desse modo com o campo bem mais livre, na sua tentativa demagógica de baralhar o eleitorado, para escapar ao remate dos resultados eleitorais de 1 de Outubro.

Nos seus cálculos eleitorais, somando os votos do PSD aos do CDS/PP (2 521 261) e vendo que ficavam quase a par dos 2 505 588 do PS, Cavaco terá alimentado esperanças.

Mas os votos do eleitorado de direita, que para mais saiu diminuído, derrotado e desorientado das eleições de Outubro, não chegariam para lhe dar a vitória, mesmo contando com o apoio de bandeja do PP, que nem se mostrou capaz de participar na bata-

lha eleitoral. Daí concluir, obviamente, que nos 503 985 votos alcançados pela CDU está a chave para a definição dos resultados das presidenciais. Pescar alguns votos nesse eleitorado ou, pelo menos, vê-lo desinteressado da contenda eleitoral, abstencionista, desmobilizado, deixando-lhe as mãos livres para confundir os sectores menos esclarecidos do eleitorado, terá sido outra esperança de Cavaco Silva.

Na ânsia de baralhar as votações, Cavaco Silva lançou-se então numa desesperada caça ao voto, tentou criar outra imagem, apresentou-se como «conciliador», «dialogante», «consensual», numa grande operação de ilusionismo político, para apresentar um Cavaco virado do avesso. Chegou mesmo a gabar-se de «ter o apoio de muitos comunistas» numa ridícula tentativa de mistificação da opinião pública.

A candidatura de Jerónimo de Sousa deitou por terra essas pretensões e manobras de Cavaco Silva. Por isso investe com tanta fúria contra ela.

Como importante força política que é, representando um significativo sector do eleitorado português, o PCP tem, perante esse eleitorado que nele confia, obrigações a que não foge. Tem, designadamente, obrigação de lhe dar condições para uma intervenção própria, activa, informada e esclarecida na vida política, incluindo, naturalmente, no plano eleitoral.

O decorrer da campanha demonstrou a justiça da decisão do PCP ao apresentar uma candidatura própria.

A candidatura de Jerónimo de Sousa impôs-se. Prestigiu o PCP. Ganhou audiência perante o eleitorado, a opinião pública, a comunicação social. Teve a compreensão e o apoio dos comunistas, reforçou a sua unidade, esclarecimento e mobilização para a batalha eleitoral.

Cavaco Silva grita porque isso lhe dói.

Com a candidatura de Jerónimo de Sousa o PCP mostrou também compreender que, nestas eleições, não está apenas em causa a eleição do Presidente da República, o que, já em

si, é muito importante. Está também em causa a necessidade de contrapor à política de direita (que Cavaco Silva esforçadamente personificou e personifica) uma perspectiva nacional e de esquerda, para a efectiva modernização e desenvolvimento do País.

Cavaco Silva, obviamente, não gostou...

A democracia portuguesa teria ficado mais pobre se não houvesse uma candidatura como a do PCP, que tem trazido ao debate os reais problemas dos trabalhadores, dos cidadãos, do País, não deixando a campanha eleitoral reduzida a confrontos fulanizados e desligados da vida real e dos interesses dos portugueses.

Cavaco Silva também não gosta disso. Compreende-se.

Como não gostará da intervenção activa que nestas eleições terá o eleitorado do PCP - tal como tem tido noutras eleições para a Presidência da República.

Soares Carneiro e Freitas do Amaral também não gostaram.

■ Aurélio Santos

RÚSSIA 1996

Um ano crucial

A vitória dos comunistas nas eleições de 17 de Dezembro na Rússia representa um dos mais importantes acontecimentos políticos do ano de 1995. É certo que por si só a espectacular vitória do PCFR não assegura uma viragem na situação. A Duma, em que os comunistas, com cerca de 160 deputados, serão de longe a maior força política e em que é possível a constituição de um bloco maioritário das forças anti-ieltsianas, não dispõe de poderes reais. A Constituição imposta após o sangrento golpe de 1993 consagra um poder autocrático arbitrário, de autêntica ditadura presidencial. Mas nem por isso a vitória dos comunistas deixa de revestir-se do mais alto significado político.

Em primeiro lugar porque confirma que o «comunismo não morreu» e que, mesmo lá onde os partidos comunistas sejam proibidos e destruídos, como na URSS e na Rússia, a sua reconstituição e recuperação acabarão sempre por verificar-se pois eles são necessários aos trabalhadores e aos povos na sua luta por uma vida melhor. Em segundo lugar porque se trata de uma vitória eleitoral alcançada em condições particularmente adversas, face a adversários dispostos de apoios materiais e mediáticos colossais (caso da «Nossa Casa Rússia» de Tchernomirdin ou do partido de Jirinovski) e no contexto de uma grande pressão anticomunista. O PCFR, que viu os seus bens confiscados e não dispõe sequer de uma sede central, contou basicamente com a militância dos seus 600 000 membros, uma activa campanha de contactos e a força do seu próprio programa que vai ao encontro das reivindicações e aspirações mais sentidas das massas. Em terceiro lugar estas eleições inserem-se num processo mais amplo de que as eleições presidenciais, marcadas para o próximo mês de Junho, são um momento de crucial importância. A acção dos comunistas desenvolve-se na perspectiva de vencer tais eleições com um candidato único apoiado por um bloco de forças populares e patrióticas, de constituir um «governo de confiança popular», de convocar eleições para uma Assembleia Constituinte em que o PCFR defenderá um projecto de Constituição que «garanta o poder dos trabalhadores sob a forma de Soviotes».

A luta em que os comunistas e outras forças progressistas da Rússia estão empenhados desperta uma enorme esperança. Mas é uma luta particularmente difícil e complexa que só poderá ter sucesso com a mobilização dos trabalhadores e do povo russo e com a solidariedade internacionalista das forças progressistas. O poder ieltsiano, insolentemente autocrático e mafioso, saiu ainda mais isolado e desacreditado destas eleições. As sondagens atribuem a Ieltsin apenas entre 3 e 5% se se candidatar às eleições de Junho de 1996. Mas tudo indica que - como o fez por exemplo com o bombardeamento do Soviete Supremo ou com os bárbaros métodos utilizados na Chechénia - não hesitará em tudo fazer para impedir a viragem que o povo russo reclama. Depois de ter feito chantagem sobre o eleitorado afirmando que o voto nas forças que se opõem à sua política destruidora seria um «erro trágico» que poderia levar à «guerra civil», já assegurou que as «reformas prosseguiriam» e que iria «proteger a Rússia contra a ideologia criminosa do marxismo». E nisto conta naturalmente com o apoio do «Occidente», que procura desdramatizar a clamorosa derrota do seu homem de mão e encorajar uma rápida recomposição das forças anticomunistas. Tal é o sentido do apelo de Warren Christopher, o secretário de Estado dos EUA, para que «os reformadores ponham de lado as suas pequenas divergências e se unam para encontrar um candidato sólido» às eleições presidenciais.

Ainda, que nos países da Europa de Leste tem varrido do poder as forças reacçãoárias mais comprometidas com os processos de violenta restauração do capitalismo, tem na Rússia a sua mais importante expressão. Sem esquecer a Ucrânia e a Bielorrússia, onde também recentemente os comunistas (e não «ex» ou «pós» comunistas) alcançaram grandes avanços, é na Rússia que se desenvolvem processos do maior alcance para o futuro próximo das forças do progresso social, da paz e do socialismo na Europa e no mundo. Formulamos os melhores votos para que 1996 seja finalmente o ano da inversão do rumo destruidor, de imensa tragédia social e vergonhosa submissão nacional, que a desagregação da URSS e o processo de desmantelamento do socialismo tem representado para o povo russo.

■ Albano Nunes

PRESIDENCIAIS



Jerónimo de Sousa

Em Alfama Reabilitar as zonas históricas

Foi com uma visita ao bairro de Alfama que Jerónimo de Sousa assinalou no último domingo o arranque oficial da sua campanha para as presidenciais. Sempre acompanhado pelos presidentes das juntas de freguesia de Alfama e Santo Estevão, por João Amaral, deputado e presidente da Assembleia Municipal de Lisboa e pelo vereador Vítor Costa, o candidato comunista à Presidência da República percorreu várias ruas do histórico bairro alfacinha e teve ensejo de estabelecer contactos com numerosos moradores, de quem recebeu manifestações de apoio e carinho.

Após a visita, Jerónimo de Sousa almoçou com apoiantes numa das mais populares colectividades de Alfama - o Grupo Sportivo Adicense -, tendo na altura produzido a declaração que a seguir publicamos:

«Acabámos de realizar uma pequena visita a uma das mais bonitas zonas históricas da capital do País. Mas a beleza e os aspectos pitorescos não escondem nem resolvem os problemas das grandes cidades. A situação habitacional existente em algumas áreas urbanas, designadamente em zonas históricas é, em muitos casos, de uma gravidade extrema.

Há pouco mais de um ano foi lançado em Lisboa o alerta quanto à situação dramática que aí se vive: cerca de dois terços

dos edifícios existentes necessita de reabilitação urgente e profunda e, a título de exemplo, podemos referir o facto de estarem identificados mais de cem prédios habitados por 3 mil pessoas que podem a qualquer momento ruir. Infelizmente, o diagnóstico vai-se confirmando porque como se sabe já ruíram nos últimos meses vários edifícios, com uma morte a lamentar! E o Inverno ainda agora começou, podendo contribuir para o agravamento da situação.

Apesar do visível esforço que



alguns Municípios estão a desenvolver para reabilitar áreas degradadas, a verdade é que, com os meios financeiros, os instrumentos legais e apoios actualmente existentes, não é possível resolver o problema num prazo razoavelmente aceitável.

Ao ritmo e nas condições actuais, na Cidade de Lisboa, por exemplo, seriam necessários

mais 25 anos, ou seja, um quarto de século, para reabilitar os bairros históricos!

Paralelamente ao problema das "barracas", para o qual existe o Programa específico - PER -, aliás a necessitar de algumas revisões, estas questões têm que constituir uma prioridade nacional, criando respostas excepcionais para uma situação de facto excepcional.

Como já foi amplamente demonstrado durante este período, existem soluções e condições economicamente viáveis para resolver esta situação num prazo de 7 a 8 anos.

Faltam a vontade e a decisão políticas.

O Governo anterior comprometeu-se com a aprovação de um diploma legal adequado,

diploma esse que chegou a ser elaborado, mas que ficou guardado na gaveta, provando um total desprezo pelas populações que continuam a viver em condições sub-humanas.

Já ouvimos os responsáveis do actual Governo declararem que esta questão constitui uma prioridade. Resta agora, que sejam cumpridas estas promessas, com a aprovação do Programa de Emergência para a Reabilitação Urbana - PERU - com a publicação da legislação necessária, acompanhada dos meios financeiros adequados traduzidos no próximo Orçamento do Estado, aliada à utilização correcta dos fundos comunitários canalizados para o nosso País.

Aguardamos com expectativa!

As nossas vilas e cidades e as suas populações têm lutado por isso e bem o merecem.

É a razão que nos assiste. A nossa voz, a nossa intervenção, as nossas posições, propostas e projectos são a demonstração da justiça da nossa batalha.

É neste âmbito que se enquadra a minha candidatura. Uma candidatura que traz ao debate as questões concretas dos cidadãos, prova bastante da utilidade da sua intervenção.

Iniciamos hoje, oficialmente, a campanha eleitoral. As actividades e iniciativas vão-se intensificar. Os ataques e as trocas de palavras amargas também.

Pensamos que é importante o nosso combate à visão mais redutora e anti-democrática de um processo eleitoral que é a transformação de um processo plural numa batalha bipolarizadora. A promoção da minha candidatura é um contributo para o reforço da democracia e do incentivo à participação dos cidadãos.

Pela nossa parte estamos certos que os esforços do candidato da direita para atrair votos em todos os terrenos e para conquistar novos aderentes vão sair gorados. A memória do povo português não é curta. A derrota de Cavaco Silva impõe-se. Ele foi o grande protagonista de 10 anos de uma política desastrosa.

Vencer a direita e lutar pela mudança é o nosso grande objectivo.

O Ano Novo pode contar conosco».



Em Santa Iria da Azóia

Respeitar a Constituição

Como referiu logo no início da sua intervenção, a iniciativa em Santa Iria da Azóia, realizada na passada sexta-feira, «mais do que uma sessão» foi «um reencontro entre vizinhos, companheiros de trabalho, amigos». Jerónimo de Sousa afirmou de seguida:

«Vejo aqui muitas pessoas que há muito tempo me conhecem. Muitas pessoas que comigo partilharam muitas lutas. Lutas para estabelecer, primeiro, e, depois defender a democracia, lutas para lhe dar toda a dimensão humana que ela comporta. Lutas para conquistar, e defender, depois, direitos e reivindicações dos trabalhadores. Lutas na empresa onde trabalhei - a MEC - de que me orgulho de continuar a ser eleito como membro da sua Comissão de Trabalhadores. Lutas no movimento das Comissões de Trabalhadores, no Sindicato dos Metalúrgicos, na CIL.

«Essas lutas, são parte integrante da minha actividade como militante do Partido Comunista Português. Tal como a minha actual candidatura, promovida e apoiada pelo PCP, e integrada na luta do PCP pela aplicação dos princípios e conceitos democráticos da Constituição da República, pela defesa e reforço da democracia e dos direitos dos trabalhadores e do povo português, pelos interesses de Portugal.(...)»

«O eleitorado que vota no PCP tem desempenhado um papel decisivo em eleições para a Presidência da República. São exemplo disso a sua contribuição para as derrotas de Soares

Carneiro e de Freitas do Amaral, candidatos da direita.

«Cavaco Silva teria a pretensão de que, desta vez, conseguiria baralhar, confundir, desorientar, uma parte desse eleitorado?»

«Até parece que sim, ao vê-lo pavonear-se com a repetitiva afirmação de que «tem comunistas entre os seus apoiantes». Como já tenho dito, esquece, que, tal como uma andorinha não faz a Primavera, também um cuco não lhe dá a maioria.(...)»

«A apresentação da minha candidatura corresponde à necessidade de preenchimento de um espaço à esquerda que não se encontrava ocupado. De qualquer forma, sempre ficou claro que não identifico da mesma forma as candidaturas de Cavaco Silva e Jorge Sampaio.

O candidato Jorge Sampaio, numa entrevista publicada ontem no "Diário de Notícias",

dizia que não tem o mesmo conceito de democracia que tem o PCP.

«Diferenças de opinião, são normais, em democracia. Por isso mesmo existem os partidos, para expressar essas diferenças de opinião. Para isso também promoveu o PCP a minha candidatura, para podermos expressar os pontos de vista, interesses e propostas de um importante sector do eleitorado e do povo português. Por isso aqui estamos.(...)»

«Mas, além das diferenças, é importante também ver aquilo que, em cada situação é fundamental.

«E, quanto a isso, considero também importante assinalar que, para o PCP, o que é fundamental, é o respeito pela concepção de democracia que a Constituição da República consagra.

Nós respeitamos essa concepção e consideramos que é funda-

mental que o futuro Presidente da República dê garantias de respeitar, cumprir e fazer cumprir os conceitos e as directrizes da Constituição da República.

«Cavaco Silva não dá essas garantias.

«Para além dos velhíssimos chavões do anticomunismo mais primário, com os quais pretende atingir não só os comunistas mas todos os democratas, numa atitude semelhante à que os portugueses bem conheceram durante quase meio século de ditadura, o que, no fundo, distingue a candidatura de Cavaco Silva, é o seu projecto de direita, a sua desconformidade com o quadro e a letra da Constituição, a sua comprovada visão autoritária do regime democrático, o seu apego aos planos do grande capital no que respeita à economia e à destruição das funções sociais do Estado».

Em Alpiarça Cavaco é a esperança da direita recuperar o poder

PRESIDENCIAIS



Jerónimo de Sousa

Jerónimo de Sousa voltou na passada quinta-feira ao distrito de Santarém, desta vez para se encontrar com dirigentes e activistas sindicais do distrito, e para participar numa sessão pública realizada no espaçoso centro de trabalho de Alpiarça. Celestino Brasileiro, da Comissão Concelhia, apresentou a mesa, em que estavam, para além do candidato, Dora João e Hugo Nóbrega, ambos da JCP, o deputado António Filipe, Armindo Pinhão, do Executivo da DORSA, e Francisco Lancinha, mandatário distrital. A sala encheu para ouvir o candidato comunista explicar os objectivos que animam a candidatura. É dessa intervenção que extraímos as passagens que se seguem:

«Nesta campanha eleitoral tive já a oportunidade de há pouco mais de um mês, precisamente no dia em que formalizei a minha candidatura, estar em Alpiarça. Nesse dia, para estar com agricultores, conhecer de viva voz os seus problemas e exprimir a enorme preocupação com que vemos as consequências da integração europeia na agricultura portuguesa.

«Um dos grandes objectivos desta candidatura do PCP é precisamente esse: Contactar e ouvir quem trabalha, trazer para o debate das eleições presidenciais as questões que realmente preo-

cupam os portugueses e que são sentidas no dia a dia. Por isso tenho vindo a contactar agricultores, pescadores, trabalhadores ameaçados de despedimento por processos destrutivos da economia nacional, jovens, reformados, empresários. Tenho contactado com as realidades vivas do nosso país e, decerto concordarão comigo, tenho vindo a enriquecer o debate sobre as eleições presidenciais com questões que, se não fosse esta candidatura, não seriam sequer abordadas.

«Mas sendo este um objectivo importante desta candidatura, todos sabem que o objectivo elei-



toral que procuramos atingir é a derrota do candidato da direita, Cavaco Silva. E é sobre esse objectivo que hoje me proponho falar-vos.

Do que fez este candidato nos dez anos em que foi Primeiro-Ministro sabe o povo de Alpiarça tão bem como eu. (...)

«O mesmo Cavaco Silva que, derrotada que foi esta política no passado dia 1 de Outubro, aparece agora a procurar vencer os portugueses que nada tem a ver, nem com esta política, nem com o homem que durante dez anos foi o primeiro responsável por ela. O homem que durante uma década dirigiu autoritariamente o PSD, agora já nem é do PSD. O Presidente

do Partido que durante tantos anos reivindicou para si a maioria, o Governo e o Presidente, aparece agora a dizer que é perigoso concentrar poderes na mesma família política. Aquele que desencadeou nos últimos anos uma sistemática guerrilha institucional contra o Presidente da República aparece agora como o maior respeitador do equilíbrio de poderes.

«Mas, camaradas e amigos, é tão grande o esforço que Cavaco Silva tem de fazer para parecer o que não é, que de vez em quando, foge-lhe a boca para a verdade. E naquele dia em que afirmou que se o PSD não tivesse perdido as eleições de 1 de Outubro não se teria candidatado, o que Cavaco

Silva veio revelar é que a sua candidatura representa a única esperança da direita para recuperar o Poder perdido nas eleições legislativas.

«Cavaco Silva bem pode dizer que não é do PSD, mas a verdade é que o PSD no seu último Congresso decidiu da candidatura de um militante seu à Presidência da República e não consta que tenha outro candidato que não seja Cavaco Silva.

«A verdade, camaradas e amigos, é que por muito esforço que faça, a candidatura de Cavaco não consegue fugir à desorientação que se apossou da direita portuguesa, face à derrota sofrida nas legislativas e à derrota anunciada nas presidenciais. A desori-

entação até parece ter chegado aos cartazes. Ainda as chuvas não arrancaram os cartazes com ondas alterosas e já estes são substituídos pelos cartazes do mar calmo, como que a reconhecer que as ondas Cavaquistas são coisas do passado, que já se desfizeram na areia. E se aqui em Alpiarça, o povo nunca se deixou levar na onda cavaquista, estou certo que em 14 de janeiro saberá infligir uma nova pesada derrota à candidatura de direita e contribuir mais uma vez para o reforço da democracia. (...)

«A nossa candidatura não tem tabus nem cartas na manga. Os nossos objectivos são claros, não fazemos segredo deles e estamos plenamente confiantes de que eles serão alcançados. É pois com confiança que vamos fazer esta campanha eleitoral, que ainda nem sequer começou. Confiança que nos é transmitida pela simpatia e respeito que a nossa candidatura tem grangeado por todo o país. Confiança que resulta da convicção de que o povo português saberá compreender o que está verdadeiramente em causa nas eleições presidenciais e saberá derrotar a direita. (...)

Na Marinha Grande

«Era soltar a raposa no galinheiro...»

Começando por saudar «o valente povo marinhense, todos os que aqui trabalham e lutam, vencendo as dificuldades de todos os dias e combatendo por uma vida melhor e mais feliz» Jerónimo de Sousa aproveitou a estada na Marinha Grande, no passado sábado, para recordar que dali a poucas horas se dava início ao período oficial da campanha para as presidenciais: «vamos entrar na recta final que culminará dentro de duas semanas na eleição do novo Presidente da República».

Salientando um balanço positivo da pré-campanha comunista, o candidato deixou claro: «o que determinou e determina acima de tudo a minha candidatura e constitui o seu objectivo político fundamental é, como sabeis, o de dar uma activa contribuição para a derrota do candidato da direita Cavaco Silva, de modo a confirmar nas presidenciais a derrota da direita e da sua política alcançada nas legislativas. E de contribuir, também, para que a Presidência da República desempenhe um efectivo papel no sentido da defesa e do reforço do regime democrático constitucionalmente consagrado. (...)

«Que não haja dúvidas: se Cavaco Silva lograsse o seu objectivo - e nós estamos convictos que não conseguirá e tudo faremos para que assim aconteça - o país não demoraria a ver de volta o Cavaco Silva arrogante e autoritário, - o mesmo que mandou a polícia de choque contra os trabalhadores e a população da Marinha Grande, durante a luta aqui travada em defesa dos postos de trabalho na Manuel Pereira Roldão. (...)

«É certo que os resultados das eleições legislativas de 1 de Outubro, apesar de exprimirem uma ampla e maioritária vontade de mudança no nosso país, não tiveram como consequência a formação de um governo com uma política de esquerda, e que por isso a nossa luta pela mudança - a luta dos comunistas, a luta dos trabalhadores - vai ter que continuar.

«Mas é óbvio que seria muito diferente continuarmos essa luta com a Presidência da República nas mãos da direita, nas mãos de um político reaccionário como Cavaco Silva, ou ter esse importante Órgão de Soberania confiado a um democrata, com provas

dadas e que prometa exercer o cargo de forma independente e com respeito pela Constituição.

«Cavaco Silva não é de confiança para a Presidência da República.

«Não é de confiança pelo seu passado - pois é um político que, ao longo de uma década, personificou o autoritarismo, o desrespeito pelos valores e princípios básicos do regime democrático, a flagrante violação dos direitos sociais e dos trabalhadores, o restabelecimento do poder do grande capital, o agravamento das desigualdades, a subserviência nacional, o continuado incumprimento da Constituição.

«E por falar em Constituição, não é revelador que Cavaco Silva tenha sido em 1980 um activo apoiante da candidatura presidencial fascizante do General Soares Carneiro, felizmente derrotada na altura, que assumia o propósito fundamental de alterar a Constituição de forma inconstitucional e golpista?!

«Cavaco Silva não é de confiança pela sua postura presente, que é a de quem esconde a sua verdadeira face e aparece mascarado de político "dialogante", de "respeitador" do regime democrático, de factor de "equilíbrio", apenas para iludir uma vez mais o eleitorado.

«Mas Cavaco Silva não é de confiança, também, pelos seus verdadeiros planos em relação ao futuro. Por se apresentar nas presidenciais numa postura de revanche política da direita, com o propósito claro de se desforrar da severa derrota política que lhe foi infligida nas legislativas pela vontade maioritária do povo português, e de recuperar poder político perdido.

«Agora que vamos entrar nas duas semanas decisivas que faltam para a eleição do Presidente da República, é indispensável que todos os trabalhadores e democratas assumam nas suas próprias mãos o esclarecimento e a mobilização do eleitorado que ainda é preciso realizar. Para que nenhum voto falte à concretização do objectivo político a que propomos, de vencer a direita e de lutar pela mudança. (...)

Cumprir a constituição

«O primeiro e fundamental dever assumido pelo Presidente da República é cumprir e fazer cumprir a Constituição. E a Constitu-

ição Portuguesa, precisamente, confere aos trabalhadores um vasto conjunto de direitos e garantias que a colocam entre as mais avançadas do mundo. Direitos e garantias que, segundo a Constituição, incumbe ao Estado assegurar, e que sofreram um processo de sistemática violação, tornando-se um alvo preferencial dos ataques da direita, desde que ela se instalou no poder. (...)

«Tomemos, por exemplo, o artigo 57º da nossa Constituição, que consagra o direito à greve e a proibição do lock-out, e que estabelece de forma taxativa que "compete aos trabalhadores definir o âmbito de interesses a defender através da greve, não podendo a lei limitar esse âmbito".

«Na última e felizmente abortada revisão da Constituição, que teve lugar no ano passado na Assembleia da República, as propostas de alteração da Constituição apresentadas pelo PSD e pelo CDS/PP em relação a este artigo fundamental são bem esclarecedoras.

«Onde a Constituição comanda que a lei da greve não pode limitar o âmbito de interesses que os trabalhadores pretendam defender através dessa forma de luta, pretendia o PSD que ficasse expresso que os trabalhadores só definissem esse âmbito dentro dos limites de uma lei ordinária com que o partido do sr. Cavaco Silva e o grande patronato sonhavam para liquidarem de facto o direito à greve dos trabalhadores portugueses.

«Quanto ao CDS/PP os seus propósitos eram semelhantes, ao pretender que o direito à greve ficasse condicionado e restringido àquilo que eles designavam por "interesses sócio-profissionais". O que traduzido quer dizer que seriam proibidas todas as greves que a direita e o grande patronato considerassem ser "políticas"... E porque a marca de classe do grande capital é o que fica à vista quando se raspa a tinta populista do partido do sr. Manuel Monteiro, o CDS/PP não se esqueceu sequer de propor a eliminação do preceito constitucional que proíbe o lock-out.

«Trago aqui este exemplo concreto para que fique claro aos olhos dos trabalhadores que a eleição de Cavaco Silva para Presidente da República significaria entregar a mais alta magistratura da Nação a alguém que, durante uma década, desrespeitou grave e sistematicamente os direitos dos trabalhadores e outros direitos de natureza social; e que pretendeu pôr em causa o próprio texto da Constituição que consagrou conquistas fundamentais do 25 de Abril. Cavaco Silva em Belém, não tenhais dúvidas, seria o mesmo que soltar a raposa no galinheiro».

PCP contra alienação dos Estaleiros de Viana do Castelo

Reagindo à intenção do Governo de vender os Estaleiros de Viana do Castelo, revelada recentemente pelo ministro da Economia, Daniel Bessa, a estrutura regional do PCP manifesta em comunicado «a sua mais profunda apreensão e condena qualquer acção que aponte para a alienação da empresa ao capital privado, sendo inaceitável que o actual Governo PS siga precisamente a mesma trajectória e linha de orientação que já vinha sendo adoptada pelos Governos PSD».

A DORVIC sublinha que os Estaleiros «são hoje uma empresa saudável e rentável, com uma excelente carteira de encomendas, devendo-se inegavelmente grande parte do prestígio alcançado a nível nacional e internacional, ao esforço, dinamismo e qualidade dos seus trabalhadores, representando por isso, de forma inquestionável e bem vinculada, um pilar essencial da região em que se encontra inserida, que não pode ser delapidado».

Desmontando assim um dos

argumentos invocados pelo ministro Daniel Bessa, de que a venda se destinaria a obter verbas para a reestruturação da empresa e a sua renovação tecnológica, os comunistas de Viana alertam que será posto em risco o equilíbrio e a estabilidade de emprego da empresa e dos seus trabalhadores.

A regional do PCP entende ainda que não basta afirmar, como fez o ministro, de que não deixará de ouvir as preocupações dos trabalhadores, é necessário que o Governo «respeite as suas opiniões».

O PCP não questiona a necessidade da modernização e reestruturação tecnológica da empresa, devendo todavia realizar-se tendo em conta o contexto sócio-económico da região, a vocação da empresa e as características dos seus trabalhadores.

Contudo, em vez de tentar «encontrar à pressa o parceiro estratégico», o Governo deveria começar por medidas de «reestruturação do sector naval, tendo em vista a manutenção e, se possível o alargamento do actual nível da car-

reira de encomendas, e a conquista de novos mercados».

Os comunistas afirmam que este objectivo «deve ser cumprido através da manutenção do estatuto jurídico de empresa de capitais maioritariamente do Estado, sob a direcção de gestores empenhados e competentes, e não, como vem sucedendo nos últimos anos, que têm revelado uma Administração acomodada ao marasmo, sem poder de iniciativa, contribuindo assim, através da sua inércia e incapacidade, para intencionalmente criar condi-

ções para a alienação da empresa ao capital privado».

Tomando como exemplo paradigmático a medida governamental agora anunciada e que urge combater, a DORVIC do PCP «lança um vigoroso alerta à população de Viana do Castelo no sentido de estar atenta à política praticada pelo Governo PS, cuja filosofia não se mostra substancialmente diferente daquela que foi desenvolvida pelos governos de Cavaco Silva e que foi copiosamente rejeitada e derrotada nas urnas pelo povo português».

Aveiro

Chuvas e marés vivas não desculpam incúria

A DORAV responsabiliza diversas autoridades (Governo, autarquias, JAE, JAPA) pela situação de verdadeira calamidade que está a ser vivida em várias zonas do distrito, onde esta quadra natalícia ficará marcada como um pesadelo para muitas famílias. Segundo a estrutura comunista «as forças da natureza não justificam toda a dimensão do desastre», traduzido na «inundação de habitações e comércio, na destruição de centenas de cabeças de gado, máquinas e alfaias, estradas e pontes».

A forte pluviosidade, conjugada em muitos casos com as marés vivas, provocou graves prejuízos nos concelhos de Albergaria-a-Velha, Estarreja, Águeda, Anadia e Sever do Vouga, os quais poderiam ter sido minimizados se as autoridades competentes tivessem ouvido os repetidos alertas

do PCP relativamente ao desassoreamento da Barra de Aveiro e da Pateira de Fermentelos, às obras necessárias no Baixo Vouga e à correcção das anomalias na rede de esgotos e nos canais da Ria de Aveiro.

A DORAV do PCP exige que o Governo concretize as promessas já feitas de indemnizar as vítimas das cheias, bem como insiste na necessidade de urgente e adequado apetrechamento das cooperações de bombeiros e de outras entidades por forma a que estas possam socorrer com eficiência as populações.

Os comunistas querem ainda ver realizadas as obras acima referidas e defendem a elaboração de um estudo sobre as implicações da barragem dos Abadinhos nas inundações em Águeda.

Efacec na mira da ABB

Alertando os trabalhadores da Efacec para as notícias vindas a público sobre o interesse da ABB em adquirir a empresa, (notícias rapidamente desmentidas pela administração) a célula do PCP recorda o «rastros de destruição» semeado por toda a Europa onde tem entrado a ABB, levando ao encerramento e destruição de milhares de postos de trabalho.

Os comunistas da Efacec citam o exemplo verificado em Portugal, onde a ABB foi responsável pela eliminação de mais de 10 mil postos de trabalho no sector da metalomecânica pesada.

Segundo refere um comunicado recentemente divulgado pela célula comunista, a Efacec é hoje o maior grupo industrial português, estando presente em 52 países, com uma boa carteira de encomendas. São estas as características que o fazem um grupo bastante apetecível para o capital internacional.

Porém, o PCP sublinha que a ABB apenas está interessada na Efacec, entre outras empresas, pelo mercado que aquela representa e que a possível aquisição, visa tão somente eliminar um concorrente.

Por outro lado, a Célula revela que as estruturas de trabalha-

dores foram informadas que o prémio de mérito irá sofrer uma diminuição que poderá atingir os 6 por cento, motivada, segundo a administração, pela necessidade de esmagar preços para poder competir a nível internacional.

Notando que os citados prémios têm servido para impedir que o trabalhadores lutem, o organismo considera que aqueles não devem permitir que sejam cortadas regalias, mas sim lutar para que todos tenham os mesmos direitos, apelando desta forma à unidade e vigilância em defesa dos direitos conquistados e dos postos de trabalho.

Pescadores do Sado querem redução de malhagem

Acompanhado por José Manuel Maia, membro da DORS e do Comité Central do PCP, e dirigentes locais do Partido, o deputado comunista Lino de Carvalho visitou, no passado dia 19 de Dezembro, o concelho de Alcacer do Sal, onde ouviu as reivindicações dos pescadores da Carrasqueira sobre a pesca no estuário do Sado.

Os pescadores exigem a redução da malhagem da rede «soalheira» de 100 mm para 75 mm como

forma de manter um nível de capturas que lhes permita a subsistência, afirmando que essa alteração em nada afectará as espécies do Sado. A este propósito, salientaram que os técnicos do IPIMAR aconselham e recomendaram à Administração Central uma malhagem de 80 mm, mas as autoridades marítimas ignoram a decisão oficial, que terá sido positiva, e continuam a exercer uma fiscalização intensa sobre os pescadores.

Estes querem ainda a eliminação da venda mínima em lota para a renovação das licenças de pesca, exigência que tem sido aplicada de forma discricionária sem que para tal exista legislação; a extensão da licença de pesca ao barco de apoio; e subsídios ao combustível para os motores fora de borda.

O deputado Lino de Carvalho comprometeu-se a confrontar o Governo com as matérias apresentadas. Na visita do parlamentar, realizaram-se ainda contactos com rendeiros, tendo sido abordadas as questões do arrendamento rural e a classificação dos solos, que ainda está por fazer. Esta facto prejudica os rendeiros uma vez pagam rendas à «Atlantic Company» como se os terrenos fossem de primeira.

DORBA exige mais investimento em Bragança

A Direcção Regional de Bragança do PCP, reunida no passado dia 15 de Dezembro, analisou a situação política regional, definindo um conjunto de propostas para o PIDDAC de 1996 (Plano de Investimentos da Administração Central), a apresentar ao Grupo Parlamentar comunista, tendo ainda estabelecido o calendário de iniciativas regionais para o próximo ano.

A DORBA considerou positiva a visita que candidato comunista à presidência realizou ao distrito, sublinhando que o resultado das iniciativas corresponderam e até excederam às expectativas da organização.

Sobre a situação económica e social, a direcção regional chama a atenção para «os altíssimos valores de desemprego em todo o distrito», indicando que a situação da empresa Grunig continua por resolver, o que é feito com o escandaloso silêncio das entidades locais e nacionais. A DORBA afirma que continuam enterrados os resíduos tóxicos e que não foram apresentadas soluções para os graves problemas dos trabalhadores.

Os comunistas de Bragança manifestam ainda preocupação pelo alto índice de sinistralidade do IP4, denunciando a inexistência de serviços de apoio em todo o percurso. Exigem igualmente do Governo a conclusão do percurso Bragança-Espanha e simultaneamente a criação de áreas de serviço, bem como medidas de

segurança adequadas à circulação desta importante via rodoviária.

Do conjunto de propostas a serem incluídas no PIDDAC deste ano, destaca-se a construção de uma Central de Camionagem, do Centro Cultural, do Matadouro, do Mercado, da ETAR e do Parque da Cidade de Bragança.

É também proposta a edificação do palácio da Justiça de Alfundega da Fé, a cobertura da piscina, que permita a reabilitação do complexo e a prática da natação no Inverno, e a construção de uma Pousada Distrital da Juventude na Serra de Bornes.

Na área das comunicações, a DORBA propõe a reparação de diversas estradas nacionais do distrito, a construção de uma variante em Mirandela, entre Reginorde e a zona industrial, a reabertura e modernização da Linha do Tua, entre Mirandela e Bragança, e a sua beneficiação entre o Cachão e o Tua.

O PCP considera necessário a abertura de uma estrada entre Benlhevai e Santa Comba da Vilarça, no concelho de Vila Flor; a construção de um Pavilhão gimnodesportivo em Vilas Boas, no mesmo concelho, a construção do IC5, no troço de Murça/IP4/Franco/Vila Flor/Alfundega da Fé/Mogadouro/Miranda do Douro. Por fim, a DORBA exige a conclusão do IP2, no troço de Macedo de Cavaleiro/Pocinho e a construção de uma Variante na Vila de Vinhais.

CAMARADAS FALECIDOS

Aníbal Tavares Machado

Faleceu com 74 anos de idade, Aníbal Tavares Machado, organizado na Freguesia de Alvites, no concelho de Mirandela. Era comerciante reformado.

Fernando dos Santos Silva

Faleceu com 62 anos de idade, Fernando Ferreira dos Santos Silva. Era cardiologista e residia em Lisboa. Militante comunista desde os anos 50, esteve preso no Aljube em 1953.

Maria Arminda da Conceição Silva

Faleceu, no passado dia 3 de Dezembro, a camarada Maria Arminda da Conceição Silva. Contava 64 anos de idade e residia na Freguesia da Charneca de Caparica. Estava organizada na célula da Função Pública, no concelho de Almada.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Agricultores de Ponte de Lima contra traçado de gasoduto

Os agricultores de três freguesias de Ponte de Lima estão contra a forma como está a ser feito um alegado estudo do traçado do gasoduto no concelho, tendo já, como forma de protesto, subscrito um abaixo-assinado que recolheu 243 assinaturas nas freguesias de Cepões, Labruge e Barrio.

Na origem do problema, de acordo com declarações prestadas à Lusa pelo presidente da Associação de Agricultores do Vale do Lima (AAVL), Orlando Gonçalves, está "a entrada em terrenos privados de pessoas que não se identificam e apenas dizem estar a trabalhar para a passagem do gasoduto".

Orlando Gonçalves especificou que os indivíduos em causa "têm sotaque espanhol" e "não apresentam qualquer tipo de documento de identificação", salientando já terem surgido cenas de violência entre proprietários agrícolas e os referidos indivíduos.

"A revolta dos agricultores surge porque, mais uma vez, parece que o traçado do gasoduto pretende seguir por terrenos agrícolas de boa qualidade", frisou o presidente da AAVL, questionando por que razão "se está a perseguir a agricultura".

Aquele dirigente associativo revelou ainda que o traçado do

gasoduto no concelho de Ponte de Lima "não está definido, nem consta do Plano Director Municipal", salientando que a informação lhe foi prestada pelo presidente da Câmara local.

No sentido de avaliar a situação e decidir sobre as medidas a adoptar foi entretanto marcada uma reunião com os agricultores das três freguesias, para a qual estavam igualmente convidados representantes da Federação das Associações de Agricultores da Região de Entre-Douro e Minho (FANORTE), que já liderou idêntico protesto em Famalicão, e da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP).



Em Ponte de Lima podem repetir-se os protestos de agricultores verificados em Famalicão

Na Quinta do Conde Os erros e ilegalidades do PS

"Final quem são os incompetentes?", interroga a CDU da Quinta do Conde numa reacção a propósito da aprovação do orçamento anual efectuado pela assembleia de freguesia na sua reunião do passado dia 21 de Dezembro.

Em causa está, concretamente, o que a CDU considera serem

os "erros, incorrecções e profundas ilegalidades" que enfermam o referido orçamento, no qual, observa, as despesas correntes são superiores às receitas.

Particularmente verberado pela CDU, que acusa o PS de nunca ter feito "a ponta de um alfinete" na localidade, é ainda a postura deste partido de "pro-

mover o radicalismo e praticar a intolerância", comportamento próprio de quem tem a pretensão de "saber tudo" e que acaba por dar "cobertura a fórmulas e conceitos de gestão que a lei determinantemente proíbe".

Afirmando-se disposta a "recorrer de imediato para os

órgãos competentes", a fim de ser reposta a legalidade, a CDU formula ainda no seu comunicado à população outra pergunta: "como é possível o PS almejar o leme da grande fragata do concelho, quando tão incompetente se revela a manejar os remos do pequeno barco da freguesia?"

Barragem dos Minutos Comissão de Defesa quer início da obra

A Comissão de Defesa da Barragem dos Minutos, em Montemor-o-Novo, Évora, reclama que o Orçamento de Estado para 1996 disponibilize verbas para a construção do empreendimento.

Em comunicado, a comissão, de que faz parte o município local e outras entidades concelhias, refere que foi recentemente recebida pelos Grupos Parlamentares do PCP, PS, PSD e PP e que aguarda a marcação de audiências com os ministros da Agricultura, Planeamento e do Ambiente.

A comissão solicitou aos Grupos Parlamentares o seu apoio para que rapidamente seja tomada uma decisão e iniciada a construção da barragem, destinada a criar uma área de regadio e reforçar o abastecimento público de água.

Dos resultados dessas reu-

niões com os partidos com assento parlamentar dá ainda conta o comunicado ao referir que o PSD e o PP, revelando abertura, informaram que "iriam proceder à ponderação das questões apresentadas".

Quanto ao PCP, ainda de acordo com a nota aos órgãos de comunicação social, foi por si reiterado o apoio ao projecto, estando previsto, nesse sentido, quer uma proposta sua para a inclusão da obra no Orçamento do Estado, quer uma diligência com vista ao rápido agendamento da petição, contendo mais de seis mil assinaturas, que foi entregue na Assembleia da República em Fevereiro de 1994.

Do Grupo Parlamentar do PS a Comissão obteve também o compromisso de que seriam estabelecidos rápidos contactos com membros do Governo para análise da questão.

Em Oeiras Derrapagem orçamental obriga a austeridade

O Plano de Actividades e Orçamento para 1996 da Câmara Municipal de Oeiras foi aprovado na última reunião da Assembleia Municipal apenas com os votos do PSD, a abstenção do PS e os votos contra da CDU.

Celirico Moreira, em nome do Grupo da CDU, justificou o sentido de voto da sua bancada com o facto de o Plano de Actividades para 1996 não ter suporte financeiro para alcançar sequer uma taxa de execução de

50 por cento, pelo que, observou, haverá necessidade de transferir aproximadamente 11 milhões de contos, a preços actuais, para o Plano de Actividades de 1997.

Esta situação, segundo a declaração de voto proferida por Celirico Moreira, resulta do facto de já o Orçamento de 1995 evidenciar "uma situação financeira reconhecidamente grave", em relação à qual não foram adoptadas, como se impunham, as correspondentes medidas de

"severo controlo e disciplina orçamental" através de um Plano de Contenção de Despesas Correntes.

Como nada disso foi feito, assinala Celirico Moreira na sua declaração de voto, daqui resultou que a "despesa corrente foi a maior de sempre, ultrapassando os sete milhões de contos".

Considerando que o Plano de Actividade agora aprovado está "condenado à partida a não ser cumprido e a arrastar-se penosa-

mente por muitos e largos anos", a CDU de Oeiras reclama que, face à situação financeira da Câmara, o ano de 1996 "seja de austeridade e estrito rigor orçamental".

Nesse sentido, como preconizou Celirico Moreira, importa que no quadro de rigor e disciplina orçamental que a actual situação financeira exige sejam complementariamente apresentados um plano de contenção de despesas correntes e um plano de tesouraria.

Guarda CDU exige transparência na gestão

A situação criada com a suspensão do exercício de funções do Presidente da Câmara da Guarda é classificada pela CDU do distrito como "um facto anormal" na vida do município, simultaneamente revelador de que "é necessária mais transparência na gestão pública".

Inaceitável, do ponto de vista da CDU que veiculou esta posição através de Armando Morais na última reunião da Assembleia Municipal, é ainda a postura do PS ao não possibilitar uma adequada análise do caso pelos

órgãos autárquicos do município.

Com efeito, segundo a declaração de Armando Morais (do Conselho Nacional do PCP e responsável pelos distritos da Guarda e Castelo Branco), não só o presidente da Assembleia Municipal entendeu não convocar nenhuma reunião extraordinária, como nem sequer fez constar o assunto da ordem de trabalhos da mais recente reunião ordinária daquele órgão autárquico.

Para Armando Morais, tal atitude é criticável não apenas por

que a suspensão do presidente (a aguardar julgamento em liberdade depois de ter pago uma caução de 20 mil contos) implicou modificações na composição do Executivo, nos métodos e estilo de trabalho, como também por representar "um mau exemplo que se dá para os municípios" de uma postura de "não diálogo", susceptível de ser interpretada como assunto tabu e, nessa medida, "perpetuar os medos que o cidadão comum tem de criticar os detentores do poder".

Depois de salientar que a gravidade dos problemas que têm

surgido na Guarda necessitam de uma ampla discussão pública e de ter apelado a uma maior transparência e rigor na gestão autárquica, Armando Morais concluiu a sua intervenção exigindo o apuramento de responsabilidades, a correcção dos erros e a reposição da correcta hierarquia de competências entre a Câmara e a Assembleia Municipal, em ordem a transformar esta última num "órgão fiscalizador do executivo e não numa mera caixa de ressonância da maioria na Câmara Municipal".

Em Loures, amanhã Música de todas as cores

"Sons da Lusofonia", assim se chama o concerto a realizar amanhã, dia 5, pelas 22 horas, com o apoio da Câmara de Loures, no Pavilhão "Paz e Amizade". Sob a direcção musical de Carlos Martins, no espectáculo, com entrada gratuita, participam cerca de quinze músicos, todos deles provenientes dos sete países lusófonos, entre os quais se contam alguns dos melhores músicos do actual panorama musical, como Laurent Filipe, Alexandra Frazão, Mingo, Dany Silva, Carla Beatriz, entre outros. Prevista está ainda a participação de diversos convidados especiais, designadamente, Rui Veloso, Carlos Barreto, Bernardo Sasseti, Filipe Mukenga e Netos do N'gumbé.

Este projecto tem por base a ideia da formação de uma Orquestra Lusófona Intrenacional, com a qual seja possível actualizar e autenticar uma verdadeira cooperação artística, espiritual e cultural entre os países lusófonos: Portugal, Brasil, Cabo Verde, Angola, Guiné, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Denuncia a USC/CGTP em reunião com o Governador Civil

Dificuldades em Coimbra não se vêem nas estatísticas

Após uma reunião com o Governador Civil, a União dos Sindicatos de Coimbra chamou publicamente a atenção para os problemas vividos no sector produtivo do distrito, traçando um quadro que «não é espelhado pelas estatísticas oficiais».

Segundo António Moreira, da USC/CGTP-IN, o sector cerâmico revela-se actualmente como

aquele em que as dificuldades são mais gritantes, com destaque para a fábrica Cerâmicas Estaco. A empresa - disse o sindicalista à Agência Lusa - debate-se com um débito de quatro milhões de contos e tem por pagar o subsídio de Natal aos seus 440 funcionários, que, nos últimos dias têm ameaçado entrar em greve por tempo indeterminado.

Contactada pelo Governador Civil, a administração da fábrica comprometeu-se a pagar a partir de anteontem os salários de Dezembro; o subsídio de Natal deverá ser pago ainda em Janeiro ou ao longo de três meses. Mas, para a União de Sindicatos, os trabalhadores continuam sem garantias seguras e será difícil prever a sua

reação, a definir num plenário marcado para ontem, quarta-feira.

A situação social e laboral no distrito é descrita pela USC como «preocupante», num dossier que abrange 71 empresas e que foi terça-feira entregue ao Governador Civil. As situações referidas envolvem despedimentos, salários em atraso, empresas em situação de ruptura financeira ou encerradas e violação dos direitos dos trabalhadores e dos contratos laborais.

«Há uma situação crescente

de falta de emprego, que leva a uma hiper-exploração dos trabalhadores e que tem efeitos ao nível do Orçamento de Estado, nomeadamente no que se refere à Segurança Social», afirmou à Lusa Pinto Ângelo, membro da comissão executiva da USC.

Segundo este sindicalista, a dimensão do trabalho precário e das violações dos direitos dos trabalhadores é «enorme» e, nesse sentido, o Governador Civil foi alertado para a necessidade de uma maior fiscalização das condições laborais.

Para o representante do Governo, os dados revelados pela USC são o «primeiro indicador de que no Distrito de Coimbra a evolução do emprego não é assim tão famosa, o que contribuiu para o resultado eleitoral de 1 de Outubro». Considerou, no entanto, que a situação «não é ainda dramática», preferindo primeiro cruzar informações dos departamentos de emprego e só depois iniciar diligências junto dos ministérios envolvidos, com vista ao encontro de soluções.

Feruni decide aguardar proposta para reabertura

Os trabalhadores da Feruni, uma fundição sediada em Pateiras, Santo Tirso, decidiram esperar uma semana pela anunciada proposta da administração da empresa, tendo em vista a sua reabertura, revelou anteontem o Sindicato dos Trabalhadores das Industrias Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito do Porto, que deu anteontem uma conferência de imprensa à porta das instalações daquela empresa.

No primeiro dia útil do ano, os trabalhadores encontraram a empresa encerrada, o que levou o sindicato a manifestar o seu veemente protesto e a reforçar a convocatória para o encontro com os jornalistas. «Estamos perante um lock-out da administração da família Ferreirinha que, querendo fazer crer estar interessada na viabilização, demonstrou hoje todo o seu interesse, ao encerrar as portas da empresa», afirmava o sindicato na nota que enviou à comunicação social. Nesse documento, o STIMMDP informava ainda que «os trabalhadores, depois de terem reunido em plenário, dirigiram-se à residência do eng.º Eduardo Ferreirinha, a fim de se inteirarem da situação».

Reabrir com todos

«Sabemos que é intenção do eng.º Eduardo Ferreirinha propor o arranque da empresa», afirmou à Agência Lusa o dirigente José Alberto Ribeiro, ao dar conta dos resultados deste encontro. Segundo o sindicalista, esta proposta não será aceite caso se venham a confirmar os rumores de que a proposta de reactivação da empresa vai apenas contemplar 30 dos cerca de 120 actuais trabalhadores da Feruni.

«O eng.º Ferreirinha não tem o direito de fazer uma listagem dos trabalhadores que lhe interessam», frisou José Alberto Ribeiro, realçando que «são todos trabalhadores da empresa e, se os quiser despedir, terá que pagar a indemnização legal».

O sindicalista criticou a situação da empresa, salientando que «os principais credores, representando cerca de 80 por cento dos créditos, já afirmaram que a empresa é viável e não deve ser declarada a falência».

A Feruni, que chegou a encerrar em Fevereiro de 1995, devido a dificuldades económicas que originaram o corte do fornecimento de energia eléctrica por falta de pagamento à EDP, retomou a laboração em Abril, depois da assembleia de credores ter legitimado a gestão, recordou aquele dirigente sindical.

Numa nota distribuída dia 29 de Dezembro, o STIMMDP afirmava que, «depois de uma longa travessia de dificuldades, com sucessivos despedimentos, salários em atraso, suspensões de contrato, os trabalhadores da Feruni aguardam agora a última decisão sobre a manutenção dos seus postos de trabalho». Mas, «fartos de mentiras e de ilegalidades, levadas a efeito pela família Ferreirinha, decidiram proceder a algumas denúncias sobre a gestão desta empresa, que vão desde a criação de empresas fantasmas à má (ou nenhuma) aplicação dos fundos que tem recebido.»

E acusava: «Durante este ano, a empresa esteve sob a direcção de uma outra empresa, inglesa, cliente da Feruni, e os salários foram sempre pago e o trabalho não escasseou, como vinha acontecendo ao longo destes últimos anos. Daqui se pode concluir que o problema não está na empresa, mas sim na pessoa que a gere, o eng.º Eduardo Ferreirinha.»

Seguros do Norte recusam absurda proposta de 2,25%

Deverá ter lugar amanhã de manhã a primeira reunião de negociação da tabela salarial para 1996 para o sector dos seguros. Num comunicado com data de 28 de Dezembro, o Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte dá a conhecer a contraproposta apresentada pela Associação Portuguesa de Seguros, que se fica por uma actualização salarial média de 2,25 por cento. A associação patronal preconiza uma subida de 25 escudos no subsídio de almoço; de 1650 escudos no salário mais baixo e de 6900 escudos no ordenado mais elevado.

Perplexo com «tão absurda proposta», o STSN realça que a percentagem avançada pela APS «não contempla, sequer, a inflação prevista pelo Governo para 1996 e ignora a partilha dos ganhos de produtividade e a aproximação à média europeia». A contraproposta da APS «ignora, igualmente, a nossa proposta de revisão das cláusulas de expressão pecuniária», afirma ainda o sindicato, que se vai apresentar nas negociações, «como sempre, com a seriedade que o caracteriza, na defesa dos interesses dos trabalhadores que representa».

O Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte, na proposta apresentada a 29 de Novembro à APS, ao Instituto de Seguros de Portugal, à Ancose e à Apose, reivindica aumentos salariais de 7,5 por cento. Para chegar a este valor, o sindicato teve em conta a inflação prevista para 1996, a participação nos ganhos de

produtividade e a aproximação dos salários à média europeia.

Na mesma altura, o STSN enviou também uma carta aberta ao primeiro-ministro, congratulando-se com «o tom e a intenção» de António Guterres, durante a campanha eleitoral, relativamente à política de rendimentos; são registados, «como vectores estruturantes do discurso de v. ex.ª, a inevitabilidade da reposição do poder de compra, acrescida de ganhos de produtividade a favor do factor trabalho». O sindicato propôs ao chefe do Governo cinco princípios mínimos, a contemplar na política de rendimentos, manifestando «as mais fundadas esperanças de ver consagrada, para o factor trabalho, a atenção política e social que, há tanto tempo, lhe vem sendo sonegada».

Congresso

O Congresso do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte, convocado inicialmente para dia 6 de Janeiro e destinado a decidir sobre o alargamento do âmbito do STSN, foi adiado para data a designar. A decisão foi tomada pelo presidente da Mesa, «por razões de ordem técnica e estatutária» e depois de ouvida a comissão eleita pelo Conselho Geral para estudar o alargamento (e que é constituída pela direcção e todas as tendências representadas no STSN).

Governo e Sindicato dos Enfermeiros com preocupações comuns

Publique-se o quadro de pessoal do Hospital Amadora-Sintra

Embora tenha mantido a decisão do Governo anterior de entregar o Hospital Fernando Fonseca à gestão privada, o novo executivo reconheceu, numa reunião com o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, que comunga das mesmas preocupações que a direcção do SEP relativamente ao futuro imediato do hospital. A representante da ministra da Saúde defendeu que, com o fim do regime de instalação, todo o processo deveria estar concluído, nomeadamente a publicação do quadro de pessoal.

A informação foi divulgada pelo sindicato, numa nota de imprensa em que dá conta da reunião que teve a 28 de Dezembro com a directora-geral do departamento de recursos humanos da Saúde, dotada de poderes de delegação da ministra. O SEP revela que, quanto aos reflexos do contrato de gestão privada no pessoal de enfermagem, foram obtidos vários compromissos para os enfermeiros com vínculo à Função Pública:

a) no dia 31 de Dezembro, com a cessação do regime de instalação, terminaram as comissões de serviço extraordinárias; até

aquela data, os enfermeiros que quiseram manter-se a trabalhar no hospital tiveram que optar pelo regime de requisição;

b) será publicado o quadro de pessoal, com um número de lugares que contemplará, apenas, o pessoal que até ao fim do ano se encontrava nomeado em comissão de serviço extraordinária e em 1 de Janeiro passou a regime de requisição, com efeitos a essa data e garantindo o direito à progressão e promoção na carreira de enfermagem;

c) o gabinete ministerial estudará e criará os mecanismos que impeçam, até à entrada em vigor do quadro de pessoal, a suspensão do regime de requisição por parte da sociedade gestora;

d) o Governo também se comprometeu a estudar e propor «normas orientadoras que salvaguardem a correcta aplicação, da legislação que se aplica aos funcionários e agentes da Administração Pública, aos enfermeiros que continuam vinculados».

Relativamente aos enfermeiros sem vínculo à Função Pública, tal como aos que sejam admitidos desde 1 de Janeiro, o sindicato informou que a sua situação será discutida numa reunião solicitada

ao conselho de administração do hospital e marcada para a próxima segunda-feira.

Cruz Vermelha pagou a tempo

«A coesão dos trabalhadores do Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa, demonstrada pelas posições firmes que tomaram em defesa dos seus direitos, obrigou o conselho de administração a efectuar às 14 horas o pagamento dos vencimentos do mês de Dezembro», o que «comprova não ter havido qualquer fundamentação plausível para a pretensão» do CA - informou o SEP na sexta-feira à tarde.

Num ofício de dia 28, a administração daquele hospital informou que o pagamento dos salários seria feito por cheque a partir das 16 horas de sexta-feira, o que significaria que os trabalhadores só poderiam ter o dinheiro na terça-feira, depois da reabertura dos bancos.

Para avaliar um mês de negociações com o Governo Reúne amanhã a cimeira da Administração Pública

Os sindicatos anunciaram que vão definir «medidas de envolvimento dos trabalhadores» para obterem respostas claras e demonstrativas da mudança esperada desde 1 de Outubro.

No final da quarta reunião de negociações com o Governo, a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública mostrou-se muito insatisfeita com os resultados. Uma nota de imprensa da coordenadora da Frente, distribuída ainda no dia 29 de Dezembro, refere que a «proposta de acordo» nessa manhã entregue pelo Governo «não contém alterações quanto à proposta de actualização, em 3,7 por cento, de salários, pensões e outras matérias de natureza pecuniária».

A Frente Comum, que congrega 31 organizações sindicais representativas dos diversos sectores da Administração Pública, informa que só após a insistência dos seus sindicalistas «o Governo aceitou antecipar para

a negociação de curto prazo a discussão relativa às carreiras profissionais, englobando-a com a classificação de serviço e o recrutamento e selecção de pessoal, e comprometeu-se a apresentar na próxima reunião uma nova posição sobre as percentagens dos aumentos, a valorização do salário mínimo da Função Pública e a integração nos vencimentos do adicional de 2 por cento».

Na nota é sublinhado o protesto da Frente Comum de Sindicatos, que considera «inadmissível que o Governo, após 4 reuniões, mantenha inalterada a sua proposta salarial, em valores que perpetuam a degradação dos salários» e «fundamental que o Governo concretize os seus compromissos no que toca à

resolução imediata das situações mais urgentes de emprego precário».

O Governo deveria assumir na reunião seguinte, marcada para ontem, «uma atitude que viabilize o início efectivo de um processo negocial que abandone a generalização e reflecta e resolva as questões concretas mais importantes para a Administração Pública e os seus trabalhadores», reclamava-se na nota da Frente Comum.

«Decepcionante»

Num primeiro balanço das negociações com o Governo, iniciadas a 6 de Dezembro, a coordenadora da Frente Comum de Sindicatos classifi-



Os sindicatos mais representativos dos diferentes sectores da Administração Pública têm estado presentes nas várias cimeiras já realizadas e que culminaram com a constituição da Frente Comum (foto de arquivo)

cou como «decepcionante» o resultado das três reuniões então realizadas, desejando que o executivo «clarifique a sua posição sobre as principais reivindicações sindicais, criando finalmente condições para que o ano de 1996 veja a

mudança de atitudes e de políticas por que os trabalhadores esperam desde o dia 1 de Outubro de 1995».

Na nota de imprensa que divulgou dia 28, o organismo coordenador da Frente anunciou a decisão de convocar para 5

de Janeiro uma cimeira de sindicatos da Administração Pública, para «avaliar o processo negocial e tomar as medidas que se venham a justificar, nomeadamente quanto ao envolvimento dos trabalhadores do sector».

Portageiros serão despedidos?

Os cerca de 50 trabalhadores dispensados pela Brisa não serão reintegrados, garantiu na semana passada a administração da empresa aos sindicatos do sector.

Em reunião com a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, a administração confirmou dia 28 a dispensa e declarou que não se sente obrigada a readmitir os trabalhadores, disse, à Agência Lusa, Raul Picasinos, da comissão executiva da FEPCES.

Em causa estão os postos de trabalho de cerca de 50 portageiros, dispensados das portagens da CREL de Queluz, de Ermesinde e da Maia. Segundo Raul Picasinos, «há alguém que está a mentir», porque o Governo garantiu que os postos de trabalho não estariam em causa «e agora o único compromisso da Brisa foi a garantia de recomendar estes trabalhadores quando abrirem novas portagens».

A federação, disse o sindicalista, vai pedir uma audiência urgente ao novo ministro do Equipamento Social e, entretanto, está à disposição dos trabalhadores para os ajudar nas formas de luta que entenderem.

Os trabalhadores agora dispensados, frisou Raul Picasinos, trabalham há vários anos para a Brisa e, legalmente, deviam pertencer aos quadros da empresa.

Na reunião, a Brisa, segundo Raul Picasinos, disse também que não aceita a FEPCES como interlocutora nas negociações de acordo de empresa, contrariando uma recomendação do Provedor de Justiça nesse sentido. A admi-

nistração nega igualmente o crédito de horas aos delegados dos sindicatos da FEPCES, atitude que levou já a federação a instruir processos contra a empresa.

Comércio ao domingo

A Federação do Comércio, Escritórios e Serviços anunciou ainda que pretende reunir urgentemente com o ministro da Economia, para entregar uma proposta de alteração à legislação sobre os horários de funcionamento dos estabelecimentos



Os sindicatos insistem em defender o descanso obrigatório ao domingo como norma para o sector do comércio

comerciais. Esta proposta sindical - que será apresentada amanhã à comunicação social - defende o encerramento, aos domingos e dias feriados, de todos os estabelecimentos comerciais, salvaguardando as excepções já previstas. A FEPCES admite a possibilidade de ser alargado o período de funcionamento noutros dois dias da semana (sexta-feira e sábado), o que permitiria alargar o período de compras e salvar o domingo como dia de descanso também para os trabalhadores do comércio.



Depois de conseguirem, pela luta e com ampla solidariedade, travar o encerramento da fábrica, os trabalhadores querem agora informação clara e garantias firmes para o futuro

Depois do fim anunciado Regina volta a funcionar

A Regina, uma das mais antigas fábricas de chocolate nacionais e provavelmente a mais prestigiada, viu reabertas terça-feira as suas portas, para limpeza e algum trabalho de manutenção de máquinas, e os gestores prometem que o seu funcionamento irá ser retomado em breve.

Hoje, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Sul e Tabacos irá reunir com os novos responsáveis nomeados pela gerência, a fim de exigir que estes apresentem o projecto de viabilização, bem como as medidas previstas para a integração dos efectivos suspensos, o pagamento dos salários em atraso desde Julho e a salvaguarda do futuro da empresa.

Depois de pagar 45 mil escudos a cada funcionário, a gerência da Regina esboçou esta tentativa

de reabertura da fábrica, possível, segundo o sindicato pretende hoje ver confirmado pela empresa, depois do parecer favorável à viabilização dado pelos dois maiores credores: o Estado, em meados de Dezembro, e o BCP.

Na passada terça-feira, foi aprovada em plenário de trabalhadores a posição a tomar pelos representantes do pessoal, no encontro de hoje com o Conselho de Gerência. No documento, requere-se a planificação do pagamento da dívida aos trabalhadores, incluindo os juros e definindo prazos, bem como informação detalhada sobre os acordos negociados pela gerência com as instituições bancárias, a Segurança Social e as Finanças.

Quanto à política de recursos humanos, os trabalhadores pretendem conhecer a constituição do Conselho de Gerência e os novos directores financeiro, administrativo, comercial e de produção, de forma a se compreender a ligação das instituições financeiras à empresa, tendo como objectivo uma gestão séria e rigorosa. Outra questão a levantar hoje será a realização de reuniões, de duas em duas semanas, entre as Organizações Representativas dos Trabalhadores e o Conselho de Gerência.

Reformados da CUF em luta

Os trabalhadores reformados da ex-Mompur e Equimetal voltam a reunir-se no próximo dia 15 com o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul, com o objectivo de analisar a sua situação de grave injustiça e decidir quais as acções a desenvolver, depois do encontro com os sindicalistas realizado no mês passado em que decidiram expor a sua questão ao Primeiro-Ministro.

Com a nacionalização da CUF, a transferência daquelas empresas para o IPE (Investimentos e Participações do Estado) e a sua posterior falência, os trabalhadores efectivos foram transferidos para as novas empresas criadas e foram pagas indemnizações aos funcioná-

rios chamados a rescindir o seu contrato de trabalho. Quanto aos trabalhadores reformados, que possuíam um complemento de reforma, foi garantida uma justa compensação pelas administrações em função. «Porém, mortas e enterradas as empresas, todos se esqueceram dos compromissos assumidos com os reformados», explica o sindicato numa nota à comunicação social.

Contudo, chamado a resolver a questão pela Provedoria de Justiça, o IPE «recusa-se a reparar a injustiça cometida a estes ex-productores de riqueza, que deram dezenas de anos de trabalho àquelas empresas».

Israel

Segundo o diário "Haaretz", Israel está em condições de fabricar 70 bombas nucleares, graças ao plutónio produzido no seu reactor de Dimona. O jornal refere um estudo recente, encomendado pelo Departamento de Estado norte-americano. Segundo esse estudo, Israel acumulou 350 quilos de plutónio, graças a essa central nuclear, situada no deserto de Neguev (sul), que produz anualmente 16 quilos de plutónio, desde 1964. Esta produção permite fabricar pelo menos três bombas nucleares por ano. Outras fontes indicam que Israel disporia pelo menos de 200 bombas atómicas.

Croácia

O secretário-geral da ONU, Boutros-Ghali, referiu milhares de casos de violação dos direitos humanos na Croácia, onde a situação da minoria sérvia é "particularmente preocupante". Em relatório dirigido ao Conselho de Segurança, o secretário-geral da ONU denuncia a ausência de actuação por parte das autoridades croatas. Os polícias croatas "parecem ter dado provas, de uma forma geral, de indiferença e, em muitos casos, não tomaram quaisquer medidas" contra os responsáveis pelas exações cometidas durante a ocupação pelo exército croata, da Krajina, região da Croácia controlada desde 1991 pelos sérvios.

Rússia

A Comissão Eleitoral da Rússia, após uma última verificação, divulgou os resultados oficiais definitivos do escrutínio proporcional pelas principais listas concorrentes às eleições legislativas russas de 17 de Dezembro. Os 450 lugares da "Duma" - câmara baixa do parlamento - foram preenchidos em partes iguais por escrutínio proporcional e por escrutínio maioritário, tendo sido anteriormente proclamados os resultados no segundo caso. São os seguintes os resultados do escrutínio proporcional:

- Partido Comunista da Rússia: 15 432 963 votos (22,3 por cento) correspondentes a 99 dos 225 lugares a prover
- Partido Liberal Democrata da Rússia (PLDR): 7 737 431 votos (11,18 por cento), 50 lugares
- A Nossa Casa É a Rússia: 7 009 291 votos (10,13 por cento) 45 lugares
- Iabloko: 4 767 384 votos (6,89 por cento), 31 lugares

Bósnia

Um helicóptero "Apache" norte-americano disparou acidentalmente, sem fazer vítimas, um "rocket" de 70 mm sobre território sérvio na Bósnia. Um facto que testemunha dos riscos implícitos na

EUA

Orçamento e despesas sociais

Arrasta-se o debate em torno do voto do orçamento norte-americano. O governo dos Estados Unidos poderá mesmo iniciar 1996 sem orçamento, apesar de uma reunião realizada na Casa Branca, para tentar superar o problema.

O presidente Bill Clinton, os dirigentes das maiorias republicana no Senado, Roberto Dole, e Câmara de Representantes, Newt Gingrich, concordaram, nessa reunião, na necessidade de reabrir as repartições públicas, encerradas em 16 de Dezembro por falta de orçamento.

260 mil funcionários federais foram então "mandados" para casa por não poderem ser legalmente pagos, o que afectou o funcionamento de vários serviços.

O debate em torno do orçamento, profundamente condicionado pelas eleições presidenciais que terão lugar este ano, gira em torno da redução das despesas sociais.

Na verdade, tanto a Casa Branca como o Congresso, republicanos e democratas, estão de acordo quanto ao

princípio de redução da parte do orçamento destinada a despesas sociais. Bill Clinton opôs entretanto o seu veto às leis mais declaradamente anti-sociais, votadas pela maioria republicana no Congresso.

Em vésperas de Natal a Câmara de Representantes adoptou um texto que relega para os Estados a obrigação de financiar as ajudas às pessoas mais carenciadas e nomeadamente às famílias monoparentais.

Esta decisão levará automaticamente a uma redução do montante das ajudas às jovens mães solteiras. O Congresso federal decidiu entretanto ir mais longe, estabelecendo certas quotas quantitativas e qualitativas.

De referir, por exemplo, que quaisquer ajudas serão cortadas no caso de famílias monoparentais virem a ter

outro filho, quando já estão a receber ajuda social. Uma medida que fundamentalmente atinge a população negra.

Esta batalha em torno do orçamento - que já tem muito de batalha eleitoral - desenrola-se num momento

em que a economia americana regista sérios problemas, com a queda sistemática do crescimento que se vem a verificar nos últimos meses.

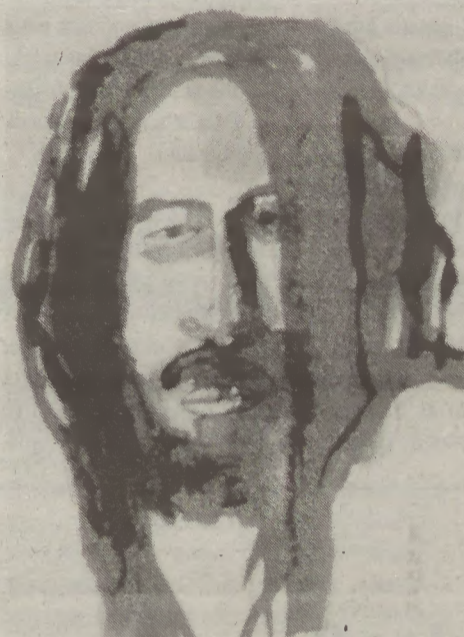
A curva dos consumos tem vindo a decair, enquanto simultaneamente aumen-

ta o peso do endividamento das famílias.

Um endividamento que é a ponta do iceberg do colossal endividamento do país, que Wall Street e o patronato pretendem resolver à sua maneira - com cortes drásticos nas despesas sociais.

O exemplo de Abu-Jamal

A situação da população negra nos Estados Unidos foi alvo de denúncia no I Con-



gresso Continental dos Povos Negros da América, que decorreu em São Paulo, Brasil, entre 21 e 24 de Novembro passado.

Exemplo da repressão policial e judicial contra activistas negros, foi referido o caso de Mumia Abu-Jamal, condenado à morte sob a acusação de ter morto um polícia.

Segundo o depoimento de sua irmã, Lydia Wallace, a acusação foi forjada e o processo criminal é caracterizado por um sem número de irregularidades, e mesmo pela falta de um exame balístico, que poderia provar que a arma de Jamal não era a mesma que matou o polícia.

Abu-Jamal foi perseguido desde os quinze anos de idade, pela sua participação no movimento dos Panteras Negras e por ter denunciado, através das suas actividades jornalísticas, a situação dos negros e pobres no seu país.

África em Notícias

Mensagem

Na mensagem de Ano Novo dirigida ao povo angolano, o presidente José Eduardo dos Santos sublinhou que apesar das expectativas de paz criadas no fim de 1994 com a assinatura do protocolo de Lusaca, o ano de 95 termina com uma paz "frágil" que "deve ser salva".

"A paragem do aquartelamento dos efectivos militares da UNITA, a contínua entrada de aviões com artigos para o seu aprovisionamento sem autorização e controlo da UNAVEM III (Missão de Verificação da ONU em Angola), as repetidas provocações militares (...) estão a minar a confiança e a criar situações delicadas", afirmou o chefe de Estado angolano.

Confiante de que "ainda não está tudo perdido", Eduardo dos Santos afirmou esperar que o processo de paz seja levado para um ponto de não retorno.

Sublinhando que foi tendo em conta o bom andamento do processo de paz angolano que a comunidade internacional prometeu em Setembro uma ajuda superior a mil milhões de dólares para a reconstrução e reconciliação nacional, o presidente advertiu que essa "facilidade, que a ninguém mais foi concedida em África", poderá ser perdida.

Assegurando que o Governo tenciona aproveitar esse apoio como uma "peça importante" do seu programa de reforma económica, definiu como "tarefas imediatas para 1996" a coloca-

ção em ordem das finanças públicas e o aperfeiçoamento do sistema bancário.

Referiu igualmente o apoio ao sector produtivo nacional, a regularidade no abastecimento à população em bens essenciais de consumo e continuar a "reajustar o salário mínimo, os salários dos funcionários e outros preços fixados".

Unicef

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) vai participar na desminagem em Moçambique com uma verba de 360 mil dólares (cerca de 54 mil contos). O representante da UNICEF em Moçambique, Boude-wijn Mohr, referiu que a desminagem vai arrancar em Fevereiro na província da Zambézia, centro do país.

"Esta é a primeira vez que a UNICEF participa em acções de desminagem no Mundo", disse o representante da organização em Moçambique.

Mohr justificou a decisão com o facto de a UNICEF ter verificado que "há actividades que não podem ser realizadas por causa das minas espalhadas pelo país".

Em 1996, a UNICEF vai despende em Moçambique cerca de 22 milhões de dólares (cerca de 3,3 milhões de contos) - 17 milhões já assegurados - em acções ligadas à educação, saúde, água, saneamento, desenvolvimento rural e apoio às crianças desfavorecidas.

Até 1998, a organização pretende treinar pelo menos 20 mil jovens

moçambicanos, no âmbito da formação profissional.

Este programa poderá arrancar já em 1996 na província nortenha do Niassa e visa a formação de jovens através de actividades práticas em empresas.

FAA

A paz em Angola passa pelo desarmamento das forças da UNITA e Portugal pode jogar um papel importante chamando esse partido à razão, disse em Luanda fonte oficial das Forças Armadas Angolanas (FAA).

"Temos conhecimento de que a UNITA está a mobilizar homens, rearmar soldados e a preparar-se para a guerra", afirmou a fonte do exército governamental angolano.

Pelo quadro de Bicesse em 1991, confirmado pelo Protocolo de Lusaca há treze meses, as FAA deverão contar com 40 mil homens no exército. Actualmente, as FAA terão cerca de cem mil homens e a UNITA cerca de 60 mil, segundo dados não oficiais.

Prevê-se a incorporação global dos dois exércitos, num contingente de 90 mil homens e os restantes atribuídos ao quarto ramo, encarregado da reconstrução nacional por incapacidade de desmobilização de efectivos e inclusão no sector produtivo civil. Faseadamente, as FAA deverão ser reduzidas até um presumível tecto de 40 mil homens no Exército e mais dez

mil em conjunto na Força Aérea e Marinha.

Burundi

Os três militares que alegadamente assassinaram o ex-presidente burundês Melchior Ndadaye em 1993 foram mortos quando tentavam fugir da prisão, noticiou a rádio do Burundi.

Os três militares, detidos desde a sua extradição do Uganda, onde se refugiaram depois do fracassado golpe de Estado no qual morreu Ndadaye, foram mortos a tiro quando tentavam fugir da prisão de Bujumbura.

A morte dos militares, únicas testemunhas do golpe de Estado de 1993, prejudicará ainda mais as já difíceis investigações sobre a tragédia.

O assassínio de Ndadaye, da Frente Democrática do Burundi, juntamente com vários dos seus ministros, deu origem a confrontos entre a maioria hutu e a minoria tutsi, nos quais morreram mais de 50 000 pessoas.

Até ao momento, nada se soube do golpe. A investigação ficou a cargo dos funcionários tutsi que dominavam a administração na altura do golpe.

Ndadaye foi o primeiro hutu a ocupar a presidência após três décadas de domínio tutsi. Na altura em que foi assassinado pretendia reformar o exército, o que nunca foi aceite pelos militares tutsis, decididos a defenderem os seus privilégios.

Nos últimos dois anos, mais de 50 000 pessoas morreram no Burundi.

Rússia

Quinze milhões votaram nos comunistas PCFR avalia resultados

Nas listas do Partido Comunista da Federação Russa (PCFR) votaram 22,3 por cento dos eleitores, o que corresponde a mais de 15 milhões de pessoas.

Cinquenta e oito candidatos foram eleitos pelo PCFR nos círculos uninominais. Estes os relevantes resultados alcançados pelos comunistas russos nas eleições para a Duma estatal (parlamento) da Federação Russa, e que levam o Presidium do CC do PCFR a sublinhar que considera "completamente bem sucedida a campanha eleitoral levada a cabo pelo partido".

Em mensagem dirigida aos "partidos irmãos e amigos", e nomeadamente ao PCP, a direcção do PCFR agradece a saudação enviada a propósito dos resultados eleitorais e manifesta a sua confiança de que "as relações entre os nossos partidos irão desenvolver-se e reforçar-se".

Nesta mesma mensagem, os comunistas russos fazem um primeiro balanço - que aqui reproduzimos - dos resultados políticos das eleições.

O anticomunismo foi completamente derrotado. Apesar do aumento da histeria, do amedrontamento dos cidadãos, da atitude de personalidades oficiais, o Partido Comunista reforçou o seu apoio praticamente em todas as regiões da Rússia, por vezes para o dobro e nalguns sítios até para o triplo.

A intervenção firme na campanha eleitoral deveu-se a uma estratégia e uma tática correctamente definidas, no Verão de 1995, para o período até Dezembro (eleições para a Duma estatal) e até Junho de 1996 (eleição do Presidente). Colocava-se um objectivo extremamente importante: garantir a realização destas eleições com total respeito pela lei.

Tomámos consciência de que não nos deixaríamos expor as nossas posições nos meios de comunicação social (sobretudo nos oficiais), e que iriam por todos os meios deturpar as nossas opiniões e a linha política do partido. Por isso, foi escolhida a tática «de pessoa para pessoa».

Os chamados «democratas radicais» foram derrotados em

toda a parte. Não obtiveram nem mais um por cento em lado nenhum.

O governo do país, no fundo, submeteu a um referendo político e moral a política que levou a cabo nos últimos dois-três anos. E apenas uma, em cada dez pessoas que se deslocaram às mesas de voto, deu o seu voto ao bloco governamental. Este não conseguiu sequer um modesto êxito, à excepção de duas ou três cidades: Moscovo, Leninegrado e Ekaterinburg; mas mesmo nestas cidades nós reforçámos significativamente as nossas posições.

É evidente mais uma derrota dos centristas. A experiência das eleições de 1993 não serviu de lição para uma série de figuras, que pretenderam formar vários blocos centristas, mas os eleitores não os apoiaram.

Muitas pessoas fizeram uma escolha moral no decurso destas eleições. A escolha moral favoreceu aqueles que se mantiveram fiéis à pátria, fiéis à bandeira da Vitória, fiéis aos ideais da amizade dos povos, fiéis ao poder popular.



Um painel de Lenine na parede de uma casa

Aos detentores do poder incomoda sobretudo o facto de que, actuando pelas regras deles, o partido reforça permanentemente as suas posições. E estas posições têm que ser tidas em conta por todas as estruturas do poder.

Ocorreu na sociedade não apenas uma viragem à esquerda, está em curso uma alteração na consciência das pessoas a favor dos valores socialistas.

De 89 territórios, em 70 venceram os comunistas, a significativa distância (cerca do dobro dos votos) dos adversários mais próximos. Noutros 13 territórios, o PCFR ficou em segundo lugar.

Não foi só na lista federal que o partido obteve a maioria absoluta. Um dos resultados mais positivos é a vitória dos nossos candidatos nos círculos uninominais. Dos 132 candidatos propostos pelo PCFR em círculos uninominais, foram eleitos 59.

Em alguns territórios (cerca de 20) o PCFR obteve mais de 40 por cento dos votos. Por exemplo, em repúblicas como a Adygueia, o Daguestão e a Ossétia do Norte, nos distritos de Orlov, Keremovo e Tambov. O partido teve mais de 30 por cento dos votos em Belgorod, Amursk, Briansk, Volgograd, Lipetsk, Penzesk, Samarsk, Saratovo, Smolensk, Ulianovsk e numa série de outros distritos.

O apoio aos nossos candidatos nos círculos uninominais é demonstrativo, não só do prestígio do partido, mas também da correcta selecção de candidaturas e da confiança das pessoas nos líderes e nos candidatos que dão rosto ao partido.

Tendo em conta a possível falsificação dos resultados das eleições, o partido dedicou especial atenção ao controlo da orga-

nização, controlo do decurso da campanha eleitoral e das próprias eleições. Mais de 100 mil comunistas participaram nesse controlo como representantes do partido, observadores, e participaram nos trabalhos das comissões eleitorais nas mesas, círculos e territórios.

Pode-se esperar que, depois da contagem definitiva dos votos, o grupo do PCFR na Duma estatal seja composto por cerca de 160 pessoas (47 na anterior legislatura). Nele estarão representados todos os estratos da população, todas as regiões da Rússia. O nosso partido, possivelmente, será o único que terá operários (7 pessoas), 18 mulheres, cerca de 10 agrários, 44 dirigentes de empresas, 15 cientistas, 34 antigos deputados com significativa experiência de trabalho na Duma estatal e no Soviete da Federação.

presença militar da NATO. Noutro incidente ocorrido no sul da Hungria, um helicóptero "Chinook" norte-americano com cinco homens a bordo foi forçado a aterrar de emergência, depois de ter esgotado o combustível. O "Chinook" ficou sem combustível e foi forçado a aterrar no quintal de uma casa em Kaposvar, uma pequena cidade entre os dois aeródromos. Entretanto, o comandante da força multinacional da NATO, almirante Leighton Smith, anunciou oficialmente às autoridades da República sérvia da Bósnia (RS) que a transferência dos bairros sérvios de Sarajevo para a autoridade da Federação croato-muçulmana não será protelada. "A transferência dos territórios terá lugar, como previsto, 45 dias após a transferência da responsabilidade militar entre a ONU e a NATO", ou seja em 3 de Fevereiro, acrescenta o comunicado.

Palestina

O líder palestino Yasser Arafat visitou a cidade de Ramallah de onde o exército israelita se retirou na passada semana, após 28 anos de ocupação.

Dezenas de milhar de habitantes desta cidade, considerada a capital económica da Cisjordânia, receberam entusiasticamente o presidente da Autoridade palestina que ali chegou de helicóptero, procedente da faixa de Gaza.

"Escrevemos hoje mais um capítulo da história da Palestina, da Palestina independente, tendo Jerusalém como capital", afirmou Arafat, prestando por outro lado, homenagem aos 5000 palestinos ainda detidos nas cadeias israelitas. "Aproxima-se o dia da vossa libertação", prometeu.

Ramallah, situada 16 quilómetros ao norte de Jerusalém, é a sétima cidade palestina da Cisjordânia ocupada a receber o estatuto de plena autonomia.

A primeira foi Jericó em Maio de 1994, seguindo-se, de há um mês a esta parte, Jenine, Tulkarem, Naplusa, Kalkiliya e Belém.

Nigéria

O ministro da Agricultura da Nigéria, Mohámmadu Gambo Jimeta, agradeceu à Indonésia o apoio prestado por este país numa altura em que Lagos enfrenta a condenação internacional, pelo enforcamento de nove activistas da causa do povo ogoni, entre os quais o escritor Ken Saro-Wiwa. "Em nome do Governo da Nigéria, expresso a nossa gratidão à Indonésia pelo seu contínuo apoio e respeito pelo princípio de não interferência nos assuntos internos dos outros", afirmou Jimeta, em Jacarta. O ministro entregou ao presidente Suharto uma mensagem do chefe de Estado nigeriano, general Sani Abacha. Um significativo entendimento.

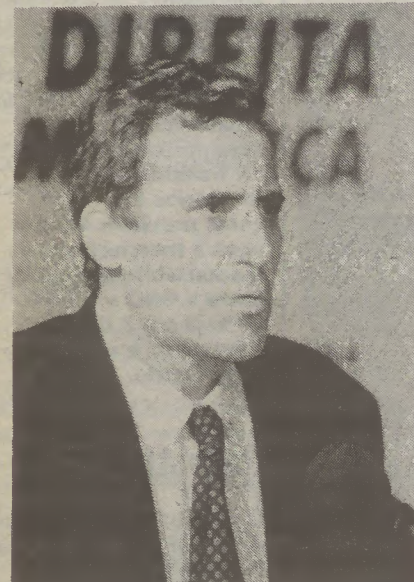
França: A luta continua



O movimento social de protesto contra a política socioeconómica do governo francês deverá prosseguir nas próximas semanas. As centrais sindicais anunciaram já a intenção de relançar o movimento neste mês de Janeiro. Os trabalhadores continuam mobilizados e existem mesmo alguns focos de resistência que não se extinguiram. Tal é o caso dos transportes urbanos de Marselha, a segunda cidade francesa, que continuam totalmente paralisados, após 25 dias de greve. Igualmente, os serviços postais em várias regiões continuam a conhecer fortes perturbações. O comércio acusou, entretanto, quebras sensíveis durante o mês de Dezembro, obrigando os comerciantes a lançar prematuramente os saldos antes do final do ano.

Portugal no Contexto Internacional

A candidatura comunista à Presidência da República assinalou o primeiro dia do novo ano com uma declaração - "Portugal no Contexto Internacional" - proferida num hotel de Lisboa. Numerosa assistência encheu e transbordou da sala, notando-se a presença de destacados dirigentes do Partido e personalidades da vida política e cultural. Publicamos na íntegra o texto da declaração de Jerónimo de Sousa, com subtítulos da responsabilidade da Redacção.



Não quero deixar de aproveitar esta ocasião para formular a todos os portugueses, residentes no país ou emigrantes espalhados por todo o mundo, os melhores votos para o Novo Ano que hoje se inicia.

E assegurar-lhes que o PCP, o partido que promoveu e



Declaração de Jerónimo de Sousa no primeiro dia de 1996

apoia a minha candidatura, fará tudo o que estiver ao seu alcance para que os trabalhadores e o povo português possam viver dias melhores, para que as suas aspirações e vontade de mudança claramente expressas nas eleições legislativas de 1 de Outubro não sejam defraudadas, para que Portugal possa retomar os caminhos do desenvolvimento económico, do progresso social e do aprofundamento da democracia.

Naturalmente que a solução dos problemas nacionais tem de ser considerada no contexto europeu e mundial em que Portugal se insere e levar em conta a influência, tanto positiva como negativa, que os factores de ordem internacional exercem sobre a sociedade portuguesa.

Os processos de internacionalização decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas pesam cada vez mais na vida económica, social, cultural e política de cada país. Não queremos nem podemos ignorá-lo. Pelo contrário. Nós que nunca defendemos um desenvolvimento fechado e autárquico para o nosso país, queremos aproveitar e potenciar esses processos de internacionalização em tudo o que compõem de cooperação enriquecedora e dinamismo progressista, combatendo simultaneamente os constrangimentos, pressões e imposições que possam resultar da sua instrumentalização pelas grandes potências e pelo grande capital.

Um dos maiores e mais decisivos desafios que hoje se colocam a Portugal e ao seu futuro como nação soberana e independente tem que ver com a orientação da política externa do Estado Português.

Uma política nefasta

A política externa de direita que foi seguida durante anos no nosso país caracterizou-se no essencial pelo alinhamento com as linhas neoliberais e monetaristas do Tratado de Maastricht, pela conformação com gravosas imposições supranacionais, pelo seguidismo em relação às grandes potências, pelo crescente envolvimento de Portugal na estratégia hegemónica dos EUA e outros países poderosos e nos projectos e processos militaristas a nível da NATO, UEO e União Europeia.

Foi uma política cujas nefastas consequências para o tecido produtivo português são hoje irrecusáveis, agravando perigosamente os laços de

dependência externa de Portugal. E que o seu prosseguimento pode comprometer o futuro independente e soberano da nossa pátria.

Foi uma política sem brio patriótico, sem voz e sem iniciativa própria em relação aos grandes problemas da vida internacional, que subalternizou o país no concerto das nações.

Como Supremo Magistrado da Nação, Comandante Supremo das Forças Armadas e garante da independência nacional, competem ao Presidente da República particulares responsabilidades em matéria de política externa e de defesa nacional.

É neste contexto que a minha candidatura assume como imperativo nacional que seja interrompido e invertido o rumo desastroso da política externa de direita e da qual Cavaco Silva assume uma particular responsabilidade.

Cumprir e fazer cumprir a letra e o espírito da Constituição Portuguesa é o primeiro de todos os deveres do Presidente da República. Constituição que, profundamente marcada pelos valores libertadores da Revolução de Abril, consagra a independência nacional, como valor inalienável da Nação. Constituição que, nomeadamente no seu Artigo 7º, explicita todo um conjunto de princípios e orientações de relacionamento internacional que sucessivos governos de direita têm sistematicamente ignorado e que a minha candidatura considera imperioso respeitar e plasmar em política de Estado.

Constituição que, atribuindo ao Governo a responsabilidade na condução das políticas externa e de defesa nacional, estabelece princípios e mecanismos de interdependência e co-responsabilização democrática entre todos os órgãos de soberania, que ao Presidente da República compete promover, em ordem a assegurar a unidade da representação externa do Estado Português e a potenciar a capacidade de negociação estratégica e a afirmação de Portugal no mundo.

Constituição que, pela sua própria natureza profundamente democrática e progressista, exige do Presidente da República que zele pela informação, consulta e mobilização do povo português em torno das grandes opções ligadas com a soberania e a segurança de Portugal e dos portugueses e os grandes problemas do desenvolvimento nacional no contexto europeu e mundial.

Brio patriótico e independência nacional

A política externa que a minha candidatura preconiza é uma política de brio patriótico e independência nacional, que recusa o seguidismo, a submissão e as imposições externas.

É uma política de diversificação das relações internacionais - económicas, diplomáticas, políticas, culturais - que, não desconhecendo a realidade europeia e atlântica em que estamos inseridos, combate o perigoso afinilamento das relações de Portugal com os países da União Europeia e os EUA.

É uma política que se empenha nomeadamente no desenvolvimento das relações com os PALOP's e o Brasil (que podem e devem assumir um carácter particularmente dinâmico e amistoso); com os países do Magreb e da Bacia do Mediterrâneo; com a China, com a Índia, com a África do Sul e outros países onde a emigração portuguesa é numerosa, com outros países da Europa, África, Ásia e América Latina.

E uma política com posição e voz nacional própria em todas as instâncias internacionais em que Portugal participa, e em relação às grandes questões da vida internacional e do desenvolvimento mundial - a paz, a segurança, o desenvolvimento, os direitos sociais e humanos, o ambiente.

É uma política que assume com legítimo orgulho as tradições, a cultura, a língua, a identidade nacional portuguesa e a vocação universalista de Portugal que a história forjou, e que, simultaneamente, rejeita atitudes paternalistas e revivalismos neocolonialistas que só podem prejudicar, e mesmo comprometer, as relações de amizade com outros países, nomeadamente com os PALOP's.

É uma política inconformista que recusa o fatalismo da «nova ordem» internacional de natureza imperialista e intervém, com o prestígio e autoridade que a revolução libertadora do 25 de Abril conferiu a Portugal, na defesa e promoção das grandes causas da liberdade, do progresso social e da paz no mundo.

É uma política que, nos termos da própria Constituição, privilegia para as Forças Armadas portuguesas as missões de defesa da segurança externa e da integridade do território português,



recusando a sua subordinação a esquemas de comando e a estratégias alheias, pautando a intervenção de Portugal na NATO pelo objectivo de desactivação da sua estrutura militar, da qual aliás o nosso país deve progressivamente desvincular-se.

É uma política que se bate pela eliminação dos blocos militares, pelo desarmamento e em primeiro lugar o nuclear; por um sistema de segurança colectivo na Europa de acordo com os princípios da acta final de Helsínquia; pela democratização da ONU, combatendo a sua instrumentalização pelas grandes potências; pela ajuda efectiva e desinteressada ao desenvolvimento dos povos do terceiro mundo; por relações internacionais assentes nos comprovados princípios de igualdade, soberania, reciprocidade de vantagens e respeito do direito de cada povo decidir livremente do seu próprio destino.

É nossa profunda convicção que a política externa que preconizamos para Portugal é a que melhor assegura a defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses, a que melhor contribui para a instauração na Europa e no mundo de uma ordem efectivamente nova, de paz, progresso, amizade e cooperação entre países e povos soberanos e iguais em direitos.

É assim indispensável e urgente inverter a política de direita que foi derrotada nas eleições de 1 de Outubro.

Refiro-me em particular à necessidade de ser posto termo à submissão aos critérios e à política de Maastricht determinada pelos interesses das grandes potências e do grande capital financeiro. Mas também me pronuncio contra a anunciada confirmação do Acordo com os EUA sobre a Base das Lajes, que é profundamente lesivo da soberania nacional.

É conhecida a oposição que manifesto em relação à decisão de enviar forças militares portuguesas para a Bósnia no quadro de uma operação NATO, liderada pelos EUA, facto que abre um gravíssimo precedente no que respeita ao reforço e alargamento operacional de um bloco militar que deveria entretanto ceder o seu lugar a um sistema de segurança colectivo baseado em princípios democráticos e pacíficos. A minha candidatura discorda e opõe-se firmemente a uma tal decisão e chama uma vez mais a atenção do país para os graves riscos que encerra e para o significado deste novo e inquietante passo no envolvimento do nosso país e das Forças Armadas portuguesas na estratégia do imperialismo.

Intensificar a resistência e a luta

O ano de 1996 está à partida marcado pelo prosseguimento da ofensiva neoliberal contra as conquistas sociais e democráticas dos trabalhadores, contra o direito soberano dos povos à livre escolha do seu próprio caminho de desenvolvimento. Nunca como hoje foi tão gritante a contradição entre as extraordinárias potencialidades abertas pelas conquistas da revolução científico-técnica para o progresso da Humanidade e a dramática situação de miséria em muitos países do terceiro mundo e também em países capitalistas desenvolvidos. O desenvolvimento em numerosos países do racismo e da xenofobia, do nacionalismo agressivo, do fanatismo religioso, do populismo neofascista, do militarismo encerra grandes perigos para a democracia, o progresso social e a paz.

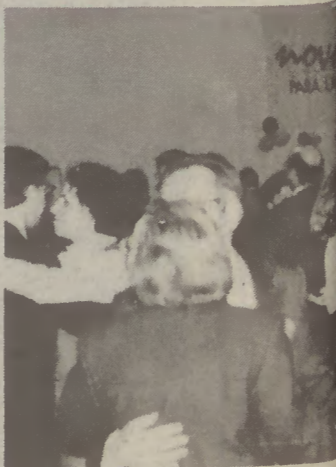
Mas o Novo Ano está também marcado à partida pela intensificação da resistência e da luta dos trabalhadores e dos povos pelos seus interesses e aspirações, por vitórias particularmente significativas, por sinais que constituem um categórico desmentido das teorias sobre o «fim da história» e a inevitabilidade da instauração de uma chamada nova ordem mundial à medida dos interesses dos grandes poderes económicos e financeiros transnacionais.

Tais sinais chegam-nos nomeadamente da França e de outros países da Europa onde as forças do trabalho e do progresso se batem contra a brutal regressão social que se pretende impor-lhes. Chegam-nos da Rússia e também de outros países do Leste da Europa onde os povos respectivos recusam com energia crescente o caminho da brutal pauperização e exploração neocolonial que a restauração do capitalismo significa. Chegam-nos de Timor-Leste cuja corajosa resistência à ocupação pela Indonésia prossegue e com cuja luta pela autodeterminação e a independência somos activamente solidários.

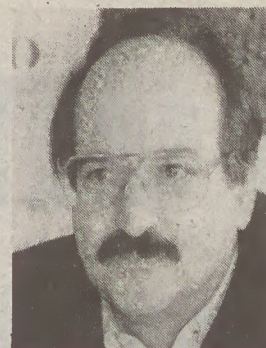
Há motivos de inquietação que exigem, da parte do povo português, grande atenção e vigilância. Mas há sobretudo no início do Novo Ano renovados motivos de confiança num futuro de paz, progresso e cooperação em que os valores da liberdade, igualdade e de fraternidade em que profundamente acreditamos tenham finalmente direitos de cidadania incontestáveis.

Fim do Ano em Setúbal

A passagem do ano do candidato comunista foi em Setúbal. Uma festa que reuniu centenas de camaradas e seus familiares, e numerosos amigos do Partido, que comemoraram a entrada em 1996 com entusiasmo, alegria e confiança nos tempos de luta que aí vêm. Ao soar da meia-noite, depois dos abraços e do estalar das garrafas de espumante, a música do grupo "Contágio" interrompeu-se para breves palavras a saudar o novo ano. Valdemar Santos, do CC e da DORS, lembrou as tarefas que aguardam os comunistas nos próximos tempos. Jerónimo de Sousa, por sua vez, dizendo que naquele momento fraterno não gostaria de falar de Cavaco Silva, o candidato a derrotar nas presidenciais, deixou uma mensagem especial ao povo de Timor e, quanto aos portugueses, desejou que o ano que entrava correspondesse ao desejo de mudança manifestado nas eleições de Outubro passado. "O povo português quis afirmar que Portugal pode ser melhor", disse. "Contem com o PCP, com a certeza de que os tempos que aí vêm não são fáceis, mas são tempos de esperança!"



A privatização da velhice ⁽¹⁾



EDGAR CORREIA

Membro da Comissão Política

Referem-se, nomeadamente, as recentes afirmações do secretário de Estado da Segurança Social, defendendo que as contribuições para a Segurança Social "passem a incidir apenas sobre uma percentagem do salário, sendo que as pensões passarão a reportar-se à mesma percentagem do rendimento" de modo a canalizar a poupança para as seguradoras privadas (*), e perspectivando a redução das reformas, dos actuais 80 por cento (da média das remunerações dos melhores 10 dos últimos 15 anos) para cerca de 60 por cento (**). E a entrevista dada há poucos dias pelo próprio ministro que tutela o sector, em que declarou ser "impensável que possa haver (em 1996) uma transferência do Orçamento do Estado" para cobrir as obrigações públicas (regimes não contributivos e acção social) previstas na Lei de Bases da Segurança Social, e em que evidenciou a sua adesão a um "modelo futuro" de Segurança Social que deixe de ter carácter público, para assumir natureza pública e privada (**).

Em sentido idêntico, o propósito anunciado pelo Governo de "elaboração de um Livro Branco da Segurança Social" que "avaliar o sistema de Segurança Social e trace orientações para a sua reforma", que o Primeiro-Ministro prometera na Assembleia da República que seria concretizado por um "comité independente de peritos", em face das sucessivas "linhas de orientação" explanadas oficialmente surge como uma iniciativa cada vez mais esvaziada e destituída de credibilidade.

Este combate passa, evidentemente, pelo conhecimento e a crítica do "modelo privado" de segurança social e das variantes "mistas" que vêm sendo elaboradas em relação ao nosso país. De forma necessariamente muito sintética, disso nos ocuparemos seguidamente.

(continua)

(1) Indicam-se em milhões de contos e por ano, segundo um estudo da CGTP-IN, as verbas que deveriam ter sido transferidas do Orçamento do Estado para o Orçamento da Segurança Social e, dentro de parêntesis, a verba efectivamente transferida: 1985 - 78.2 (30.1); 1986 - 102.3 (32.7); 1987 - 117.2 (28); 1988 - 144 (44.7); 1989 - 161.2 (48.8); 1990 - 200.3 (53.5); 1991 - 238.8 (69.8); 1992 - 259.3 (77); 1993 - 300.5 (206.5); 1994 - 336.8 (145.8).

(*) Público, 27/12/95.

(**) Programa do XIII Governo Constitucional - IV - Políticas Sociais - 1.4.

(*) Diário de Notícias, 14/11/95.

(*) Diário Económico, 14/11/95.

(*) Público, 27/12/95.

NA ENCRUZILHADA crucial em que se encontra o mundo do nosso tempo dois caminhos se opõem e confrontam.

Para um lado abre-se a via da continuação do desenvolvimento acelerado das forças produtivas, do impulso da revolução científica e tecnológica contemporânea, do reforço e aprofundamento do legado social e democrático do nosso século, da paz e cooperação entre relações livres.

Para o outro lado segue a via dos grandes interesses capitalistas que estão a comandar a globalização de uma economia em termos que impõem desigualdades cada vez mais gritantes e uma regressão social sem precedentes, a par de crescentes assimetrias nacionais e regionais.

Nesta linha observa-se, por toda a parte, uma ofensiva geral contra os direitos sociais, com as funções redistributivas que lhe estão associadas, e contra as incumbências do Estado em relação à sua concretização. E regista-se uma encarniçada batalha social, política e ideológica, em que participam centenas de milhões de trabalhadores - de que o impressionante movimento de massas em França constituiu apenas a expressão mais recente e visível - cujo destino marcará por muito tempo a configuração das sociedades humanas.

Os sistemas públicos de protecção e de segurança social, conquistas fundamentais da sociedade moderna, representam sem dúvida o alvo principal a abater. E a privatização da velhice (acompanhada por um processo análogo em relação à saúde) tornou-se no eixo estratégico do ataque neo-liberal que é conduzido à escala internacional.

Portugal - a vulnerabilidade do sistema

Portugal não constitui excepção. Dispondo de um sistema público de segurança social que se desenvolveu muito mais tarde que o de outros países - foi preciso aguardar pelo 25 de Abril para que fossem consagrados na Constituição o direito à segurança social e a incumbência do Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema que o garanta - a diferença maior que o separa dos sistemas mais evoluídos tem a ver sobretudo com o nível da protecção social atingida, que é muitíssimo mais baixo entre nós, como se sabe.

A política de direita - com destaque para a década do cavaquismo - não foi apenas responsável pela manutenção das prestações sociais num nível muito baixo, com todas as suas consequências negativas, incluindo as relativas à menor confiança inspirada pela Segurança Social. Ela conduziu, também, à acumulação de gravíssimos problemas e desregulações no sistema, que o fragilizaram e tornaram particularmente vulnerável face ao ataque neoliberal.

Referem-se, em particular, as dificuldades financeiras do Orçamento da Segurança Social resultantes do facto das receitas do regime geral (que abrange obrigatoriamente os trabalhadores por conta de outrem e os trabalhadores independentes) terem sido continuamente utilizadas como fonte de financiamento do pró-

prio Orçamento do Estado (num montante que ascendeu a cerca de mil e 200 milhões de contos de 1985 a 1994!) (*), por incumprimento governamental da Lei de Bases da Segurança Social que atribui ao Estado a responsabilidade pelo financiamento dos regimes não contributivo e fracamente contributivo e a acção social. E as receitas que não chegaram ao Orçamento da Segurança Social devido à extrema permissividade oficial face ao enorme volume de evasão de contribuições, bem como à acumulação de dívidas do patronato que, segundo o ministro da pasta, atingiram em Agosto passado o montante de 401 milhões de contos (**).

O discurso repete-se, quase a papel químico, nos principais *media*. Com mal disfarçadas lágrimas de crocodilo escreve por exemplo a revista *Fortuna* no seu número de Outubro: (...) "já ouviu falar várias vezes na chamada situação de "falência" da Segurança Social no nosso país... a Segurança Social caminha a passos largos para uma situação que num espaço de tempo não muito longínquo se pode considerar catastrófica... é bem possível que no final de cada mês, no dia em que recebe a sua folha de vencimento, se lamente pelo facto de uma determinada percentagem do seu salário ser retida pela Segurança Social (e) mais preocupado vai ficar se realizar que as probabilidades de vir a ter uma reforma confortável (...) podem ser bem mais escassas do que alguma vez poderia imaginar". A conclusão é óbvia: "para não ter dissabores na terceira idade comece desde já a pensar em planejar parte da sua reforma recorrendo a instrumentos financeiros privados"...

A reforma da Segurança Social

O reconhecimento dos grandes interesses privatizadores que comandam a forte ofensiva em curso que procura explorar as debilidades e vulnerabilidades do sistema público de Segurança Social, e a apreensão das suas linhas de ataque fundamentais, constituem sem dúvida matérias de particular importância e de premente actualidade social e política.

Do mesmo modo apresentam-se como inadiáveis a reflexão e o debate sobre os problemas do sistema público da Segurança Social, numa perspectiva de ultrapassagem das dificuldades acumuladas e de ajustamento às alterações que vêm ocorrendo ao nível da sociedade, designadamente no que respeita ao envelhecimento relativo da população e às transformações ocorridas no domínio da economia e do emprego.

Colocada na ordem do dia a questão da reforma da Segurança Social, importa compreender que tal reforma se transformou nas presentes circunstâncias num espaço em que entram em conflito interesses opostos, de que decorrem perspectivas políticas e ideológicas igualmente muito diferenciadas.

A postura do Governo do PS nesta matéria está longe de ser tranquilizante, bem pelo contrário.

Aos compromissos programáticos (***) no sentido de que o "desenvolvimento da responsabilidade social do Estado não pode ser posto em causa", da "salvaguarda dos princípios, consagrados na Lei de Bases da Segurança Social, de que o financiamento dos regimes não contributivos é da responsabilidade do Orçamento do Estado e de que o financiamento da acção social é também fundamentalmente da responsabilidade deste", vêm-se sucedendo ao fim de poucas semanas declarações de membros do Governo de sentido inteiramente oposto.

75 anos do PCP

decide que a pre- importante contribu- dinamização do combate que in três fases: a pri- os comunistas assumem na noss- Tendo em ma- do nar- norações

À venda
o 1º número de 1996
preço 200\$00

principal destaque para a realização de grandes comícios em Lisboa, Porto e Évora;



Viagens
em
Inglaterra

A resistência dos estivadores de Liverpool

■ Manoel de Lencastre

Quando a greve dos estivadores de Liverpool entrou na 12.^a semana, a acção dos piquetes, do lado de fora da Merseyside Royal Seaforth Dock, viu-se reforçada pela incorporação das mulheres e dos filhos e filhas dos grevistas. Escrevemos a 27.12.1995. Este movimento do pessoal das docas, contra entidade patronais perfeitamente indiferentes, já está a ganhar a imaginação e a simpatia do povo britânico. Apesar de os números não permitirem qualquer comparação com o que se passou durante a greve dos mineiros, dos anos 80, a acção dos «dockers» começa a adquirir importância – mais do que os patrões esperavam, inicialmente, como vamos já ver.

Não se deixem iludir!

Os portos britânicos e as actividades comerciais que lhes são inerentes foram, há anos, privatizados pelos thatcheristas. E os patrões, evidentemente, desejam ver-se livres do pessoal fixo que percebe do seu ofício para poderem substituí-lo por «pára-quadistas» de ocasião, à hora, gente sem experiência mas dócil, disposta a tolerar quaisquer humilhações. A verdade é que já o fizeram. Daí, portanto, a greve.

Foi ao abrigo das lei «assassinas» de Margaret Thatcher, ainda em vigor e que os novos trabalhadores de Tony Blair já juraram manter, que uma das empresas do conjunto portuário, a «Merseyside Docks & Harbour Company», despediu 300 estivadores. Ofereceu-lhes uma indemnização de 10 000 libras (2300 contos) desde que aceitassem a conversão das respectivas pensões de reforma numa importância

Solidariedade

Os estivadores de Liverpool, porém, parecem dispostos a não se deixarem iludir. É o seu futuro e o das suas famílias que estão em jogo – um futuro que os patrões desprezam e pretendem destruir. A situação, entretanto, desenvolveu-se e ganhou inesperados contornos. Outros «dockers» em New York e Sydney, onde o braço fatal dos tribu-

nais britânicos não chega, iniciaram greves de solidariedade com os seus camaradas ingleses e colocaram piquetes de greve nesses portos. Os resultados começam a poder observar-se – já a companhia de navegação americana «Atlantic Container Lines» ameaçou deixar de «tocar» o porto de Liverpool se os patrões, aí, não resolverem o actual conflito com os trabalhadores até 15 de Janeiro. A disputa em questão está a causar dificuldades às operações daquela empresa no porto de New York.

Disse Jim Nolan, um dos estivadores despedidos: «A solidariedade internacional dos nossos irmãos na América e na Austrália começa a estar à vista». Por sua vez, o Sindicato Australiano das Actividades Marítimas escreveu: «Camaradas! A vossa corajosa resistência inspira-nos». Também o Sindicato dos Estivadores Japoneses se interessou pela luta dos seus companheiros de Liverpool. A «Associação

cinco em cinco anos, por um deputado, entre partidos políticos que defendem a ordem imposta pelos capitalistas.

Estrangeiros

«Work in Progress», eis a mensagem do Metropolitano de Lisboa e da Sorefame, na 24 de Julho. Vê-se o desprezo que nutrem pelo idioma de Camões e de Pessoa porque vivem numa paixão estúpida por expressões estrangeiras que, ao contrário do que supõem, não lhes dão grandeza. Mas não estão sós. Na TV siqueira dos mediocres, especialmente, é tudo estrangeiro, tudo imensamente pobre e decadente. Do outro lado, Herman José canta em estrangeiro. O mesmo faz Rita Guerra e toda uma pequena multidão de «artistas» sem amor pelo seu próprio país. Se gostam tanto de cantar em estrangeiro, porque não partem para os países da sua preferência? Porque não escolhem actuar na BBC, na ITV, no Canal 4 ou nas cadeias americanas? A verdade é que aí, seriam imperialmente ignorados. Rir-se-iam deles e delas. Porque não possuem originalidade. Não passam de imitadores. A sua vocação está na colonização do espírito dos telespectadores portugueses.

Encontrámos Teresa Guilherme (sem escova de dentes à mão) no aeroporto de Lisboa. Ia para Londres, absorver e comprar novas ideias, pelos vistos. Não resistimos a dizer-lhe o que pensamos:

«No seu programa, a senhora faz lembrar os que, antigamente, vendiam a banha de cobra nos bairros populares de Lisboa».

Já em pleno voo para a capital britânica e após o almoço, a conhecida apresentadora do mais impossível programa, teve a amabilidade, enfim, de procurar-nos para explicar-se:

«Ao menos, o senhor fez uma crítica. Nunca ninguém me dissera coisa alguma sobre o meu programa da escova de dentes – nem bem, nem mal». Respondemos-lhe:

«O seu programa é uma permanente injeção de "Coca-Cola" no espírito dos telespectadores. Deixe-a no frigorífico. Não fira o ânimo e a inteligência dos seus compatriotas. Não os rebaixe».

Comentário da hospedeira de bordo que assistira ao «debate»:

«O senhor arrasou a mulher!»

Não sentimos nisso qualquer prazer.

Na Rússia, a tradição soviética, perfeitamente viva, deu uma

inesquecível bofetada nos imperialistas. Estes, evidentemente, já prepararam a vingança. Mas, em pânico, certas donas de casa de instintos antinacionais começaram a fazer armazenagem de farinha, açúcar, conservas. Vai ser difícil, muito difícil, a ultrapassagem do caos que experimentam os povos da antiga URSS. Mas, a grande América vive, igualmente, dias de angústia e também dúvida do seu próprio destino. Os primeiros dias de 1996 avisam: o novo ano vai ser feito de combates, de novas lutas, de cada vez mais intensas contradições. Como se nos apresenta? Vejamos as insuspeitas palavras pronunciadas pelo senador Patrick Buchanan, em 1992:

«Os Estados Unidos vão a caminho de uma guerra religiosa, uma guerra cultural mais fundamental ainda do que a guerra-fria, porque será uma guerra pela alma da América».

A marcha de 16 de Outubro, sem brancos, sem mulheres, sem programas, sem real fundamento, está-nos nos olhos. Nas prisões americanas, jazem mais de um milhão e meio de pessoas. O «record» das execuções de condenados à pena capital está a ser batido constantemente e o resultado do julgamento de Orenthal James Simpson continua a atormentar a consciência da América. Querem fazer uma guerra na Europa? Têm-na em casa. Não pretendam diversificar as atenções do mundo. A instabilidade aponta o caminho para o precipício e ganhará momento. A alternativa da guerra não conseguirá impor-se aos povos atentos – atentos e cada vez mais resolvidos a bater o pé ao destino de escravos que o imperialismo quer impor-lhes.



única a receber – 30 000 libras – e o cancelamento dos direitos de cada um a quaisquer benefícios futuros: Ponto final: deixaria de haver trabalhadores responsáveis e tudo ganharia uma nova mas estranha dimensão – o pessoal do porto de Liverpool passaria a ser constituído por uma espécie de escravos. O plano oferecido pelos patrões tem todavia, o seu lado atractivo: cada trabalhador despedido nas condições descritas, com 9200 contos nos bolsos, poderia tentar uma vida diferente e transformar-se, até, num pequeno homem de negócios, num novo patrão – os donos das empresas do porto de Liverpool, por seu lado, ficariam livres, livres para todo o sempre da madeira velha («dead wood») cujos direitos condicionam a actividade especulativa e ferem o seu conceito da chamada livre empresa.

Mas os «dockers» de Liverpool, 16 anos após a entrada do governo Thatcher no poder em Whitehall, já conhecem o que foram as experiências de centenas de milhares de outros trabalhadores de múltiplas empresas deste país que aceitaram infames propostas patronais e concordaram em «vender» os seus direitos às pensões de reforma. Para esses, tudo acabou na ruína. Todo o país sabe que, ao receberem o dinheiro do diabo, compraram um carro novo, mudaram de casa, fizeram férias nas Antilhas. E agora já não têm casa, nem férias, nem carro – nem trabalho ou pensão de reforma. Pior: perderam a esperança e a dignidade; mais ainda: renderam-se e já não possuem capacidade de resistência e de luta. Estão mortos.

Internacional dos Trabalhadores da Navegação de Longo Curso» (americano) deu sinal do seu estado de espírito ao fazer demorar diversos navios que deveriam navegar para Inglaterra e oferecendo 3000 libras (690 contos) para o Natal das famílias dos grevistas. Mas os patrões da «Merseyside Docks» avisaram, sinistramente:

«Trezentos homens perderam os seus empregos. Agora, andam a fazer com que muitos outros também percam os seus».

Sinistra, evidentemente, é a óptica destas pessoas: emprego só pode existir nas suas próprias condições, isto é, a preço reduzido, sem garantias, sem reforma, sem dignidade. Se não forem contestados, pode não vir longe o dia em que exigirão que se lhes pague para poder trabalhar. O trabalho é um mercado, no capitalismo. Pertence ao catálogo das leis da oferta e da procura.

Um problema: o Sindicato «Transport & General Workers Union», não pode intervir neste conflito porque os trabalhadores agiram espontaneamente e a greve, conseqüentemente, não é oficial. Se o Sindicato se metesse no assunto, lá teríamos o clássico espectáculo dos patrões correndo aos tribunais e estes, eternos inimigos dos trabalhadores, atirando-se logo sobre os fundos do Sindicato, os valores do mesmo, a máquina de escrever. Como resolver esta situação? Os patrões, como estamos a ver, têm a seu lado a força poderosa do aparelho do Estado. Os trabalhadores não são livres. A sua liberdade, em democracia, resume-se a poder dizer mal do governo sem ofender ninguém, claro, e sob o olhar benevolente da polícia, ou a votar, de

■ Miguel Urbano Rodrigues

A invasão do audiovisual USA e a gattização da cultura

O debate sobre a *exceção cultural* nos acordos que regulamentam o comércio mundial continua a ser tema de intensa polémica nos meios intelectuais e políticos da Europa e dos EUA.

O interesse pelo assunto justifica-se num momento em que o domínio do ciberespaço se apresenta como factor decisivo na construção das sociedades do futuro próximo.

A revolução informática permite sonhar com novas utopias, mas veio também gerar apreensões nascidas da manipulação informativa e do imenso poder das gigantescas empresas que se preparam para hegemonizar o ciberespaço e, através dele, modelar a humanidade.

Mascarar a realidade através da imagem passou a ser objectivo prioritário em muitos países, nomeadamente nas sociedades industrializadas mais desenvolvidas. O conhecimento do mundo real torna-se com frequência incómodo e até perigoso para o sistema de dominação político e económico.

Nesse contexto, a negação da ideologia é acompanhada da imposição de uma ideologia cuja lógica exige a difusão de um pensamento único (e, portanto, de uma cultura) que responde aos interesses do capital internacional.

A ideologia do mercado, erigida em religião de contornos fluidos, governa o mundo, sobrepondo-se aos Estados. Uma das suas componentes, a principal, é a ideologia da comunicação que tomou o lugar da ideologia do progresso, arquivada depois de haver comandado a evolução da humanidade desde o alvorecer da História.

Paradoxalmente, nunca o homem teve ao seu dispor, para se desenvolver plenamente e avançar, uma massa tão vasta e densa de informações úteis. Hoje, a Internet, ainda na infância, emerge já como caixa milagrosa, no prólogo de uma era de recursos informativos praticamente ilimitados e instantâneos.

O uso feito até agora da revolução informática não abriu, entretanto, as portas de entrada numa sociedade menos injusta e cruel. Pelo contrário, há motivos para se temer que a exigência de mais desregulamentação e menos Estado venha a contribuir para situações de crescente desigualdade e conflitualidade. As redes concebidas para aproximar os homens e criarem as bases de uma ciber-sociedade mais solidária e democrática, podem na prática produzir efeito inverso. As auto-estradas da informação, na medida em que mantenham um elevado grau de dependência de forças económicas incontroláveis, vão distanciar-se do ideal de transparência para funcionarem como instrumento dessas forças. O que está a ocorrer nos EUA, o país que comanda a grande aventura do ciberespaço, não é tranquilizador.

cresce ali a cada dia a contradição entre a realidade e o discurso oficial, impregnado de euforia, sobre a democraticidade das infra-estruturas informáticas da era global, vocacionada, no dizer de Al Gore, para abolir os grandes desequilíbrios sociais do planeta e concretizar a utopia da sociedade ideal (intervenção do vice-presidente dos EUA, em Buenos Aires perante a União Internacional de Telecomunicações). Desmentindo profecias dos governantes do sistema, os factos da vida apontam para a imposição de uma subcultura universal de rosto e sotaque americano.

As fusões dos gigantes do ciberespaço justificam as previsões dos que temem o aproveitamento e instrumentalização dos benefícios da revolução informática por interesses incompatíveis com a humanização da vida.

A concentração de poder das empresas do sector justifica só por si o alarme. A Westinghouse comprou a CBS. A Walt Disney adquiriu a ABC. A Time Warner fundiu-se com o império de Ted Turner, o patrão da CNN. A General Electric tomou conta da NBC. Rupert Murdoch e a Fox foram os primeiros a abrir caminho para essas estranhas fusões (1).

A Microsoft, de Bill Gates, o desbravador da banalização do computador pessoal, mantém relações nada transparentes com alguns dos mais influentes jornais do mundo (2).

A inquietação tem fundamento. O governo dos EUA empenha-se em favorecer ao máximo o quase monopólio que grandes empresas norte-americanas detêm no mercado do audiovisual. Nas negociações com os seus aliados da União Europeia, Washington exerceu pressões intoleráveis (marcadas pela chantagem) antes da assinatura do último Acordo de Gatt, exigindo que o audiovisual fosse tratado como qualquer outro sector, na

perspectiva da liberalização do comércio mundial.

Os EUA perderam, então, o primeiro *round* do combate, mas não consideraram a batalha perdida. Longe disso.

Para o secretário do Comércio, de Clinton, Mike Kantor, um ultraliberal agressivo, o livro e os produtos do cinema e da televisão são mercadorias como quaisquer outras e a tese da *exceção cultural* é uma fantasia de «intelectuais decadentes» voltados para o passado...

Não é de estranhar assim que um pouco por toda a Europa ganhe dimensão o debate em defesa da *exceção cultural* como exigência comunitária perante a invasão de produtos que ameaçam as raízes das culturas europeias. Em Portugal, o tema não mereceu atenção mínima do Governo anterior. Cavaco Silva ignorou-o e

João de Deus Pinheiro, na sua experiência como Comissário, limitou-se a dizer banalidades sobre o assunto, no seu estilo pimpão de dileta da política.

O povo português nunca foi chamado a emitir opinião sobre a exigência americana de tratar o audiovisual como sector económico igual a qualquer outro. A resposta da maioria da *intelligentsia* europeia é, porém, conhecida. Para ela estão em causa valores culturais não quantificáveis em divisas. Daí a sua firme oposição a que a Organização do Comércio Mundial, sucessora do GATT, disponha de poderes para incluir o «comércio da cultura» em acordos internacionais. Na prática isso significaria a hegemonia absoluta não apenas do cinema, mas da totalidade dos produtos televisivos americanos, com as inovações em curso, no espaço europeu.

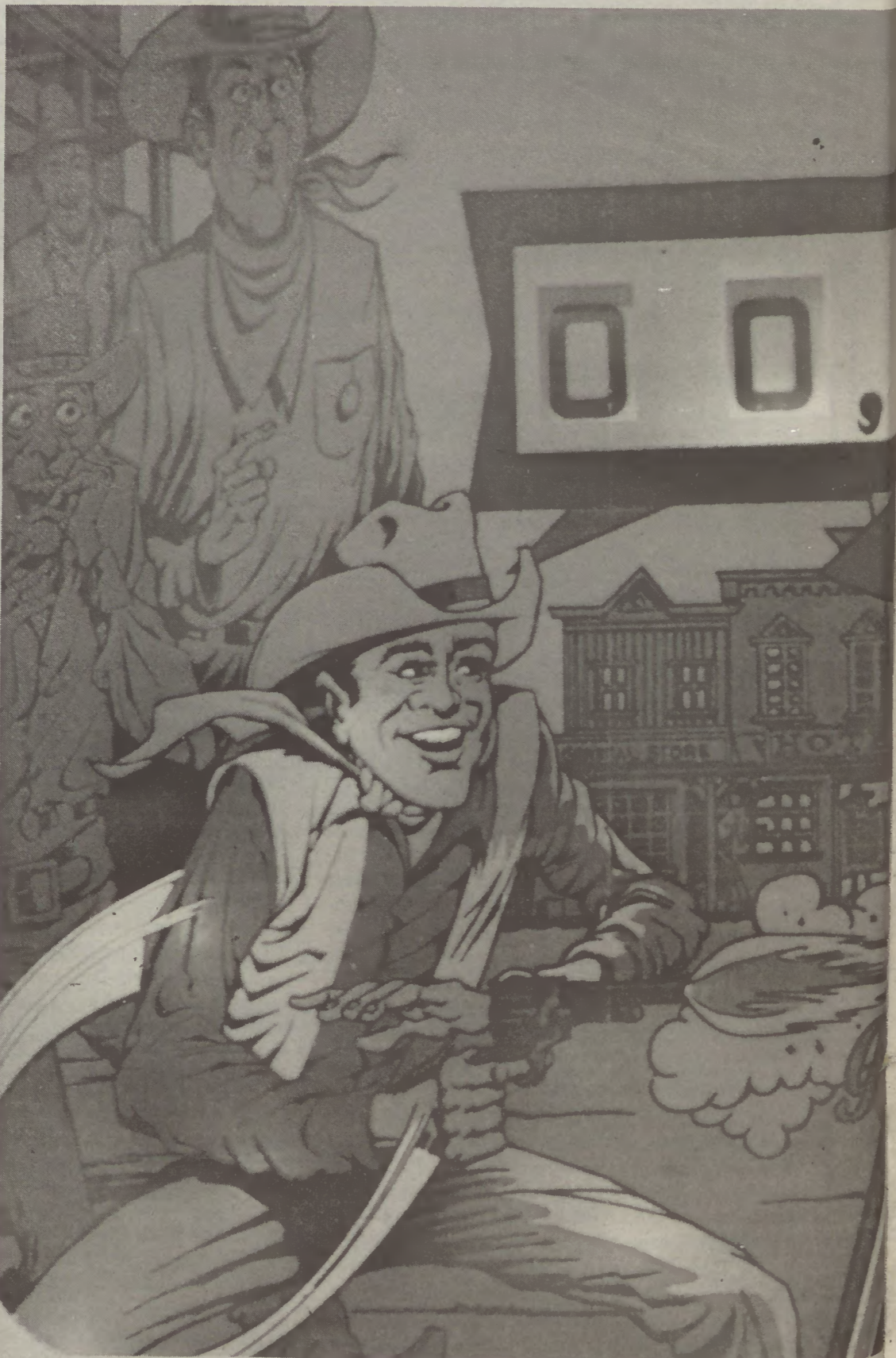
François Mitterrand, ainda Presidente, sublinhou uma evidência ao lembrar durante uma visita a Mauritiús, que «seria desastroso contribuir para a generalização de um modelo cultural único».

A Europa, se não souber defender-se, será submersa pela avalanche audiovisual vinda dos EUA. O Canadá exigiu e obteve a cláusula da *exceção cultural* no Tratado de Livre Comércio da América do Norte - NAFTA, assinado com os EUA e o México. Mas aquilo que Washington concedeu a Otawa é negado

por Clinton aos países da União Europeia e ao resto do mundo.

Para dificultar as coisas ao presidente norte-americano cresce, entretanto, em grandes universidades dos EUA o movimento de solidariedade ao protesto dos intelectuais europeus (sobretudo, os franceses) que se insurgem contra a *gattização da cultura*. O prof. Herbert Schiller, da Universidade da Califórnia, em ensaio condenatório da «civilização mercantil», define a conquista progressiva da Europa pelo audiovisual norte-americano como acto de «poluição cultural». Schiller aconselha os europeus a abrirem os olhos às consequências de «uma invasão bárbara de novo tipo que invoca a modernidade e os imperativos tecnológicos a ela inerentes para inundar o mercado mundial da VCE com programas, filmes, imagens e mensagens concebidos para responderem a exigências comerciais de uma indústria trituradora de qualquer cultura que ouse resistir à ofensiva».

Obviamente não é a cultura norte-americana que se contesta. Ela merece o respeito da *intelligentsia* europeia. O que se rejeita é a política de abertura total (leia-se capitulação) a subprodutos do audiovisual que ferem a cultura e são lançados no mercado (3).



O culto da violência irracional e a apologia do falso heroísmo (a rambonia) tornaram-se pratos fortes na ementa do audiovisual imposto à Europa. A hegemonia americana adquire proporções alarmantes - Mitterrand tem carradas de razão ao advertir que seria desastroso facilitar através da organização Mundial do



As toupeiras

■ Zillah Branco

Os anteriores governantes cavaquistas, com o seu líder à frente, assumem, perante a opinião pública, o título de *especialistas em governação*. Não há dúvida de que souberam governar-se com muita habilidade e hoje estão lançados em altas funções das empresas que privatizaram (como foi divulgado pela imprensa). Quanto às outras especialidades adquiridas nos 10 anos de destruição da capacidade produtiva do País, a que mais se destaca é a de fazer buracos. Tal como as toupeiras, os furões, talvez pudessem servir para abrir os túneis do Metropolitano evitando as despesas com máquinas.

Mas é interessante esta vaidade que, com ar modesto, o professor vai exibindo aos seus ambicionados eleitores. Ele adquiriu a prática de tratar os assuntos nacionais e dialogar com os parceiros internacionais. E isso tem interesse para mais alguém além dele e dos seus privilegiados amigos? Por acaso o que aprendeu em 10 anos serviu aos agricultores? Serviu aos pescadores? Serviu aos vidreiros? Serviu os tóxicos? Serviu aos professores? Serviu aos estudantes? Serviu aos médicos? Serviu aos reformados? Serviu aos que antes tinham emprego? Serviu aos hemofílicos que receberam o sangue contaminado? Serviu a quem, então? O balanço desta década desastrosa só demonstra que uma elite esperta e sem escrúpulos ficou mais rica e que as belas estradas (abertas para melhor circular o produto estrangeiro que substitui o português) surgiram em prejuízo da economia, da cultura, do equilíbrio social, da segurança pública, que antes bem ou mal havia.

Tudo isto tem uma razão: o esforço para tornar o Estado mínimo, ineficiente, incapaz de governar o País e de resolver os problemas da população. Esta praga espalhou-se pelo mundo como uma epidemia e as privatizações dos recursos públicos devastaram as nações aumentando o poder selvagem do patronato que exige a *desregulamentação* (como disse o chefe da CIP em entrevista televisiva) e o abandono dos princípios constitucionais que asseguravam o *direito ao trabalho, à habitação, à educação, à saúde, à segurança social, à justiça, à segurança pública*. Actualmente vivemos numa selva onde as feras estão disfarçadas em especialistas em governação, são os entendidos das normas que destruíram a liberdade de cada povo escolher o seu destino, são os amigos dos poderosos que dispõem da vida humana como se fossem os deuses antigos, fazem cara de anjos modestos que nada pretendem para si apenas conduzir o país (para o fundo do buraco).

As lições vindas da França

Servi-me aqui do título de um artigo do deputado laranja Pacheco Pereira. Só que penso exactamente o contrário do que ele afirma. As lições da França, para ele, são o esforço do governo Juppé para destruir o actual esquema da segurança social e fazer um pé de meia com o aumento dos impostos sobre os mais desfavorecidos. Para

mim são a fantástica mobilização popular que tem apoiado mais de 20 dias de greve nacional em defesa de um Estado organizado que não se deixa substituir por agentes de uma economia multinacional. A lição quem a dá é o povo francês que incorpora na sua consciência um passado de conquistas humanistas, de construção de uma nação forte e de uma cultura sólida, de mais de um século de movimentos sindicais que regulamentam a vida dos cidadãos.

Com tanta propaganda viciada pelos especialistas em governação e com a avassaladora mediocridade imposta pela comunicação social, sobretudo a televisiva, desenvolveu-se um pessimismo contagiante em relação às catástrofes políticas actuais. Assim como muita gente chegou à conclusão de que para evitar o aumento da população mundial, após estudos de Malthus no início do século XIX, era necessário destruir as populações com guerras, hoje faz-se a contabilidade dos recursos da segurança social e chega-se a lamentar que a queda do índice de mortalidade faça com que existam muitos mais idosos do que antes. É claro que os que fazem tais cálculos nunca pensam em si mesmos como um cidadão qualquer. Pacheco Pereira critica os «direitos adquiridos» como *benesses da previdência social*, mas certamente não abdica nem dos seus 13º, 14º e 15º salários, nem da sua reforma que já pode ser obtida com apenas 8 anos de vida parlamentar, nem de outros benefícios que considera como predadores dos recursos do Estado. Os que lamentam a existência de tantos idosos também não têm qualquer intenção de suicídio no fim da idade produtiva.

O problema da escassez de recursos para suportar uma população que felizmente pode viver mais tempo que os nossos avós e dar condições de vida dignas aos inválidos, aos enfermos, às mães e às crianças, não está na quantia que se despende com eles mas sim na que não se recolhe dos lucros obtidos pelos privilegiados. No Relatório de 1991 do Banco Interamericano de Desenvolvimento lê-se: seria injusto e politicamente inaceitável impor sacrifícios aos segurados, pensionistas e empregadores sem tocar simultaneamente na burocracia hipertrofiada do sistema e sem corrigir as deficiências que o viciam. Se recordarmos o que tantas vezes a CGTP denunciou, que existem grandes e velhas dívidas do patronato às caixas da Segurança Social e que o hábito de «pagar em espécie», sobretudo com imóveis sobreavaliados, criou um património aquém do valor devido, não seria necessário ameaçar os pensionistas com impostos sobre as suas magras pensões. Se a França não queimasse os seus recursos na fabricação de armas atómicas talvez pudesse até melhorar as condições de vida do seu povo. Se a Europa não andasse a cumprir as ordens norte-americanas provocando conflitos em países autónomos e enviando soldados para morrerem por engano em guerras publicitadas enganosamente com missão de paz, poderia seguir o seu caminho no sentido do desenvolvimento, sem lamentar a vida dos seus avós e o nascimento dos seus filhos.

Comércio a generalização de um modelo (sub) cultural único incompatível com a cultura profunda de cada país. É fundamentado o seu temor de que «as forças do dinheiro aliadas à força das novas tecnologias consigam aquilo que as mais desumanizadas ditaduras não alcançaram».

Na impossibilidade de encontrarem um intelectual norte-americano de prestígio internacional que sustentasse na Europa a argumentação dos grandes executivos do audiovisual caseiro, os EUA festejaram o aparecimento de um aliado providencial. Foi um latino-americano, aliás grande escritor, o peruano Vargas Llosa (hoje espanhol por opção) que se apresentou na imprensa a criticar com agressividade os defensores da *exceção cultural*. O autor de «La Guerra del Fim del Mundo» chegou à conclusão de que as restrições à penetração do audiovisual norte-americano no Velho Mundo resultam de uma incompreensão do que seja a verdadeira cultura (4). Na *exceção cultural* identifica um acto de fé religiosa marcado por preconceitos ideológicos que atrasam a caminhada natural da humanidade «para uma ordem democrática planetária» (sic). Na sua opinião a ideia de que a língua e a topografia representam valores respeitáveis decorre de preconceitos incompatíveis com a razão. A *exceção* surge-lhe como manifestação de um desejo não consciencializado de «regresso à tribo».

Vargas Llosa que, em ensaio polémico, já confessou sentir repugnância pelos incas e pela cultura que o povo do Tahuantinsuyo criou nos Andes Centrais define-se, aliás, como adversário da ideia de nação e sustenta que toda a identidade que se afasta da criação individual é artificial e, por isso, condenável. Mete no mesmo saco o nacionalismo passional e o conceito e o sentimento nacional. A simples palavra *identidade* - escreve - provoca-lhe frémitos de indignação...

Cito a postura radical assumida por um escritor tão representativo da direita ultra-liberal para melhor iluminar aspectos de uma batalha que é simultaneamente política e cultural. Peço que me toca creio que a paixão exacerbada que transparece em posições como a de Vargas Llosa não favorece a defesa dos interesses das transnacionais do audiovisual no debate sobre a *exceção cultural*. A absolutização do individualismo funciona dialecticamente como desserviço a objectivo visado. O homem é um ser social. As civilizações, como fenómeno nascido de esforços colectivos, constituem uma demonstração de que a criatividade individual somente atinge a sua máxima expressão cultural quando se insere no movimento global de uma sociedade que se diferencia das que a envolvem e influencia em processo de interpenetração.

Cultura alguma atinge uma dimensão de grandeza intemporal se nela não existir abertura ao universal. Mas há uma lógica na evolução de todas as culturas que não pode ser subvertida. Tal como uma pirâmide se constrói da base para o vértice, uma cultura cresce a partir de raízes próprias. Se estas forem destruídas o edifício vem abaixo, desmorona-se. A busca do universal passa pelo respeito do particular como fonte de vida e do fenómeno cultural.

A *exceção cultural* é filha da consciência de que a Europa renunciará à sua especificidade, ou seja aquilo que ela é, se escancarar as portas ao audiovisual mercadorista, cedendo à pressão norte-americana.

As civilizações resultam sempre de um processo lento de interações de culturas diferenciadas. Qualquer tentativa de uniformização da cultura na Europa do final do segundo milénio, resultante da imposição da subcultura do audiovisual norte-americano, seria uma tragédia para a humanidade. Empobreceria.

Cabe perguntar por que comemora Portugal o 5º centenário do acto cultural revolucionário que foram as grandes viagens marítimas.

(1) A solidariedade de poderosas transnacionais americanas nestes negócios escuros já despolto alguns escândalos. Pouco depois da compra da ABC pela Walt Disney, a tradicional cadeia de televisão apresentou desculpas a Philip Morris pela difusão de uma reportagem que atingiria os interesses da empresa tabaqueira. Motivo: a ABC havia revelado que a PM, para estimular a habituação dos fumadores, aumentara a dose de nicotina em determinada marca de cigarros. A informação expressava um facto comprovado. O Congresso chegou a ocupar-se do assunto. Mas a Walt Disney mantém há muito relações especiais com a P. Morris e considerou útil que a ABC se retraciasse publicamente, pedindo desculpa ao gigante do tabaco. Não é tudo. A PM, que financia as campanhas do senador Jesse Helms, leader da extrema-direita no Congresso, pediu posteriormente à American Express cópias dos recibos relativos aos cartões de crédito dos autores da polémica reportagem. O pedido foi prontamente atendido.

(2) «The Times», de Londres, e a revista norte-americana «US & World Report» editaram suplementos especiais dedicados ao Windows 95 da Microsoft.

(3) Há dois anos, no final de 1993, quando colaborava no «Expresso», escrevi um artigo para aquele semanário em defesa da *exceção cultural* e condenando a invasão do audiovisual americano. Não foi publicado.

(4) In «Le Figaro», Paris, 18.10.93.

PONTOS CARDEAIS

Da graça à desgraça?!...

À atenção do Governo socialista liderado pelo engenheiro António Guterres, neste princípio de ano novinho em folha: segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de desemprego no continente situou-se em 7,3% no último trimestre de 1995 e em 7,2% em termos de média anual, contra 6,8% em 1994. Por universal consenso, um Governo em «estado de graça» é o que vive um período de instalação numa casa que não estava devoluta mas foi cedida, por força da lei, pelos anteriores inquilinos. A responsabilidade do mau estado da casa - e, nesta, a subida do desemprego é como um telhado roto - cabe obviamente ao anterior inquilino. A responsabilidade dos novos inquilinos está no senso comum de qualquer moradia à responsabilidade: se não fazem as obras que se impõem - e utilizando os meios que lhes são

postos à disposição - o estado da casa continua a degradar-se como se estivesse habitada pelos desleixados anteriores; assim sendo, os novos inquilinos perdem a graça toda...

O cangalheiro

Num balanço sobre a política portuguesa em 1995, o actual director do «Expresso», José António Saraiva, dedicou ao PCP a sua tradicional conclusão: «Trata-se de uma força política cuja estratégia tem hoje como principal objectivo disfarçar o seu progressivo declínio». O Saraiva, veja lá se tem cuidado! Começa a ser inquietante essa sua obsessão pelo fim do PCP... Repare que já nem procura argumentar a favor dessa sua pulsão de cangalheiro: desde que dirige o «Expresso», ano após ano, limita-se a repetir a mesma certidão de óbito passada em nome dum cadáver que só está na sua cabeça.

Na eventualidade de com isso pretender disfarçar o seu progressivo declínio, então vigie-se mais que nunca: olhe que os seus patrões, além de não padecerem de tão lancinante anticomunismo, não são cegos, nem parvos, nem tão incultos. Entretanto se o disfarce é mesmo urgente, ao menos diversifique, homem, faça como o Zandinga e mate a torto e a direito! Assim pode sossegadamente continuar a liquidar o PCP todos os anos sem deixar, escarolada, essa sua infeliz fraqueza...

E o resto é fita...

A candidatura de Cavaco Silva à Presidência da República anda num desnorte galopante. As contradições parecem multiplicar-se por simpatia, como as explosões: o homem

ora se pendura de Mário Soares ora lhe empurra o perfil para longe, aqui namora o Primeiro-Ministro António Guterres ali passa-lhe uma roda de ignorante, num dia afasta o seu passado de Primeiro-Ministro para recortar um perfil de Presidente da República acima de todas as influências, no outro convoca o mesmo passado para lhe extrair o argumento eleitoral da «experiência».

Roçou, entretanto, a anedota a estratégia eleitoral que utilizou no final do ano.

Primeiro, «cortou relações» com os jornalistas, recusando-se responder às perguntas fosse de quem fosse através dum curioso expediente: encher a boca de bolo rei quando algum microfone se lhe dirigia. Depois, e tão repentinamente como entrara em «greve de silêncio»,

convidou representantes de todos os órgãos de Comunicação Social para partilharem com ele e a família uma passagem de ano «na intimidade», passando a ser o mais palavroso anfitrião da mais pública festa privada jamais ocorrida neste País. E o País lá viu coisas tão significativas como o candidato a aguentar rolhas para que o champanhe jorrasse no minuto exacto, ou o candidato a dançar trinta anos antes com uma africana num filme «escrito, produzido e realizado por Aníbal Cavaco Silva».

No meio de tanta saloia, quem produziu o comentário mais certo foi o pai do candidato, ao garantir que o filho não precisava da Presidência da República para nada e estava nesta corrida eleitoral apenas por dever de solidariedade com o PSD. Ora aí está! O que é preciso é recuperar algum poder para o derrotado PSD - e o resto é fita, né?

FRASES da SEMANA

«Desejo que Cavaco Silva fique a fazer as contas à derrota no Banco de Portugal.»

(desejo expresso à comunicação social por Jerónimo de Sousa na passagem do ano em Setúbal - 31.12.95)

«É mais fácil eu marcar um golo do que o professor ganhar as eleições.»

(Eusébio, apoiante de Cavaco - «Antena 1», 27.12.95)

«Não se vê como é que o candidato (Cavaco Silva) conseguiria identificar-se (com o país) sem desdizer tudo o que representou, para o bem e para o mal, durante dez anos.»

(Manuel Villaverde Cabral - «Diário de Notícias», 02.01.96)

«Ache-se, ou não, que Fernando Nogueira tem condições, carisma e qualidade para continuar líder do partido, a verdade é que o seu comportamento formigueiro o levou à solidão.»

(Henrique Chaves - «Semanário», 30.12.95)

«O Governo deve adequar o seu discurso à realidade que tem pela frente e lembrar-se de que se perdoa mais facilmente uma mentira do que o defraudar de uma ilusão.»

(Nicolau Santos, comentador TSF, citado em «Público», 30.12.95)

«Queremos ganhar experiência.»

(Dias Alves, gestor privado do Hospital Amadora-Sintra - «Expresso», 30.12.95)

«As audiências são apenas uma maneira expedita de sabermos quem está conosco.»

(Emídio Rangel - «A Capital», 27.12.95)

«O que se faz hoje (na televisão), porém, vai muito, muito além de satisfazer o gosto popular (seja isso o que for) e de satisfazer o «share». O que se faz é ensinar deliberadamente o tele-lixo como padrão e como bitola. O que se faz, também, é ensinar uma espécie de português que tem muito pouco da língua que Camões e outros ingénios, que não souberam prever a catástrofe, se cansaram a cultivar e a servir. O que se faz é, enfim, ensinar um modelo rasca.»

(João Aguiar - «Público», 02.01.96)

«Temos passado o tempo a esquecer o nosso imaginário, a ofendê-lo, a escamoteá-lo, a agredi-lo de todas as formas.»

(Mário Cláudio - «Jornal de Letras», 03.01.96)

PONTOS NATURAIS

Bloco-notas

Ser comunista, hoje

Esperança: é a maneira como o futuro fala ao nosso ouvido. Depois há que saber organizá-la.

Então entram os comunistas em acção.

Fala o camarada Manuel, lavrador

Pois é, pá. Sou avô. Subi de posto... (ri)

De repente um sujeito sobe ao pico do monte e apanha todo o vale.

Olha-me aqui a nova cidadã (tira a carteira toda esfolada) Olha-a aqui acabada de nascer. Não é verdinha?

Actualidade

Para a SIC Jerónimo de Sousa não existe.

Era só o que faltava haver alguém que se atrevesse a existir sem pedir licença ao Dr. Balsemão. (Os jornalista lá da casa o que dirão)

Não é por mal. É só porquê têm mais que fazer.

Coisas inadiáveis, género comer baratas e minhocas rilhar vidro com sangue na goela.

Falta o tempo pra chegar à janela.

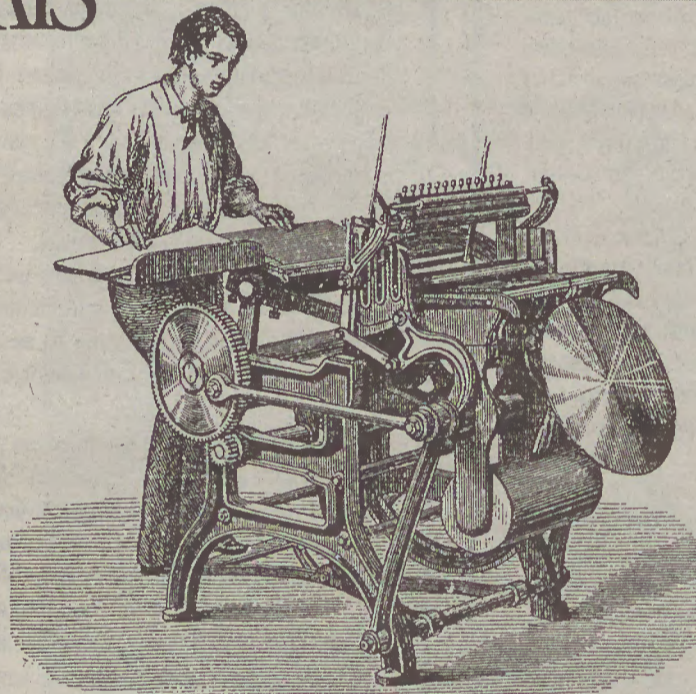
Democratas

Comunistas não são democratas. Se os comunistas fossem democratas ajoelhavam diante dos senhores pediam a bênção do bispo e, diante das crianças da noite; dos natais com fome e desespero; das insónias com a corda na garganta, se os comunistas fossem democratas calavam, silenciavam, aceitavam. Comunistas não são democratas democratas de elite.

Esses calam, aceitam, dormem.

Os comunistas têm de ir ao «guichet» com o atestado pra levar o carimbo «democrata».

Se o não fizerem, não serão democratas e além disso não terão um gelado nem irão para o céu.



Entretanto, a História passa e ri.

Muito pessoal

Meu pai tinha os olhos azuis. Ninguém na família tivera alguma vez olhos azuis.

Um azul de brincar. Não posso dizer que era um azul como isto ou como aquilo (o céu, o mar, etc.) por isso não adianta explicar.

Quando a sombra de um pássaro cruza a minha janela «é azul - digo - é azul como os olhos do meu pai.»

O que eu quero dizer nestes versos tem um azul parecido.

Mário Cláudio

PRESIDENCIAIS



Jerónimo de Sousa

Quinta-feira, dia 4

DISTRITO DE SETÚBAL

SETÚBAL

Encontro com mulheres apoiantes da candidatura no restaurante «O Beco» (Lg. Misericórdia), às 13h.
 Encontro com trabalhadores da Renault à saída das instalações da empresa, às 15h

ALCÁCER DO SAL

Jantar com apoiantes e eleitos autárquicos do Litoral Alentejano no Centro Social do Bairro do Laranjal

GRÂNDOLA

Sessão pública nas instalações da Coop. de Consumo, às 21h30

Sexta-feira, dia 5

LISBOA

Declaração de Jerónimo de Sousa «Portugal e a integração europeia» no Hotel Continental (R. Laura Alves), às 15h30

Domingo, dia 7

DISTRITO DE SETÚBAL

ALVALADE SADO

Almoço com apoiantes da candidatura no Centro de Trabalho do PCP, às 13h

BAIXA DA BANHEIRA

Comício na Colectividade «Os Alentejanos» (R. Padre José Feliciano), às 21.30 h

Domingo, 7, às 16 h

ALMADA - Incrível Almadense FESTA-COMÍCIO

com a participação de

CARLOS CARVALHAS

Secretário-geral do PCP

Segunda, dia 8

LISBOA

Declaração de Jerónimo de Sousa sobre «Democracia e Participação» no Hotel Altis (R. Castilho), às 17h30

Terça, dia 9

ALENTEJO

Visita a várias localidades do distrito

Quarta-feira, dia 10

COIMBRA

Várias iniciativas no distrito

Outras iniciativas da candidatura de Jerónimo de Sousa:

● BARREIRO

Hoje, quinta-feira, dia 4:

Sessão pública com a participação de José Paleta às 21h30 no Grupo Recreativo e Desportivo de Palhais

Sexta-feira, dia 5:

Sessão pública com a participação de Ruben de Carvalho às 21h30 no Clube Dram. Instr. e Recr. 31 de Janeiro, «Os Celtas», Barreiro

Sexta-feira, dia 5:

Sessão pública com a participação de Hélder Madeira às 21h30 no Galitos Futebol Clube, Barreiro

Sábado, dia 6:

Almoço-convívio com a participação de Vítor Castro no Centro de Trabalho da Com. de Freg. do PCP do Barreiro

PRESIDENCIAIS



VENCER A DIREITA LUTAR PELA MUDANÇA

COMÍCIO

com
Jerónimo de Sousa
Carlos Carvalhas

LISBOA
PAV. CARLOS LOPES
11 JANEIRO - 5ª Feira
21.30 Horas

DORL e DORS do PCP

● CASCAIS

Domingo, dia 7:
 Plenário de militantes do PCP com a participação de Júlio Filipe às 15h30 no Centro de Trabalho de Tires

Domingo, dia 7:
 Plenário de militantes do PCP às 15h30 no Centro de Trabalho de Carcavelos

Tempos de Antena na Televisão

| | |
|----------------------|--|
| Quinta-feira, dia 4 | - TV2 (1º Tempo); TVI (3º Tempo) |
| Sexta-feira, dia 5 | - Canal 1 (3º Tempo); TV2 (2º Tempo) |
| Sábado, dia 6 | - Canal 1 (4º Tempo); TV2 (1º Tempo); TVI (3º Tempo) |
| Domingo, dia 7 | - Canal 1 (4º Tempo); TV2 (3º Tempo); TVI (2º Tempo) |
| Segunda-feira, dia 8 | - Canal 1 (3º Tempo); TV2 (2º Tempo); TVI (1º Tempo) |
| Terça-feira, dia 9 | - TV2 (3º Tempo); TVI (1º Tempo) |
| Quarta-feira, dia 10 | - Canal 1 (2º Tempo); TVI (1º Tempo) |
| Quinta-feira, dia 11 | - Canal 1 (1º Tempo); TV2 (3º Tempo); TVI (2º Tempo) |

Os horários anunciados pelas Estações para o início dos blocos diários de tempos de antena são os seguintes: Canal 1 - 19h45m; TV2 - 21h45m; TVI - 21h30m ou 21h40.

Tempos de Antena Rádio — Calendário de Emissão

| Rádios | Dat - 24h | | | Bobine - 48h | | Dat - 48h | | Dat - 48h | Cas.24h R. ALT | Cas.24h C. Asas Atlântico | Cas.24h RC Angra | Cas.24h E. Rádio Madeira | Cas.24h P.E. Funchal | Dat 48h R.Press |
|------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------|----------------|---------------------------|------------------|--------------------------|----------------------|-----------------|
| | A1 e A2 | A3 | Intern. | CI | RFM | FM | OM | | | | | | | |
| 31 - Dom. | 22,15 | 19,50 | 23,30 | 09,35 22,25 | 07,05 20,25 | 11,35 21,35 | 11,15 21,35 | 01,35 | 20,20 | 12,50 | 12,50 | 22,50 | 20,20 | 03,35 |
| 1 - 2ª f. | 11,40 12,10 | 07,01 | 11,40 18,20 | 21,25 | 20,15 | 23,25 | 23,25 | 20,25 | 20,10 | 12,40 | 15,10 | 22,40 | 20,10 | 03,25 |
| 2 - 3ª f. | 11,50 12,00 | 07,11 13,01 | 11,50 18,10 | 21,25 | 20,15 | 23,25 | 23,25 | — | — | — | — | — | — | — |
| 3 - 4ª f. | 22,05 | 23,40 | 23,20 | 11,45 21,15 | 11,45 20,05 | 11,45 21,15 | 11,25 21,15 | 20,25 | 20,10 | 12,40 | 15,10 | 22,40 | 20,10 | 03,25 |
| 4 - 5ª f. | 11,50 | 07,11 | 11,50 | 11,35 21,25 | 11,35 20,15 | 11,35 23,25 | 11,15 23,25 | 20,35 | 20,20 | 12,50 | 15,20 | 22,50 | 20,20 | 03,35 |
| 5 - 6ª f. | 12,10 22,05 | 13,11 23,40 | 18,20 23,20 | 20,45 | 20,35 | 23,45 | 23,45 | — | — | — | — | — | — | — |
| 6 - Sáb. | 11,40 12,10 | 07,01 13,11 | 11,40 12,10 | 23,25 | 20,15 | 23,25 | 23,25 | 20,25 | 20,10 | 12,40 | 13,10 | 22,40 | 20,10 | 03,25 |
| 7 - Dom. | 22,05 | 23,40 | 23,20 | 9,45 23,15 | 07,15 20,35 | 11,45 23,45 | 11,25 23,45 | 20,15 | 20,00 | 12,30 | 12,30 | 22,30 | 20,00 | 03,15 |
| 8 - 2ª f. | 11,50 | 07,11 | 11,50 | 11,35 21,15 | 11,35 20,05 | 11,35 23,15 | 11,15 23,15 | 20,35 | 20,20 | 12,50 | 15,20 | 22,50 | 20,20 | 03,35 |
| 9 - 3ª f. | 12,10 22,05 | 13,11 23,40 | 18,20 23,20 | 20,00 | 20,35 | 23,45 | 23,45 | 20,25 | 20,10 | 12,40 | 15,10 | 22,40 | 20,10 | 03,25 |
| 10 - 4ª f. | 22,05 | 23,40 | 23,20 | 11,45 21,25 | 11,45 20,15 | 11,45 23,25 | 11,25 23,25 | — | — | — | — | — | — | — |
| 11 - 5ª f. | 11,50 12,00 | 07,11 13,01 | 11,50 18,10 | 21,45 | 20,35 | 23,45 | 23,45 | 20,25 | 20,10 | 12,30 | 15,10 | 22,40 | 20,10 | 03,25 |
| 12 - 6ª f. | 11,45 12,10 12,20 | 07,11 13,11 23,00 | 11,50 14,50 23,20 | 11,50 | 21,35 | 11,50 23,35 | 11,30 23,35 | 20,35 | 20,20 | 12,50 | 15,20 | 22,50 | 20,20 | 03,35 |

LOURES

Hoje, quinta-feira, dia 4: Sessão pública com a participação de José Casanova às 21h30 no Salão da JF de Stº Antão do Tojal

Sexta-feira, dia 5: Plenário de militantes do PCP com a participação de Luís Fernandes às 21h30 no Centro de Trabalho de Loures

TORTOSENDO

Domingo, dia 7: Festa-convívio com a participação de Aurélio Santos e Vítor Reis Silva a partir das 16h00 no Mercado do Tortosendo

VILA FRANCA DE XIRA

Sexta-feira, dia 5: Sessão pública com a participação de António Abreu às 21h30 na Garagem C. Machado, Vala do Carregado

Sexta-feira, dia 5: Plenário de militantes do PCP às 21h30 no CT de Póvoa de Santa Iria

Domingo, dia 7: Almoço-convívio às 13h no Centro de Trabalho de A-dos-Loucos

Debate no PORTO:

«Intervenção militar portuguesa na Bósnia» com JOÃO AMARAL e JOSÉ GOULÃO Terça-feira, dia 9, às 21h30 Coop. Árvore

PALAVRAS CRUZADAS

15x15 crossword puzzle grid with numbers 1-15 in both directions.

HORIZONTAIS: 1 - Pequena máquina de imprimir; o maior planeta do sistema solar; 2 - Denuncie; cidade espanhola. 3 - Relação; línguas; também não. 4 - Aniversários; penhor; caruma. 5 - Nome de letra; ante meridiano; prep.; aqui; grito de dor. 6 - Prender com elos; sovo. 7 - Ralhem; corja. 8 - Divisão de tempo; pouco vulgar. 9 - Nota musical; art.; bilis; pref. de neg.; forma popular de rapaz. 10 - Antepassados; versejar; contrapor. 11 - Aguardente de cereais; domesticaras; partida. 12 - Molhos; camponês dos arredores de Lisboa. 13 - Residiram; frutos apocárpico.

VERTICAIS: 1 - Muçulmanos; devoram. 2 - Imagem da Virgem nas igrejas ortodoxas; esquivo-me. 3 - Sem efeito; época; segundo Califá dos muçulmanos. 4 - Estás; marinhas; oferece. 5 - Soberano; charnecas; sofrimento. 6 - O que os seres vivos têm; rente; flor. 7 - Fúria; termo. 8 - Residência dos monarcas; divisas. 9 - Progenitora; casa. 10 - Art.; móvel onde se guardam bebidas; antiga medida de capacidade. 11 - Bases; espiohais; o tío da América. 12 - Partir; planeta do sistema solar; nota musical. 13 - Banheira; remoinho de água; comparativo de mau. 14 - Infiltração de serosidade nos tecidos; tinha autorização. 15 - Ramificações; antigos reis do Egipto.

SOLUÇÃO DO N.º 1151

HORIZONTAIS: 1 - Câmaras; salinas. 2 - Ota; ola; ora. 3 - Ba; aram; rodo; el. 4 - Eta; alarido; ura. 5 - Sá; Os. 6 - Ora; rumar; ave. 7 - Içou; aura. 8 - Cru; rolas; iso. 9 - Aí; ua. 10 - Voo; cotidal; mia. 11 - Ar; peso; Íris; or. 12 - Mar; Lua; aia. 13 - Onerara; somaram.

VERTICAIS: 1 - Cabelo; còvado. 2 - At; rir; or. 3 - Mó; abáculo; me. 4 - Ata; par. 5 - Raras; acera. 6 - Alar; rios. 7 - Soma; uro; tola. 8 - Rim; lei. 9 - Sari; aba; dias. 10 - Odor; suar. 11 - Lodos; aliam. 12 - Iró; siá. 13 - Na; usariam; ar. 14 - Er; vãs; Io. 15 - Salame; oraram.

XADREZ

DXLIII - 4 DE JANEIRO DE 1996 PROPOSIÇÃO Nº 1995X099 Por: ADOLF KRAEMER 1º Prémio Schach, 1954

Pr.: [7]: Ps.a3, d4, d5, f6-Bh5-Té3-Rç4 Br.: [5]: Cs.a6, ç5-Bs.al, ç2-Ra5

Chessboard diagram for XADREZ problem showing a mate in 6 moves.

Mate em 6 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1995X100 Por: ABRAHAM SOLOMONOVICH GURVICH 1º Prémio Alma-Atinskaya Pravda, 1959

Pr.: [6]: Ps.a5, f7, h6-Bg3-Té3-Ré7 Br.: [6]: Ps.a4, ç7, h3-Bg4-Tg7-Rf5

Chessboard diagram for XADREZ problem showing a win for white.

Branças jogam e ganham

DAMAS

DXLIII - 4 DE JANEIRO DE 1996 PROPOSIÇÃO Nº 1995D099 Por: HENRI CHILAND França, 1968

Pr.: [4]: 8-22-29-40 Br.: [5]: 7-14-35-38-44

Checkers board diagram for DAMAS problem showing a win for white.

Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1995D100 GOLPE Nº 152 Por: Dr. Orlando Augusto Lopes Lisboa, 1952

Fonte: Enciclopédia Damista, Fafe 1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 23-20; 3. 1-5, 27-22; 4. 14-19, 22-15; 5. 12-19, 20-15; 6. 11-20, 24-15; 7. 10-13; 18-14; 8. 13-18, 21-17; 9. 6-10, 28-24; 10. 19-23 Diagrama [Pr.: [10]: 14-15-17-24-25-26-29-30-31-32; Br.: [10]: 2-3-4-5-7-8-9-10-18-23 Pr. 4]

Checkers board diagram for DAMAS problem showing a win for black.

Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXLIII Nº 1995X099 [A. K.]: 1. Ch7; Té6; 2. Caç5, Té3; 3. Cd7i, Té6; 4. Cçç5, Té3; 5. Ba4, ç; 6. Bb5 # Nº 1995X100 [A.S.G.]: 1. Bh5!, Bç7; 2. T:f7+, Rd8; 3. T:ç7, Tg8; 4. Tç4!, Tç5+; 5. Rç6, T:h5; 6. h4!! e.g.

A. de M. M.

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 4

Flor do Deserto «Desert Bloom» (EUA/1986). Real.: Eugene Corr. Int.: Anabeth Gish, Jon Voight, Jobeth Williams, Ellen Barkin, Jay D. Underwood. Cor, 105 min. Drama. (22.00, TVI)

C.H.U.D. II «CHUD II: Bud the Chud» (EUA/1989). Real.: David Irving. Int.: Biran Robbins, Bill Calvert, Tricia Leigh Fisher, Gerrit Graham. Cor, 84 min. Comédia / Terror. (02.05, Canal 1)

SEXTA, 5

Feliz Ano Novo «Happy New Year» (EUA/1987). Real.: John G. Avildsen. Int.: Peter Falk, Charles Durning, Wendy Hughes, Tom Courtenay. Cor, 81 min. Ver Destaque. (22.00, TVI)

Fanny «Fanny» (Fr./1932). Real.: Marc Allegret. Int.: Raimu, Pierre Fresnay, Oriane Demazis, Charpin, Alida Rouffe, Mouries, Milli Mathis. P/B, 142 min. Ver Destaque. (00.00, TV 2)

Paixão Selvagem «Boxing Helena» (EUA/1993). Real.: Jennifer Chambers Lynch. Int.: Sherilyn Fenn, Julian Sands, Bill Paxton, Art Garfunkel. Cor, 103 min. «Thriller» Dramático. (00.45, Canal 1)

Prefere-se a Experiência Mas Não é Essencial «Experience Preferred... But Not Essential» (Gr.Br./1982). Real.: Peter Duffell. Int.: Elizabeth Edmond, Sue Wallace, Ron Brain, Geraldine Griffith. Cor, 71 min. Ver Destaque. (00.50, TVI)

Roger e Eu «Roger & Me» (EUA/1989). Real.: Michael Moore. Documentário. Cor, 87 min. Ver Destaque. (02.30, Canal 1)

SÁBADO, 6

Perry Mason e o Caso do Caixão de Vidro «Parry Mason - The Case of the Glass Coffin» (EUA/1991). Real.: Christian I. Niby II. Int.: Raymond Burr, Barbara Hale, William R. Moses. Cor, 97 min. Telefilme Policial. (16.05, SIC)

Gente Como Eu e Você «Beautiful People» (Áfr. Sul/1974). Real.: Jamie Uys. Cor, 92 min. Documentário. (16.50, Canal 1)

Ao Serviço dos Mais Pobres «Father Damien, The Leper Priest» (EUA/1981). Real.: Setevn Gethers. Int.: Ken Howard, Mike Farrell, David Ogden Stiers. Cor, 90 min. Drama. (17.50, TVI)

Mocidade Triunfante «They Shall Have Music» (EUA/1939). Real.: Archie Mayo. Int.: Jascha Heifetz, Andrea Leeds, Joel McCrea, Gene Reynolds, Walter Brennan. P/B, 97 min. Musical. (18.45, TV 2)

1492: Cristóvão Colombo «1492: The Conquest of Paradise» (Gr.Br./Esp./Fr./1992). Real.: Ridley Scott. Int.: Gérard Dépardieu, Armand Assante, Sigourney Weaver. Cor, 156 min. Ver Destaque. (01.00, TV 2)

Melinda «On a Clear Day You Can See Forever» (EUA/1970). Real.: Vincent Minnelli. Int.: Barbra Streisand, Yves Montand, Bob Newhart, Jack Nicholson. Cor, 129 min. Musical. (01.20, TVI)

Intriga ao Sol «High Season» (Gr.Br./1987). Real.: Clare Peplow. Int.: Jacqueline Bisset, James Fox, Irene Papas, Sebastian Shaw, Kenneth Branagh.

Cor, 97 min. Comédia. (01.30, Canal 1)

Critters - Seres do Espaço «Critters» (EUA/1986). Real.: Stephen Herek. Int.: Dee Wallace Stone, M. Emmet Walsh, Billy Green Bush, Scott Grimes. Cor, 80 min. Comédia / Ficção Científica. (01.30, Canal 1)

DOMINGO, 7

Cidade Violenta «Violent City» (It./1970). Real.: Sergio Sollima. Int.: Charles Bronson, Telly Savalas, Jill Ireland, Michel Constantin, Umberto Orsini. Cor, 87 min. Policial. (16.30, SIC)

Parada Imperial «Die Deutsche» (RFA). Real.: Ernst Marischka. Int.: Romy Schneider, Magda Schneider, Siegfried Breuer, Jr., Hans Moser. Cor, 103 min. Melodrama. (17.30, TVI)

Escândalo na Sociedade «The Cowboy and the Lady» (EUA/1938). Real.: H. C. Potter. Int.: Gary Cooper, Merle Oberon, Patsy Kelly, Walter Brennan. P/B, 88 min. Comédia. (19.00, TV 2)

Blow Out - Explosão «Blow Out» (EUA/1981). Real.: Brian De Palma. Int.: John Travolta, Nancy Allen, John Lightow, Dennis Franz, Peter Boyden. Cor, 104 min. Ver Destaque. (23.20, SIC)

Topaze «Topaze» (Fr./1932). Real.: Louis Gasnier. Int.: Louis Jouvet, Marcel Valée, Edwige Feuillère, Simone Héliard, Paul Pauley. P/B, 100 min. Ver Destaque. (00.45, TV 2)

SEGUNDA, 8

Um Americano na Bermuda «Bermuda Grace» (EUA/1993). Real.: Mark Sobel. Int.: William Sadler, David Harewood, Serena Scott Thomas, Leslie Phillips. Cor, 93 min. Policial. (22.00, TVI)

Pulp Fiction «Pulp Fiction» (EUA/1994). Real.: Quentin Tarrantino. Int.: John Travolta, Samuel L. Jackson, Uma Thurman, Harvey Keitel, Yim Roth, Bruce Willis, Maria de Medeiros. Cor, 143 min. Ver Destaque. (22.40, SIC)

Amityville: A Nova Geração «Amityville: A New Generation» (EUA/1993). Real.: John Murkowski. Int.: Ross Partridge, Julia Nickson-Soul, Laila Sloatman, David Naughton. Cor, 92 min. Terror. (00.45, Canal 1)

TERÇA, 9

A Força da Razão «Necessary Parties» (EUA/1990). Real.: Gwen Arner. Int.: Alan Arkin, Barbara Dana, Mark Paul Gosselear, Taylor Fry, Julie Hagerty. Cor, 107 min. Drama. (22.00, TVI)

«A River Runs Through It» (EUA/1992). Real.: Robert Redford. Int.: Craig Sheffer, Brad Pitt, Tom Skerritt, Emily Lloyd, Blenda Blethyn, Edie McClure. Cor, 123 min. Ver Destaque. (22.15, Canal 1)

Frontera Sur (01.05, Canal 1)

QUARTA, 10

Mulher Amante «Mogliamante» (It./1977). Real.: Marco Vicario. Int.: Marcello Mastroianni, Laura Antonelli, Leonard Mann, Annic-Belle, Gastone Moshin. Cor, 110 min. Drama. (00.50, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TEATRO section containing listings for AUDITÓRIO CARLOS PAREDES, COMUNA, TEATRO ABC, TEATRO DO BAIRRO ALTO, TEATRO CINEARTE, TEATRO DA MALAPOSTA, TEATRO MARIA MATOS, SALAZAR - DEUS, PÁTRIA, MARIA, TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA, TEATRO MUNICIPAL SÁ DE MIRANDA, TEATRO MUNICIPAL S, LUIZ, TEATRO NACIONAL D. MARIA II, TEATRO POLITEAMA.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 4

CANAL 1
08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Táxi
09.35 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.30 Malha de Intrigas
15.00 Vizinhos
15.50 A Ponte de Boogedy
16.35 Os Dias Úteis
17.40 Pantalán
19.10 Lotaria Nacional
19.15 Golo!
19.45 Presidenciais 96
20.00 Telegjornal
20.50 Casados de Fresco
22.20 A Idade da Loba
23.10 Malha Gira
00.20 Murphy Brown
00.50 24 Horas
01.20 Remate
01.45 Automobilismo: Rally Granada-Dakar
02.05 C.H.U.D. II
(ver «Filmes na TV»)

TV 2
16.30 Desporto
17.35 Rua Sésamo

Sexta, 5

CANAL 1
08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Táxi
09.35 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.30 Malha de Intrigas
15.00 Vizinhos
15.50 A Ponte de Boogedy
16.45 Dias Úteis
17.40 Pantalán
19.15 Golo!
19.45 Presidenciais 96
20.00 Telegjornal
20.50 Isto É o Agildo
21.40 A Idade da Loba
22.30 Quem É o Que?
23.40 24 Horas
00.10 Remate
00.25 Rally Granada-Dakar
00.45 Paixão Selvagem
(ver «Filmes na TV»)
02.30 Roger e Eu
(ver «Filmes na TV»)

TV 2
16.30 Motociclismo
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá



«No fim do Mundo», o quotidiano de um jovem médico no Alasca: quinta e terça na SIC, ao fim da noite

18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.00 Musical: «Beat Special» (I)
20.05 Uma Vida Perigosa
21.05 Dinheiro em Caixa
21.30 Remate
21.45 Presidenciais 96
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.45 União Europeia - Qual a Nossa Estrela?

SIC
11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Os Trapalhões
21.20 A Próxima Vítima
22.15 Surprise Show
23.15 A Noite da Má Língua
00.25 Último Jornal
00.40 No Fim do Mundo
00.55 O Cinema Americano

TVI
10.00 Jornal do Mundo
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 África Nossa
15.00 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 O Justiciero
21.30 Campanha Eleitoral
22.00 Fora de Jogo
22.15 Flor do Deserto
(ver «Filmes na TV»)
23.55 TVI Jornal
00.25 Diário de Campanha
00.40 Rua Jump, 21

19.10 Artes e Letras: «Cinema Europe: The Other Hollywood» (IV)
20.10 Irmãs
21.00 Máquinas
21.30 Remate
21.45 Presidenciais 96
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Actual - Reportagem
24.00 Fanny
(ver «Filmes na TV»)

SIC
11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Os Malucos do Riso
21.35 A Próxima Vítima
22.35 Luna Parque
00.35 Os Donos da Bola
01.50 Último Jornal
02.05 Playboy

TVI
10.00 Caixa de Perguntas
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.35 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.35 Babylon 5
21.30 Fora de Jogo
21.40 Campanha Eleitoral
22.00 Feliz Ano Novo
(ver «Filmes na TV»)
23.35 Grande Plano
00.05 TVI Jornal
00.35 Diário de Campanha
00.50 Prefere-se Experiência Mas Não É Essencial
(ver «Filmes na TV»)

Sábado, 6

CANAL 1
08.00 Programa Infantil/Juvenil
10.55 Clube Disney
12.25 Cybermaster
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Top +
14.15 Jornal Jovem
14.50 Polícias do Futuro
15.40 Emmys 1995 (Parte II)
16.50 Gente Como Eu e Você
(ver «Filmes na TV»)
18.05 Retrato Íntimo de Diana
18.30 Clube dos Totalistas
19.35 Presidenciais 96
20.00 Telegjornal
20.45 Futebol: Marítimo-Benfica
22.45 Parábens
00.55 24 Horas
01.30 Intriga ao Sol
(ver «Filmes na TV»)
TV 2
09.00 Universidade Aberta
12.10 Forum Musical
13.00 Euronews
14.00 Circo
15.00 Jornada na Dois
18.45 Mocidade Triunfante
(ver «Filmes na TV»)
20.35 Trio de Quatro
21.25 Presidenciais 96
22.00 TV2 Jornal
22.35 Concerto: «Vitorino no Centro Cultural de Belém»
23.30 Remate
23.45 Jogo Falado
00.15 Rally Granada-Dakar
00.30 Tribunal de Polícia
01.00 1492 - Cristóvão Colombo
(ver «Filmes na TV»)

SIC
09.00 Buéréré
12.30 Portugal Radical
13.00 National Geographic
14.00 Top Sic
15.30 Dra. Quinn
16.05 Perry Mason e o Caso do Caixaõ de Vidro
18.00 Futebol: Sporting-Leça
20.00 Jornal da Noite
21.10 História de Amor
22.30 Big Show Sic
01.25 Último Jornal
01.30 Critters - Seres do Espaço
(ver «Filmes na TV»)

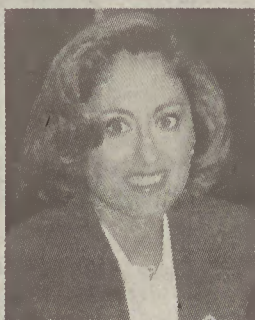
TVI
10.00 Animação
11.30 As Histórias mais Bonitas
12.00 Visto Isto
12.30 Novos Ventos
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra-Ataque
15.00 A Hora do Recreio
16.00 A Grande Aposta
17.50 Ao Serviço dos Mais Pobres
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Telegjornal
20.15 Diagnóstico: Crime
21.30 Campanha Eleitoral
22.00 Picket Fences
23.00 Campeonato Espanhol de Futebol
00.45 Últimas Notícias
01.00 Diário de Campanha
01.20 Melinda
(ver «Filmes na TV»)

SIC
09.00 Buéréré
13.00 Vida Selvagem
14.00 Internacional Sic
14.30 O Guarda-Costas
15.30 Walker, o Ranger do Texas
16.30 Cidade Violenta
(ver «Filmes na TV»)
18.45 Futebol: Guimarães-Braga
20.00 Jornal da Noite
21.05 História de Amor
22.15 Chuva de Estrelas
23.20 Blow Out - Explosão
(ver «Filmes na TV»)

TVI
10.00 Clube da Manhã
11.00 O 8º Dia
12.00 Missa
13.30 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.40 Olhá Popular
17.30 Parada Imperial
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Telegjornal
20.30 O Justiciero
21.30 Campanha Eleitoral
22.00 Jogo do Ganso
00.30 Últimas Notícias
00.45 Diário de Campanha
01.00 Irmãos de Sangue

Domingo, 7

CANAL 1
08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Made In Portugal
14.10 Emoções Fortes
14.40 Paul McKenna
15.10 Polícias do Futuro
16.00 Homens do Rio Snowy
16.50 Robocop
17.50 A Festa dos Preços
18.45 Casa Cheia
19.25 Presidenciais 96
20.00 Telegjornal
20.45 Futebol: Belenenses-Porto
22.50 Marco Paulo com Música no Coração



Maria Elisa junta-se a Isabel Barreno, Lidia Jorge e Graça Morais para um novo programa na TV2: «Trio de Quatro» ao sábado à noite

00.05 O Renegado
00.55 24 Horas
01.30 Paixões
02.20 No Calor da Noite

TV 2
09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.25 A Terra e os Homens
11.50 Regiões
12.50 Vida por Vida
13.05 Euronews
14.00 Golo Europa
14.30 Jornada Desportiva
19.00 Escândalo na Sociedade
(ver «Filmes na TV»)
20.35 Os Mistérios da Bíblia
21.25 Presidenciais 96
22.00 TV2 Jornal
22.35 Os Malucos do Ar
23.05 Domingo Desportivo
00.30 Rally Granada-Dakar
00.45 Topaze
(ver «Filmes na TV»)

SIC
09.00 Buéréré
13.00 Vida Selvagem
14.00 Internacional Sic
14.30 O Guarda-Costas
15.30 Walker, o Ranger do Texas
16.30 Cidade Violenta
(ver «Filmes na TV»)
18.45 Futebol: Guimarães-Braga
20.00 Jornal da Noite
21.05 História de Amor
22.15 Chuva de Estrelas
23.20 Blow Out - Explosão
(ver «Filmes na TV»)

TVI
10.00 Clube da Manhã
11.00 O 8º Dia
12.00 Missa
13.30 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.40 Olhá Popular
17.30 Parada Imperial
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Telegjornal
20.30 O Justiciero
21.30 Campanha Eleitoral
22.00 Jogo do Ganso
00.30 Últimas Notícias
00.45 Diário de Campanha
01.00 Irmãos de Sangue

Segunda, 8

CANAL 1
08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Táxi
09.35 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.30 Malha de Intrigas
15.00 Vizinhos
15.50 A Ponte de Boogedy
16.45 Dias Úteis
17.40 Pantalán



TV 2
16.40 Golo Europa
17.30 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.10 Terra X
20.00 Programa Discovery
21.15 Lendas e Narrativas
21.45 Presidenciais 96
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.50 Teatro: «Um Inimigo do Povo»
00.30 Coleção Platínum

TV 2
16.30 A Casa do Caçador
17.30 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.20 As Grandes Batalhas da 2ª Guerra Mundial
20.15 Condorcet
21.20 À Roda do Mundo
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Segunda Parte
00.30 Musical - Beat Special III

SIC
11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.50 A Próxima Vítima
21.50 Ponto de Encontro
22.40 Pulp Fiction
(ver «Filmes na TV»)
01.25 Último Jornal
01.40 Flash Back

TVI
10.00 Novos Ventos
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.35 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 A Fúria do Destino
18.35 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 O Justiciero
21.30 Fora de Jogo
21.40 Campanha Eleitoral
22.00 Um Americano na Bermuda
(ver «Filmes na TV»)
23.45 TVI Jornal
00.20 Diário de Campanha
00.30 Primeira Fila
01.00 Portugal Português'

Terça, 9

CANAL 1
08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Táxi
09.35 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.30 Malha de Intrigas
15.00 Vizinhos
15.50 A Ponte de Boogedy
16.45 Dias Úteis
17.40 Pantalán
19.15 Golo!
19.45 Presidenciais 96
20.00 Telegjornal
20.45 Roseira Brava
21.00 A Mulher do Sr. Ministro
21.30 A Idade da Loba
22.15 «A River Runs Through It»
(ver «Filmes na TV»)
24.00 24 Horas
00.30 Remate
00.50 Fronteira Sul
(ver «Filmes na TV»)

TV 2
16.40 Golo Europa
17.30 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.10 Terra X
20.00 Programa Discovery
21.15 Lendas e Narrativas
21.45 Presidenciais 96
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.50 Teatro: «Um Inimigo do Povo»
00.30 Coleção Platínum

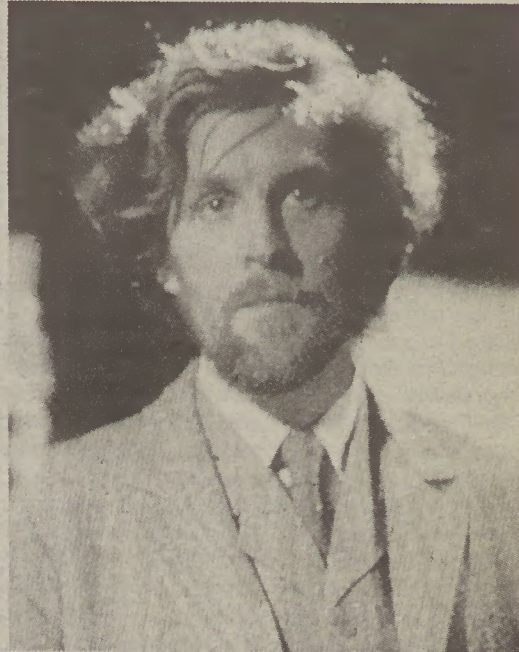
SIC
11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.30 Camilo & Filho, Lda.
21.00 A Próxima Vítima

Quarta, 10

CANAL 1
08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Táxi
09.30 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.30 Malha de Intrigas
15.00 Vizinhos
15.50 A Ponte de Boogedy
16.45 Dias Úteis
17.40 Pantalán
19.15 Golo!
19.45 Presidenciais 96
20.00 Telegjornal
20.45 Roseira Brava
22.00 A Idade da Loba
22.45 Prova Oral
23.45 24 Horas
00.15 Remate
00.30 Rally Granada-Dakar
00.50 Longa Metragem

TV 2
16.30 Rua Sésamo
17.05 Um, Dó, Li, Tá
18.00 Desafios
18.35 O Bicho Homem
19.35 Universidade Aberta
20.15 Basquetebol
21.45 Presidenciais 96
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 O Mundo de Audubon
23.45 Marginalidades

SIC
11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Barba e Cabelo
21.25 A Próxima Vítima
22.25 Casos de Polícia
23.30 Minas e Armadilhas
00.45 Último Jornal
01.00 Toda a Verdade



«Um Inimigo do Povo», a peça de Ibsen, reescrita por Arthur Miller e numa produção da American Playhouse, com John Glover entre outros grandes actores: terça-feira na TV2

TVI
21.50 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
23.30 Cross Fire
00.35 Último Jornal
00.50 No Fim do Mundo

TVI
10.00 Animais em Acção
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.35 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.50 A Fúria do Destino
18.35 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.35 O Justiciero
21.30 Fora de Jogo
21.40 Campanha Eleitoral
22.00 Força da Razão
(ver «Filmes na TV»)
24.00 TVI Jornal
00.30 Diário de Campanha
00.45 Jornal de Negócios
01.15 Rua Jump, 21



Oriane Demaziz e Raimu, intérpretes principais de «Fanny», um filme de Marc Allegret



John Travolta e Nancy Allen, numa cena de «Blow Out», um filme de Brian De Palma

Por isto e por aquilo...

Feliz Ano Novo (Sexta, 22.00, TVI)

Versão americana de um filme que, sob o mesmo título, foi realizado em França em 1957 por Claude Lelouch, esta tem, num dos principais papéis, Peter Falk que é um dos dois vigaristas sofisticados que tentam assaltar uma joalheria em Palm Springs, na Flórida. Uma comédia interessante com algumas cenas irresistíveis e que as referências apontam como tendo sofrido alguns azares de produção detectáveis, aliás, pela sinopado anormal de algumas sequências colmatado, por vezes, com uma relativa abundância de texto e de diálogos.

Fanny (Sexta, 00.00, TV 2)

Começada na semana passada neste mesmo canal, prossegue hoje a célebre «trilogia de Marselha» (Marius, Fanny e César) do autor teatral francês Marcel Pagnol. Fanny é bem menos rigoroso na sua encenação do que o anterior Marius realizado por Alexander Korda e, aqui, Marc Allégret não consegue ultrapassar por completo o óbice de a obra ter sido criada originalmente para o teatro. Entretanto, o elenco é de primeira água e só por isso valeria a pena rever o filme.

Prefere-se a Experiência Mas Não É Essencial

(Sexta, 00.50, TVI)

Produzido originalmente para a televisão britânica, este filme é realizado com extrema sensibilidade e um delicado humor dando-nos a ver as experiências de uma jovem rapariga, estudante, que durante as férias se emprega num hotel de uma estância de turismo no País de Gales e que aproveita esta oportunidade para aprofundar os seus conhecimentos da vida, através da observação do comportamento dos seus semelhantes...

Roger e Eu (Sexta, 02.30, Canal 1)

Já lá vai mais de um mês após as transformações operadas na administração e direcção dos principais sectores da nossa televisão pública e, tal como acontece com o Governo saído das eleições de 1 de Outubro (para além de alguns gestos positivos, mais ou menos simbólicos), também neste contexto ainda nada se viu de concreto, palpável e significativamente diferente, embora também aqui se fale em «estado de graça» e expectativas de mudança... Inconcebível e inaceitável, por exemplo, é que um documentário como Roger e Eu, referido como altamente representativo da excelente escola do documentarismo sociopolítico norte-americano, seja exibido pela primeira vez na televisão portuguesa às duas e trinta da madrugada (mesmo que a uma sexta-feira) facto que, se não fosse porventura imputável à incompetência ainda vinda da gestão e orientação antecedente, poderia ser até sintoma de continuada e militante indiferença perante mais um terrível reflexo da realidade económica e social. O facto é que Michael Moore, o seu realizador, investiga neste documentário o encerramen-

to de onze secções das fábricas da General Motors na cidade de Flint, no Estado de Michigan, entre 1987 e 1989, e se debruça sobre as consequências que o despedimento de 30 mil trabalhadores inevitavelmente acarretaram. Que o filme se tenha orientado neste sentido - depois de o realizador ter tentado, em vão, durante dois anos, entrevistar Roger Smith, presidente da companhia, que sistematicamente se recusou a fazer declarações sobre esta catástrofe social - só prova que a prepotência, a insensibilidade e a arrogância do grande patronato (seja ele reaganista ou cavaquista) não conhecem fronteiras. Que Michael Moore o tenha conseguido num tom geral de comédia negra, por vezes dramaticamente irresistível, pode ser sinal de talento e originalidade. Segundo as referências, a não perder. Resta confirmar.

1492: Cristóvão Colombo

(Sábado, 01.00, TV 2)

Tal como o outro filme dedicado a Colombo e também produzido em 92 (Cristóvão Colombo - A Descoberta, realizado por John Glenn), esta nova versão das viagens do grande navegador ao serviço de Espanha deixa igualmente muito a desejar, sobretudo porque nela se repetem, mesmo que de forma diferente, as deficiências do primeiro, fruto dos inevitáveis mecanismos das super-produções feitas por encomenda. E embora algumas sequências revelem mão segura para o espectáculo por parte de Ridley Scott, o «tempo» do filme é insuportavelmente lento e tanto Gérard Dépardieu como Sigourney Weaver, pela falta de credibilidade com que frequentemente adornam as suas personagens, são por vezes insuportavelmente ridículos. Para esquecer.

Blow Out - Explosão (Domingo, 23.20, SIC)

Indirectamente inspirado no famoso clássico Blow Up, de Michelangelo Antonioni, o realizador Brian De Palma encena aqui um brilhante «thriller» político. O herói do filme, ao contrário do que acontece com o fotógrafo do filme do cineasta italiano, é um operador de som, especialista em efeitos especiais, que grava por acaso um acidente de automóvel o qual vem a descobrir-se ser a peça essencial de um crime político. John Travolta tem o seu primeiro papel inteligente no cinema (!) e é bem acompanhado por Nancy Allen.

Topaze (Domingo, 00.45, TV 2)

Coincidência ou não, o dramaturgo francês Marcel Pagnol tem andado ultimamente em foco nos ecrãs televisivos. Neste filme, realizado por Louis Gasnier, é a sua célebre peça Topaze que é adaptada - e através dele ficamos a conhecer a figura de um modesto professor que é contratado para servir de «cobertura» às sujas traficâncias de um autarca municipal, transformando-se num importante homem de negócios... No protagonista, Louis Jovet é ainda mais convincente do que seriam, mais tarde, em outras duas versões, John Barrymore ou Fernandel.

Pulp Fiction

(Segunda, 22.40, SIC)

Das poucas vezes em que o título da rubrica Noite de Estreia corresponde inteiramente ao seu conteúdo, a SIC estreia hoje, na televisão, um dos maiores êxitos da anterior temporada cinematográfica. Situado num meio urbano repleto da maior violência, Pulp Fiction assenta a sua narrativa na exposição simultânea e entrecruzada de três histórias de amor e traição, envoltas pelo ambiente «natural» do mundo do crime, e dá-nos a ver um punhado de personagens «comuns» (e impressionantemente reais na sua caracterização e composição ficcionais) que se movimentam nestas histórias com uma desesperada vontade de encontrarem uma qualquer salvação que antecipadamente

sabem não estar na sua mão. Segundo filme realizado por Quentin Tarantino (um brilhante e polémico realizador, argumentista e actor saído dos circuitos do cinema independente e, em alguns círculos da crítica, apontado como um futuro Scoreese), a originalidade de Pulp Fiction radica na sua narrativa não-linear que permite ao espectador uma leitura sempre nova. E o poder de atracção que dele se desprende é inteiramente correspondente à intensa paixão com que o cineasta filma e põe em cena as histórias fortes e duras que tão bem materializa em diálogos escritos com invulgar maestria. Óscar da Academia em 94 (para o Melhor Argumento) e Palma de Ouro do Festival de Cannes do mesmo ano.

«A River Runs Through It» (Terça, 22.15, Canal 1)

Situado antes da I Grande Guerra, o filme conta-nos a história de um pastor presbiteriano de Montana e dos seus dois filhos, através das recordações de um deles. Realizado por Robert Redford, o filme padece de algumas contradições entre a compreensão da história e dos seus personagens (abordados com grande sensibilidade pelo realizador) e a materialização, no argumento e na encenação, dessa mesma compreensão - o que, limitando embora grandemente o resultado final, não chega a roubar o interesse na sua visão.



Uma Thurman, intérprete principal de «Pulp Fiction», de Quentin Tarantino, em estreia esta semana na SIC



Craig Sheffer, Brad Pitt e Tom Skerritt, num fotograma de «A River Runs Through It», de Robert Redford

Nos 100 anos do cinema

Na passagem do 100. aniversário do cinema, que agora se comemora, não quis o «Avante!» deixar de assinalar esta efeméride. Para tal, aqui se recordam alguns pequenos excertos de quatro capítulos do livro «Cinema e Ideologia», de Jean-Patrick Lebel, publicado em 1975 na colecção «Teoria» pela Editorial Estampa.

O «efeito de realidade»

«O segredo ideológico dos filmes não reside nem num «mistério» ou «truque» do próprio instrumento cinematográfico, nem em certas formas estilísticas provenientes do funcionamento deste instrumento (cinema da «transparência», da «representação», cinema da «desconstrução», montagem, cinema directo ou formas de «mise en scène») que seriam exclusivamente de valorizar ou condenar. Com efeito, do ponto de vista ideológico, há *descentralização da essência de cada filme em relação ao objecto cinematográfico*.

O cinema, em si mesmo ou através das suas formas de expressão, não segrega a ideologia como o fígado segrega a biliar. Também não a reflecte como não reflecte os objectos que estão na origem das suas *imagens e dos seus sons*.

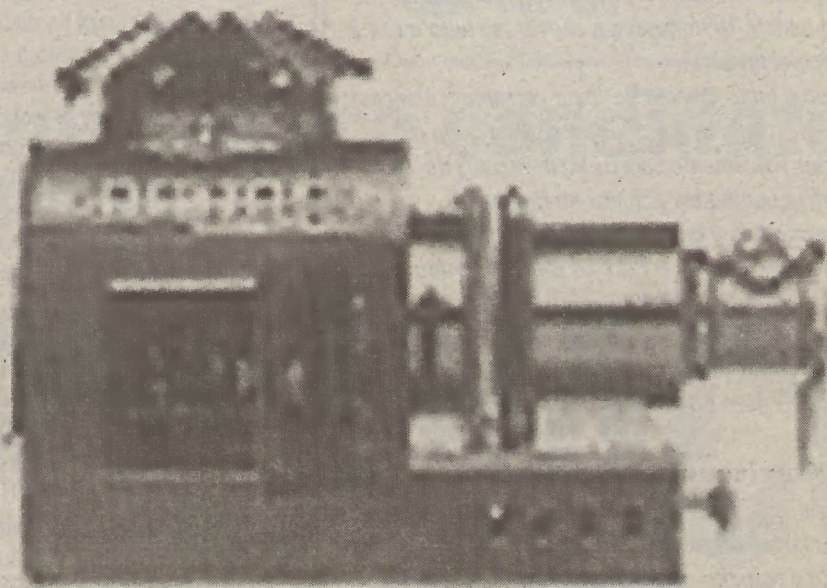
Através da *história do filme*, das fases da sua fabricação (do seu processo de produção), e *por meio do filme*, há elaboração, acumulação, formação, *produção* de ideologia (de um conteúdo ideológico). E, se este conteúdo ideológico *re-produz* a ideologia dominante, não é devido à natureza do cinema, mas porque este descentramento da essência ideológica dos filmes é um *descentramento social*, em virtude do qual a ideologia dominante exerce todo o seu peso sobre aqueles que realizam e consomem os filmes. (...)

O cinema reflecte uma realidade determinada. De certo modo o filme é a imagem da realidade que serviu precisamente para fabricar as suas imagens e sons. Estas imagens e sons foram elaborados a partir de uma realidade, quer completamente organizada (cenas rodadas em cenários naturais com actores), quer não organizada (caso de reportagens).

Mas estas imagens e sons que são a imagem da realidade que lhe deu origem vão tornar-se nos elementos base, no material do filme; material a partir do qual *vai ser criada uma realidade imaginária, que é a da ficção do filme*. Esta realidade não nos remete para o real, para o mundo real, mas pura e simplesmente para a ficção do filme.

O erro desta problemática em torno da impressão da realidade consiste em fazer referência ao suposto mundo real reflectido pelo filme (como se o filme, no momento em que o vemos, desse ins-

tantaneamente a imagem da realidade filmada) - mundo real esse que designarei de *real induzido pelo filme* -, em vez de se virar para a coerência interna do universo de ficção que nos é proposto pelo filme. O erro está pois em apreciar o efeito ideológico em função desse real suposto, na separação ou na adequação da imagem com o «real»; confusão ideológica que se manifesta na expressão frustrante «está bem dado» ou «está mal dado» para julgar a qualidade de um filme.»



A criação cinematográfica

«A significação ideológica de cada filme é produzida pela relação entre estes dois elementos: infra-estrutura ideológica determinada pela base social do cinema para o caso particular de cada filme, por um lado, e, por outro, pela essência técnica do instrumento cinematográfico que está em posição justa-estrutural em relação a esta base social. Se a infra-estrutura ideológica dos filmes determina em último caso o conteúdo e o efeito ideológico de cada filme, a forma particular de manifestação de cada um (o seu ser enquanto objecto estético) resulta das modalidades de estruturação ideológicas e estéticas resultantes da utilização por este filme do instrumento cinematográfico, utilização determinada em certa medida pela base social do cinema, mas determinada igualmente por um terceiro elemento que é o autor - o «metteur en scène», o realizador, o cineasta, o que quer que lhe chamemos. (...)

A sua intervenção é determinante na medida em que influi de maneira decisiva (enquanto *artesão*) na maneira de empregar as particularidades de estruturação estética e ideológica do instrumento cinematográfico e, por conseguinte, na relação entre esta forma de estruturação e a infra-estrutura ideológica cinematográfica definida pela sua base social.

Ela é determinada na medida em que ele próprio é determinado no plano ideológico pela sua posição no interior das relações económicas, sociais e ideológicas que regem a base social do cinema e na medida em que, como indivíduo, é determinado, no plano ideológico, pelo conjunto das relações sociais. (...)

Mas esta posição de árbitro do autor cinematográfico não é eterna, varia.

No caso de produtos anónimos da ideologia dominante, pouco importa que tal filme tenha sido feito por este ou por aquele realizador. Isto de modo algum incide sobre o seu conteúdo e efeito ideológico. O filme surge então como um produto directo da base social do cinema, o cineasta não é mais do que um simples agente da ideologia dominante. O realizador já é só um intermediário, e o carácter mais ou menos directo e imediato da determinação do sentido do filme pela base social do cinema é inversamente proporcional ao seu talento.

Pelo contrário, na escala dos valores artísticos, o cineasta de talento conseguirá dominar este condicionamento ideológico e criar um filme cuja significação e efeito estético-ideológico só a ele se devam, senão totalmente, pelo menos de forma decisiva. O que não quer dizer que a essência ideológica do filme não seja em último caso social, mas só o será através da mediação do próprio criador que é ele próprio, como indivíduo, o instrumento socializado da ideologia. (...)

É devido a esta diferença que a produção cinematográfica de um realizador pode passar da qualidade de produção ideológica pura e simples para a de produção artística.»

A «intenção ideológica» dos filmes

«A ideologia de um filme não é dada para sempre a partir do momento em que é registada no celulóide (ou na fita magnética).

Depende do impacto ideológico concreto do filme no público. E esse impacto ideológico resulta da própria constituição do público. Contrariamente ao que afirmam os distribuidores (quando afirmam por exemplo: «O público não gostará disto»), não há um público, mas públicos. O público, mais que o filme, não existe «em si» no plano ideológico.

Há uma diversificação cultural e sociológica do público cinematográfico, como de todos os públicos. O mito do cinema como arte popular é um mito que falha; serviu para justificar no passado o desprezo que a «élite» tinha por esta arte nova, e serve agora para mascarar as desigualdades culturais da nossa feliz sociedade capitalista.

Esta diversidade de público origina uma diversificação das formas cinematográficas.

O impacto ideológico de um filme depende do condicionamento ideológico do público ao qual se dirige e do desvio ideológico e estético que manifesta em relação às formas que originaram esse condicionamento. Os cineastas devem tomar em consideração esta realidade ideológica, que define a relação instável entre o filme e os espectadores.

Com efeito, tanto o conteúdo como o efeito ideológico de uma obra não são indiferentes à sua configuração formal. Um conteúdo ideológico novo, tendente a romper o condicionamento ideológico e estético dos espectadores, apresenta-se necessariamente sob uma forma nova: por conseguinte a submissão às normas formais e estéticas cinematográficas (por motivos de público) arrisca-se a mascarar, no todo ou em parte, o efeito ideológico procurado pelo filme.

Inversamente, uma forma demasiado nova, pensada unicamente em função da sua adequação ao efeito ideológico, procurado ao nível de uma única estruturação estética e ideológica das imagens e dos sons, arrisca-se igualmente a tornar-se num disfarce para o conteúdo ideológico que encarna e transmite. Na medida em que escapa ao público pela sua novidade, o seu efeito ideológico (o sentido que manifesta) foge ou torna-se inoperante.

Põe-se, pois, aos cineastas o problema da *inserção ideológica*

no público. Trata-se de encontrar um equilíbrio estético e ideológico que permita pormo-nos ao nível do condicionamento ideológico do público, ao mesmo tempo que o fazemos avançar para fora deste condicionamento, no caminho de um enriquecimento cultural e ideológico. (...)

O problema maior dos cineastas é, pois, conciliar as necessidades da «intenção ideológica» dos filmes com a procura formal e ideológica, dentro do melhor «equilíbrio» estético possível. (...) Não se trata pois de fazer a apologia do oportunismo mas de colocar os filmes dentro de uma perspectiva justa, definida pela «intenção ideológica», para os compreender e não para os justificar. (...) Sabido isto, relativamente ao assunto da «intenção ideológica», o descentramento social da essência ideológica dos filmes aparece-nos de uma maneira extremamente clara, para não dizer luminosa.»

Além disso... o cinema é uma arte

«A acção ideológica da arte e, por conseguinte, do cinema enquanto arte, opera de maneira indirecta através de uma mediação específica, que é a *mediação estética* - prazer-emoção.

Se todos os filmes são ideológicos porque todos são linguagem, nem todos, no entanto, são arte. (...)

Da mesma maneira que é necessário não confundir arte e ideologia, é necessário também não confundir arte e conhecimento, a arte não se insere aí inteira e unicamente.

É um meio de apropriação específica do real, um meio de *conhecimento mítico*. Exerce-se como uma actividade específica e procura um prazer específico.

A arte não pertence ao conhecimento verdadeiro; a relação que estabelece com a realidade não é a da ciência. Ela precede-a ou actua de maneira diferente.

Dentro do seu próprio domínio, a arte não tem que ser «materialista», pois ser materialista é já reconhecer que a arte é uma realidade particular e que, enquanto tal, tem as suas próprias leis e o seu próprio modo de existência.

Se, no nosso período histórico, a sua necessidade se torna explicável cientificamente, esta ciência não se confunde com a arte. (...)

E se se pode dizer que a arte e a ideologia, assim como a arte e o conhecimento, *não se confundem*, é preciso igualmente dizer que a arte *participa* necessariamente do conhecimento e da ideologia.

Não podemos, pois, seguir aqueles que associam mecanicamente a arte às noções de evasão, de divertimento, de mistificação, de ilusão, etc., mas consideramos, pelo contrário, que o combate por uma arte desalienada e um prazer estético *com conhecimento de causa*, presentemente e para sempre, integra-se no mesmo combate político pela democracia e pelo socialismo, no combate ideológico geral.

Também no campo do cinema devemos travar este combate; pela mesma razão que nos devemos esforçar por contribuir para o conhecimento científico da arte, contribuindo para o conhecimento do cinema enquanto parte integrante da arte.»

de FOICE Que seca, menino!

Meus caros hodiernos, permitam-me a constatação do óbvio: o ano de 1996 nasceu a chover em tudo o que é território português.

Registado o facto, apense-se-lhe a verruma fenomenal: tratando-se, como se trata, de uma ocorrência a interpretar fisicamente com os instrumentos da higrimetria, molhados ficamos na mesma ao perguntarmo-nos o que quer isto dizer após os 10 anos de seca que assolaram o País na sua base continental. A meteorologia despachar-nos-á a questão com muitas abertas e toda a limpeza científica que se lhe agradece: ciclos planetários para aqui, fenómenos atmosféricos para ali, desequilíbrios climáticos para acolá.

Chegará para entreter a superficial necessidade de explicação, mas não responderá ao essencial.

Por que choveu tanto após tão longa seca?

Com todo o respeito pelo primado dos factos, o rigor exotérico está mesmo a pedir algum esoterismo. Pelo que daqui me sirvo.

Glosando o soneto de Camões, onde «Sete anos de pastor Jacob servia / Labão, pai de Raquel, serrana bela», Portugal foi servido não sete, mas dez anos, por duas grandecíssimas secas: a da falta de chuva e a da governação cavaquista.

Neste cotejo e durante 10 anos, Portugal fica no papel de Labão, enquanto Jacob surge a carregar um duplo fardo: o do não cumprimento quer da água nos céus, quer das promessas na terra.

Da responsabilidade dos céus está livre Jacob, por ser matéria de divino desígnio, mas do não cumprimento das promessas na terra portuguesa, fica Jacob com cara de Cavaco Silva, o que nem com boa vontade bíblica favorece seja quem for.

Obviamente Portugal - aqui Labão - sai do lance aldrabado nos seus interesses e subvertendo o que ensinado ficou através do seu episódio no Antigo Testamento, o que só não é lesivo da ortodoxia bíblica porque, na puridade dos factos, ninguém o mandou meter-se com um Jacob de pacotilha.

Todavia não deixa de ser intrigante a coincidência temporal das duas secas simultâneas que assolaram Portugal, sobretudo quando constatamos que, prolongando-se ambas por 10 anos, ambas começaram e acabaram juntas.

E é aqui que bate o ponto.

O facto de ambas começarem na mesma altura não levantaria grandes perplexidades se não fosse a constatação, após dez anos de segura no lombo, de que tanto os astros como o cavaquismo foram acertando os respectivos conta-gotas para, de tempos a tempos, reanimar os mais sequiosos com promessas de chuva. Com tal malabarismo, o que os secos céus ganharam foi uma fama tão desgraçada que acabou em apelos directos ao divino, enquanto Cavaco Silva se locupletou com duas suculentas maiorias sem dizer água vai.

Mas estranho, estranho, é o fim em sequência das duas secas: primeiro, a do cavaquismo afogado numa carga de votos contra, depois a das barragens e dos campos sob uma carga de água a favor.

O que me leva a novas constatações.

Por exemplo, a de que Cavaco Silva como manda-chuva deste País, além duma grande banhada, não passa duma grande seca.

Ou a de que confiar nas novas promessas com que Cavaco Silva anda a regar o País, é mais fantástico que acreditar em motonáutica na Lua.

Pelo que, cá para mim, estas grandes chuvadas que festejaram o começo do ano quiseram foi também tamborilar uma advertência, molhada no tinteiro do Eça.

«Cavaco na Presidência?!... Que seca, menino!».

■ HC

Juventude Comunista propõe leis sobre associativismo

A Juventude Comunista Portuguesa «considera da maior importância a existência e a dinamização do associativismo juvenil, como espaço de participação e formação dos jovens e como elemento fundamental de uma democracia amplamente participada», recorda uma nota anteontem fundamental de uma democracia amplamente participada», recorda uma nota anteontem distribuída pelo Secretariado da JCP e na qual se anuncia que, «na sequência dos compromissos eleitorais assumidos no âmbito da Juventude CDU e dando seguimento a um trabalho desenvolvido logo desde o início desta legislatura, a JCP decidiu apresentar um conjunto de iniciativas legislativas, através do Grupo Parlamentar do PCP, que concretizam algumas das propostas então avançadas, principalmente na área do associativismo».

Seguindo um princípio que considera «fundamental» neste processo, a JCP iniciará na próxima semana contactos com diversas associações e entidades desta área, «como forma de melhor apreendermos o que são os seus problemas e aspirações recolhendo importantes contributos para as propostas a apresentar».

A JCP vai voltar a apresentar

na Assembleia da República o projecto-lei que institui o Estatuto Jurídico do Conselho Nacional de Juventude, «dotando de um corpo jurídico indispensável e até agora inexistente uma entidade que constitui uma plataforma representativa de diversas associações juvenis de âmbito nacional, que desde há vários anos desenvolve um trabalho importante nesta área e que desde sempre reivindicou da Assembleia da República esta medida».

Por outro lado e considerando «as deficiências existentes e largamente reconhecidas, proporá a Alteração do Registo Nacional de Associações Juvenis, «removendo obstáculos que hoje estão colocados e que são limitativos de um maior desenvolvimento do associativismo juvenil e um acesso mais alargado e democrático aos apoios existentes».

Ainda no que diz respeito a apoios, os jovens comunistas vão propor um **quadro legislativo de apoio ao associativismo juvenil** «que os defina de uma forma transparente e justa, reduzindo a discricionariedade, afastando critérios políticos e permitindo o seu acesso e conhecimento a todas as associações juvenis».

A JCP avançará também com o **Regime Jurídico do Associa-**

tivismo Juvenil, «criando um quadro legal que sirva de base ao funcionamento e actividade das



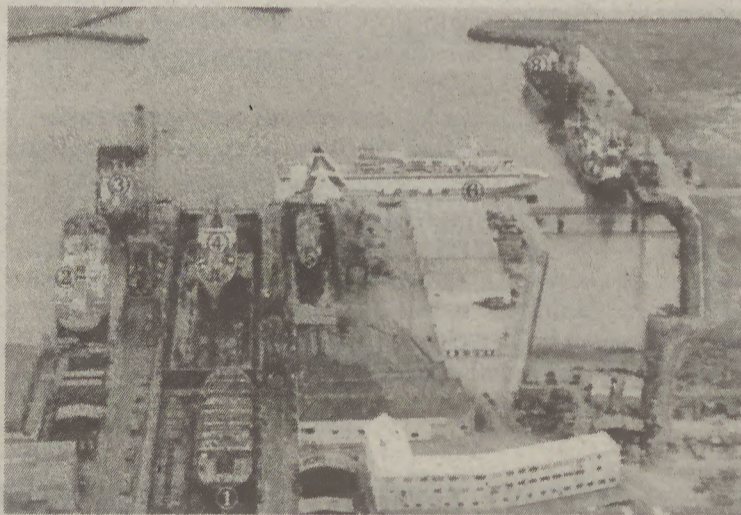
No quadro da actividade do Grupo Parlamentar do PCP, os jovens comunistas vão formalizar na AR uma série de propostas defendidas durante a campanha eleitoral

associações juvenis, reconhecendo a especificidade do seu carácter e da sua acção, que exige em muitos casos solução próprias, flexíveis e inovadoras. Numa outra área surge a proposta da JCP de **alteração do Estatuto do Trabalhador-Estudante**, «considerando por um lado, a necessidade de alargar e melhorar o seu âmbito e, por outro, de fazer face à reduzida aplicação deste Estatuto, tanto mais grave sendo o número de jovens nesta situação bastante elevado e enfrentando, para além das dificuldades inerentes à condição de trabalhador-

estudante, aquelas que lhes são criadas pelo não reconhecimento dos seus direitos».

A JCP considera que «também os jovens portugueses não podem ver defraudada a vontade de mudança que se traduziu numa nova composição na Assembleia da República e que esta deve traduzir-se desde já em medidas que ponham fim à política instituída nos últimos 10 anos e que consubstanciem reais avanços há muito exigidos», conclui a nota do Secretariado da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa.

Jerónimo de Sousa contra privatização dos Estaleiros de Viana



Jerónimo de Sousa visitou na passada terça-feira os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, onde se manifestou contra a intenção já anunciada pelo Governo de privatizar aquela empresa, hoje de capitais maioritariamente do Estado.

Afirmando que não existe nenhuma razão válida para a alienação da empresa ao capital privado, Jerónimo de Sousa defendeu a necessidade de o Governo incentivar a actividade dos Estaleiros, mantendo o actual estatuto, para bem da região, dos trabalhadores e do país.

No mesmo dia, o candidato encontrou-se com apoiantes num jantar em Famalicão, de onde seguiu para uma sessão realizada na Academia de Música de Barcelos.

CM Lisboa junta novo apoio à compreensão dos donos de cães

A Câmara Municipal de Lisboa inicia o novo ano com uma **declaração de guerra** à sujidade nas ruas da cidade provocada pelos cães, contando com a «compreensão» dos munícipes proprietários daqueles animais.

O vereador Rui Godinho, responsável pelo Pelouro da Higiene Urbana e Resíduos Sólidos, disse terça-feira à Agência Lusa que a CML vai

oferecer a todos os proprietários de cães, devidamente registados, ainda antes da entrada em vigor (16 de Janeiro) da nova regulamentação sobre dejectos caninos, um dispositivo especial «duradouro e reutilizável» para a sua remoção da via pública.

Esta campanha pedagógica contra os dejectos caninos, que será desenvolvida com maior

intensidade durante os meses de Janeiro, Fevereiro e Março, ainda não tem definidos os seus custos totais, uma vez que, como referiu Rui Godinho, tudo depende das contrapartidas que estão a ser estudadas e negociadas com a Sociedade Protectora dos Animais, com a Liga Portuguesa dos Direitos do Animal e com empresas produtoras de alimentação para

cães e dos limpa-dejectos, entre outras entidades. O limpa-dejectos já está disponível nas 14 zonas de limpeza da cidade, podendo ser obtido até ao dia 13 de Janeiro. Os proprietários de cães não devidamente registados também podem ter acesso ao limpa-dejectos, mas, para isso, têm de registar os seus animais nos serviços municipais competentes.

